

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC
UNIDADE ACADÊMICA DE HUMANIDADES CIÊNCIAS E
EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGE
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

LUCAS CECHINEL DA ROSA

O TEMA DA GEOPOLÍTICA EM LIVROS DIDÁTICOS DE
GEOGRAFIA DO ENSINO MÉDIO NO BRASIL (1970-2018)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Graziela Fátima Giacomazzo

CRICIÚMA

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

R788t Rosa, Lucas Cechinel da.

O tema da geopolítica em livros didáticos de geografia do ensino médio no Brasil (1970-2018) / Lucas Cechinel da Rosa. - 2020.

117 p. : il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-Graduação em Educação, Criciúma, 2020.

Orientação: Graziela Fátima Giacomazzo.

1. Geografia (ensino médio) – Livros didáticos. 2. Geografia – Livros didáticos (1970-2018). 3. Geopolítica -Brasil. 4. Ensino de geografia - Brasil. 5. Pensamento geográfico - Brasil. I. Título.

CDD 23. ed. 373.0981

Bibliotecária Elisângela Just Steiner – CRB 14/1576

Biblioteca Central Prof. Eurico Back - UNESC

LUCAS CECHINEL DA ROSA

“O TEMA DA GEOPOLÍTICA EM LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA DO ENSINO MÉDIO NO BRASIL (1970-2018)”

Esta dissertação foi julgada e aprovada para obtenção do Grau de Mestre em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

Criciúma, 13 de julho de 2020.

BANCA EXAMINADORA

Prof.a. Dra. Graziela Fátima
Giacomazzo (Orientadora –
UNESC)

Prof.a. Dra. Edna Lindaura Luiz
(Membro - UNESC)

Prof. Dr. Alex Sander da Silva
(Membro - UNESC)

Prof. Dr. Vidalcir Ortigara
(Suplente - UNESC)

Prof. Dr. Vidalcir Ortigara
Coordenador do PPGE-UNESC

Lucas Cechinel da Rosa
Mestrando

Dedico este estudo a Deus e à
minha família: ao meu pai – meu
herói; à minha mãe – meu alicerce;
e aos meus irmãos Julio César e
Melisa pelo apoio incondicional.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me dar forças nessa caminhada, agradeço a minha família como um todo, família que sempre me deu estrutura moral e educacional para conclusão desta caminhada.

Agradeço a todos os colegas e amigos, em especial ao nobre Giovani que fez a revisão deste trabalho, e também a Cristiano e Jorge, todos eles fazem parte desta pesquisa e da minha vida pessoal e profissional.

Agradeço aos professores do PPGE da UNESC, em especial a professora Graziela Fátima Giacomazzo, minha orientadora, que juntamente com o restante do corpo docente fizeram com que minha pesquisa fosse concluída com alto nível de aprendizagem. Destaco ainda o papel fundamental de minha banca, formado pelos profissionais, Alex Sander da Silva e Edna Lindaura Luiz, que tiveram parcela importante com inúmeras sugestões e críticas construtivas a esta pesquisa

Finalizo agradecendo a todos que de uma maneira contribuíram para meu êxito na realização desta pesquisa.

“O mundo é formado não apenas pelo que já existe, mas pelo que pode efetivamente existir.”

Milton Santos

RESUMO

A relação entre a Geografia e a geopolítica não é recente, e remonta a um cenário do século XIX, onde potências imperialistas duelavam em busca de mais poder e expansão de suas atividades econômicas. Mas como a geopolítica foi e está sendo ilustrada nos livros didáticos de Geografia utilizados no ensino médio? Sabe-se, que por uma série de eventos globais, as relações entre os países passaram por intensas transformações, principalmente após o contexto de duas grandes guerras mundiais, com potências sendo destronadas e outras emergindo ao controle global. Da década de 1970 até a atualidade, os estudantes presenciaram em seus livros didáticos muitas mudanças no que tange ao espaço global, como o fim de uma Guerra Fria, a dissolução de uma superpotência como a URSS, queda de um muro que separava duas ideologias e projetos econômicos distintos, como o Muro de Berlim, além de perceber a ascensão econômica, social e cultural dos Estados Unidos. O terrorismo e a instauração de movimentos, como os grupos terroristas que passaram a agir com maior frequência no ocidente a partir da década de 2000, trouxeram à tona como a geopolítica pode ser importante para estudantes, e sociedade em geral entender como o papel de um país pode de fato afetar relações e padrões econômicos. Mediante a este imenso desafio, esta pesquisa buscou analisar a temática de geopolítica em livros didáticos de Geografia, com um recorte de 1970 a 2018, enfatizando livros que tenham sido utilizados ou recomendados para a rede pública de ensino. A pesquisa tem como principal técnica a análise de conteúdo, fundamentando-se em Bardin, Minayo, Lüdke e Gatti, buscando entender em quais contextos os livros foram produzidos, associando acontecimentos geopolíticos a conjuntura interna nacional e por fim, a momentos da própria disciplina de Geografia no período. Para fundamentar a discussão acerca da temática escolhida, e outros temas adjacentes a Geografia e geopolítica citam-se os seguintes autores: Milton Santos, José William Vesentini, Manuel Correia de Andrade, Bertha Becker, Manuel Castells, Iná Castro, Christian Caubet, Paul Claval, Wanderley Messias da Costa, Martin Gilbert, Rogério Haesbart, Carlos Gonçalves, Yves Lacoste, André Roberto Martín, Antônio Carlos Moraes e Friederich Ratzel. Além de dados, informações e legislações nacionais presentes no Portal INEP, na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), nos Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Médio (PCNs) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educacional - Lei 9394/96 (LDB). As análises executadas, e repercutidas através de

diversos autores do campo da geopolítica demonstram uma variação significativa da temática, que variavelmente acaba sendo influenciada pelo cenário internacional, perfazendo longos caminhos diante das profundas transformações ocorridas na disputa por uma hegemonia global nos últimos 50 anos.

Palavras-chave: Ensino de Geografia, geopolítica, globalização, livros didáticos, Ensino Médio.

ABSTRACT

The relationship between geography and geopolitics is not new, and dates back to a 19th century scenario, where imperialist powers were dueling in search of more power and expansion of their economic activities. But how was geopolitics illustrated and illustrated in the Geography textbooks used in high school? It is known that, through a series of global events, relations between countries have undergone intense transformations, especially after the context of two major world wars, with powers being dethroned and others emerging into global control. From the 1970s to the present, students have seen many changes in their textbooks regarding global space, such as the end of a Cold War, the dissolution of a superpower like the USSR, the fall of a wall that separated two ideologies and distinct economic projects, such as the Berlin Wall, in addition to perceiving the economic, social and cultural rise of the United States. Terrorism and the establishment of movements, such as the terrorist groups that began to act more frequently in the West since the 2000s, have brought to light how important geopolitics can be for students, and society in general to understand how the role of a country can indeed affect economic relations and patterns. In view of this immense challenge, this research sought to analyze the theme of geopolitics in Geography textbooks, with a cut from 1970 to 2018, emphasizing books that have been used or recommended for the public school system. The main technique of the research is content analysis, based on Bardin, Minayo, Lüdke and Gatti, seeking to understand in which contexts the books were produced, associating geopolitical events to the national domestic situation and, finally, to moments of the discipline itself. Geography in the period. To support the discussion on the chosen theme, and other topics adjacent to Geography and geopolitics, the following authors are cited: Milton Santos, José William Vesentini, Manuel Correia de Andrade, Bertha Becker, Manuel Castells, Iná Castro, Christian Caubet, Paul Claval, Wanderley Messias da Costa, Martin Gilbert, Rogério Haesbart, Carlos Gonçalves, Yves Lacoste, André Roberto Martín, Antônio Carlos Moraes and Friederich Ratzel. In addition to data, information and national legislation present in the INEP Portal, in the National Common Curricular Base (BNCC), in the National Curriculum Parameters - High School (PCNs) and in the Law of Guidelines and Bases of Education - Law 9394/96 (LDB). The analyzes carried out and passed on by several authors in the field of geopolitics show a significant variation in the

theme, which variably ends up being influenced by the international scenario, making long paths in the face of the profound transformations that occurred in the dispute for global hegemony in the last 50 years.

Keywords: Teaching of Geography, geopolitics, globalization, Didactic books, High School.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: ORGANIZAÇÃO DO ENSINO MÉDIO DIANTE DA NOVA BNCC.	80
FIGURA 2: DESCRIÇÃO DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DESTA PESQUISA.	129
FIGURA 3: LIVROS ESCOLHIDOS PARA ANÁLISE NESTA PESQUISA.	133
FIGURA 4: FRAÇÕES DA ANÁLISE DE CONTEÚDO.	134
FIGURA 5: EXEMPLOS DE EXERCÍCIOS ILUSTRADOS NA OBRA	139
FIGURA 6: EXEMPLO DE RECURSOS UTILIZADOS PARA FOMENTAR O CAPÍTULO	144
FIGURA 7: ILUSTRAÇÕES EXEMPLIFICANDO AVANÇOS TECNOLÓGICOS	149
FIGURA 8: EXEMPLOS DE TIRAS, CHARGES E RECURSOS UTILIZADOS PELO LIVRO DIDÁTICO ANALISADO.....	150
FIGURA 9: RECURSOS COMO IMAGENS, FOTOS E DIAGRAMAÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO ANALISADO.....	156
FIGURA 10: EXEMPLOS DE ESQUEMA SOBRE A GUERRA FRIA E QUEDA DO MURO DE BERLIM	161
FIGURA 11: EXERCÍCIOS PROPOSTOS PELO LIVRO AO FIM DE CADA CAPÍTULO.....	164

LISTA DE QUADROS E TABELAS

TABELA 1: ORGANIZAÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO – O MUNDO POLÍTICO NO FINAL DO SÉCULO XX.....	136
TABELA 2: ORGANIZAÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO – SOCIEDADE & ESPAÇO: GEOGRAFIA GERAL E DO BRASIL – SEGUNDO GRAU. 4ª EDIÇÃO. 142	
TABELA 3: ORGANIZAÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO – SOCIEDADE & ESPAÇO: GEOGRAFIA GERAL E DO BRASIL – SEGUNDO GRAU. 35ª EDIÇÃO	147
TABELA 4: ORGANIZAÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO – GEOGRAFIA PARA O ENSINO MÉDIO: GEOGRAFIA GERAL E DO BRASIL	154
TABELA 5: ORGANIZAÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO – GEOGRAFIA: A DINÂMICA DO ESPAÇO MUNDIAL	159

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGB - Associação dos Geógrafos Brasileiros
AGB - Associação dos Geógrafos do Brasil
ALCA - Área de Livre Comércio das Américas
BNCC - Base Nacional Comum Curricular
BRICS - Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul
CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas
CNE - Conselho Nacional de Educação
CSN - Companhia Siderúrgica Nacional
EEI - Estação espacial internacional
EUA – Estados Unidos da América
FUNDEF - Fundo de Manutenção do Desenvolvimento do Ensino Fundamental
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
ISIS – Estados Islâmico
LDB - Lei de Diretrizes e Bases
MEC - Ministério da Educação
MERCOSUL - Mercado Comum do Sul
ONU - Organização das Nações Unidas
OTAN - Organização do Tratado do Atlântico Norte
PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais
PNE - Plano Nacional de Educação
PNLD - Plano Nacional do Livro Didático
PNLD - Plano Nacional do Livro Didático
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SAEB - Sistema de Avaliação do Ensino Básico
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
UGI - União Geográfica Internacional
UNESP - Universidade Estadual Paulista
URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	23
2 PERCURSO HISTÓRICO DA GEOGRAFIA ENQUANTO CIÊNCIA E DISCIPLINA ESCOLAR.....	31
2.1 GEOGRAFIA – ORIGEM E EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO.	32
2.2 O PENSAMENTO GEOGRÁFICO BRASILEIRO	48
2.3 PERCURSO DA GEOGRAFIA ENQUANTO DISCIPLINA ESCOLAR NO BRASIL	59
2.3.1 BNCC E INCERTEZAS DA GEOGRAFIA NO ENSINO MÉDIO.....	78
3 GEOPOLÍTICA, EVOLUÇÃO, PERSPECTIVAS TEÓRICAS E RAIZES NA GEOGRAFIA ESCOLAR.....	84
3.1 DOIS DEDOS DE PROSA SOBRE O CONCEITO DE GEOPOLÍTICA.....	85
3.2 GEOPOLÍTICA, CONSTITUIÇÃO COMO SEGMENTO DE ESTUDOS	89
3.3 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA GEOPOLÍTICA NO BRASIL	104
3.4 GEOPOLÍTICA COMO CONTEÚDO DE GEOGRAFIA NO ENSINO MÉDIO	115
4 ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	125
5 O TEMA DE GEOPOLÍTICA EM LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA (1970-2018)	135
5.1 LIVRO DIDÁTICO DA DÉCADA DE 1970 – O MUNDO POLÍTICO NO FINAL DO SÉCULO XX.....	135
5.2 LIVRO DIDÁTICO DA DÉCADA DE 1980 – SOCIEDADE & ESPAÇO: GEOGRAFIA GERAL E DO BRASIL – SEGUNDO GRAU.	140
5.3 LIVRO DIDÁTICO DA DÉCADA DE 1990 – O MUNDO POLÍTICO NO FINAL DO SÉCULO XX.....	146
5.4 LIVRO DIDÁTICO DA DÉCADA DE 2000 – GEOGRAFIA PARA O ENSINO MÉDIO: GEOGRAFIA GERAL E DO BRASIL	152
5.5 LIVRO DIDÁTICO DA DÉCADA DE 2010 – GEOGRAFIA: A DINÂMICA DO ESPAÇO MUNDIAL.....	158
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	166
7 REFERÊNCIAS	175
ANEXOS	186

INTRODUÇÃO

O interesse pelo curso de pós-graduação em educação surge a partir da minha formação inicial em Geografia, realizada na UNESCO – Universidade do Extremo Sul Catarinense, pautada por discussões e levantamentos significativos para a compreensão da contemporaneidade. Em âmbito pessoal, ainda no ensino fundamental, o gosto pela Geografia passou a aflorar em minha vida e, ao me deparar com o currículo do ensino médio, a disciplina passou a destacar questões geopolíticas, um mundo ainda inexplorado e conhecido com pouca profundidade pela maior parte dos estudantes. Meus primeiros passos neste segmento de estudos se resumiram a maneira mais tradicional possível, conhecendo e descrevendo tensões globais, econômicas, compreendendo o poder de um Estado Nacional soberano mediante os conflitos e tramas econômicas, mesmo assim, a curiosidade sobre este tema da geopolítica persistia em me acompanhar durante toda a trajetória acadêmica universitária.

A partir do contato com a graduação em Geografia, especialmente nas disciplinas de Teoria Regional e Organização do Espaço Mundial, a geopolítica passou a ganhar corpo e forma em minha trajetória acadêmica, passando pelo entendimento de autores essenciais para a compreensão de como os territórios foram organizados de tal maneira e como a Geografia e a geopolítica influenciaram tais configurações. O desenvolvimento da pesquisa do meu trabalho de conclusão de curso em Geografia discutiu de maneira breve a geopolítica, e o desejo por seguir neste segmento de estudos foi realizado ao ingressar no Mestrado em Educação. A linha propicia o alinhamento de atividades desenvolvidas em sala de aula, como

profissional em Educação, a pesquisas sobre materiais didáticos utilizados por alunos ao longo das últimas décadas, fundamentando o papel deste conteúdo tão amplamente discutido no ensino médio e agora difundido de maneira ainda mais rápida pela evolução do processo de globalização e novas tecnologias, ainda que não seja de acesso universal ou benéfico a todos.

Sobre a disciplina de Geografia, tem seus laços diretamente conexos às atualidades e hoje já não é contemplada somente pela memorização de capitais, estados ou aspectos fisiográficos. Atualmente, por meio de intensas transformações epistemológicas, atreladas às necessidades culturais e econômicas, a Geografia tem se consolidado como alternativa para a compreensão de fenômenos, tais como a globalização. A origem certa da Geografia ainda é algo desafiador para grande parte dos pesquisadores; seus primeiros indícios ocorrem na Grécia antiga, mediante estudos de grandes filósofos da época, cujas preocupações e perturbações referem-se à orientação no espaço e domínio territorial (LIVINGSTONE, 1992). Mesmo com sua constante evolução, os estudos relacionados à Geografia estacionaram no ocidente por quase mil anos durante a Idade Média, tempo, período conhecido pela alcunha de Idade das Trevas e sob forte domínio da Igreja Católica. As restrições tiraram quaisquer possibilidades de ascensão da ciência, algo que ocorreu com auxílio e contribuições de orientais e árabes, primordialmente na cartografia.

Segundo Costa (1992) a geopolítica passa a figurar primordialmente após a criação da denominada Geografia Política que, na realidade, não são sinônimos, porém constantemente associadas. A geopolítica, termo cunhado pelo sueco Rudolf Kjellén, está diretamente

vinculado à soberania e ao Estado (VESENTINI, 2000). Entretanto, mesmo que tenha sido trabalhado como disciplina em várias universidades europeias, sempre com intuito militar esse conceito foi sendo moldado por diferentes vertentes de pensamento, contudo, sempre conexo à Geografia. No século XX, com o aparecimento de inúmeras transformações econômicas, sociais e tecnológicas, o conceito de geopolítica ganhou nova roupagem, sendo utilizado amplamente para designar relações entre países, nos mais distintos segmentos, incluindo aqui as guerras.

Kjéllen não escondia a sua admiração pelo Estado—Maior alemão e nem o desejo de que a Europa viesse a ser unificada sob um imenso império germânico. Segundo J.Vicens-Vives, ele foi o primeiro a preconizar a ideia de que os Estados-Maiores deveriam transformar-se em “academias científicas”, já que as situações de guerra eram as ideais para a análise dos fenômenos geopolíticos. Daí o sucesso de suas ideias junto aos círculos do poder de diversos países, particularmente aqueles caracterizados por regimes fascistas da Europa, bem como os ambientes militares de países do Terceiro Mundo, que passaram a incluir a geopolítica nos currículos de seus cursos de “Estado-Maior”, além de produzirem inúmeros estudos inspirados na nova disciplina. (COSTA, 1992, p.57)

No mundo contemporâneo, a geopolítica transitou por inúmeras mudanças da organização do espaço mundial e relação entre nações, sendo ativa como ferramenta para compreensão de conflitos e tensões, mesmo que seu objetivo central lá no início esteja conexo diretamente a concepção de soberania de uma nação e de um Estado forte, e por que não dizer dominador? A geopolítica começa aos poucos a ser integrada à disciplina de Geografia nos curriculares escolares, despertando assim o

interesse direto de muitas pessoas no que tange às relações internacionais e à dinâmica social e econômica entre as nações. Diante disso, esta situação problema é alçada ao debate

Diante do exposto, esta dissertação tem como centro de sua pesquisa a seguinte questão como problema: “Quais são as transformações ocorridas no ensino de Geografia, em relação ao conceito de geopolítica, no período de 1970 até 2018, a partir dos livros didáticos adotados para o ensino médio das escolas públicas no Brasil?”. Tal motivação está ligada diretamente à carreira deste pesquisador, professor de Geografia, atualmente atuando em escolas da rede pública e privada, lecionando a referida disciplina no Ensino Médio e constantemente abordando o conceito de geopolítica em suas aulas. A justificativa que embasa esta pesquisa pauta-se em elementos que foram decisivos para o ensino da disciplina de Geografia; ensino este amplamente transformado por linhas teóricas e reformas educacionais que a tornaram invisível em determinado período de nossa história. A partir da década de 1970, com o avanço do viés teórico-metodológico denominado crítico, inspirado em geógrafos franceses, surge a Geografia crítica (RODRIGUES, 2008). No Brasil, o convívio direto com um processo ditatorial inibe a formação de cidadãos críticos. Com a redemocratização, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), os parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e com a adoção do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD), a educação no Brasil passa por intensas transformações e o livro didático em Geografia acompanha estas transformações. Constitui-se, portanto, diante deste panorama, interesse pelo conceito de geopolítica e como ela se apresenta pela

Geografia/Estudos sociais através de livros didáticos vinculados ao Ensino Médio no período de 1970 a 2018.

O objetivo central da pesquisa é analisar, numa perspectiva embasada pela Geografia crítica, as transformações ocorridas no ensino de Geografia em relação ao conceito de geopolítica no período de 1970-2018, a partir dos livros didáticos adotados para o ensino médio nas escolas públicas brasileiras. Dentre os objetivos específicos, tem-se: comparar as perspectivas de ensino de geopolítica na ciência geográfica em um recorte temporal de 1970 a 2018, mediante a análise de livros didáticos voltados ao Ensino Médio; investigar como se expressa a perspectiva teórica-crítica ante o conceito de geopolítica, mediante análise de livros didáticos de Geografia; classificar o uso de recursos didáticos presentes nesses livros, efetuando comparações sobre o seu papel na condição de transposição da abstração ao concreto referente ao conceito de geopolítica; e inferir de que maneira os livros didáticos trazem o conceito de geopolítica e sua respectiva contribuição para a formação crítica. Os procedimentos metodológicos serão norteados por uma abordagem qualitativa, com procedimento de análise documental, prevalecendo a técnica de análise de conteúdo sob a ótica da análise temática.

Para o desenvolvimento desta pesquisa se faz necessário revisitar uma gama significativa de autores clássicos em Geografia e geopolítica, mas também, enfatizando o poderio de interpretações posteriores, estas significativas para a exploração de escritos complexos oriundos de outros países, e atualmente de difícil acesso. Dentre os principais autores utilizados como referências para a construção e edificação desta pesquisa encontram-se: Milton Santos, com obras de grande valor a

compreensão da globalização e sua intrínseca relação com a geopolítica, como *Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica* (2002), responsável por discussões elementares para o entendimento do movimento para uma nova geografia. Destaca-se também José William Vesentini, que além de possuir sólida propriedade em termos de didática em Geografia, alicerça fundamentais obras para a compreensão da geopolítica em contexto nacional, seus livros utilizados nesta pesquisa são: *Novas Geopolíticas*, *A Capital da Geopolítica*, *Imperialismo e Geopolítica Global*, *Espaço e dominação na escala planetária e Geopolítica Global*, *Geopolítica Global* e *Geografia Crítica: Geografia do mundo industrializado*, além disso, dois livros didáticos de diferentes décadas e edições para análise e apuração de informações, são os clássicos *Sociedade & espaço: Geografia geral e do Brasil*, 4ª e 35ª edições.

Outros autores de contribuição significativas para esta pesquisa no campo da geopolítica e suas relações com a Geografia são: Manuel Correia de Andrade, Bertha Becker, Manuel Castells, Iná Castro, Christian Caubet, Paul Claval, Wanderley Messias da Costa, Martin Gilbert, Rogério Haesbart, Carlos Gonçalves, Yves Lacoste, André Roberto Martín, Antônio Carlos Moraes e Friederich Ratzel. Para fundamentação e orientação metodológica da pesquisa, Bardin, Gatti, Gil, Lüdke, Minayo e Pádua foram elementares para a compreensão e intenção de uma pesquisa com base na análise de conteúdo. Dissertações, artigos e teses também foram utilizados como referências bibliográficas, destacando o trabalho de Leonardo Dirceu de Azambuja, Maria Cristina Lanza de Barros, Roberto Gomes Carmona, Joaquim Chagas Neto, Daniel Mendes Gomes, Eduardo Karol, Claudio Roberto

Ribeiro Martins, Antonio Marcos Roseira, Genylton Odilon Rego da Rocha e Solange Francieli Vieira. Ademais, foram utilizados documentos e leis que norteiam a educação brasileira, assim como portais com estatísticas e informações relevantes sobre transformações educacionais em nosso país, citam-se: Portal INEP, Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Médio (PCNs) e Lei de Diretrizes e Bases da Educacional - Lei 9394/96 (LDB).

A estrutura prevista para o alcance dos objetivos traçados terá início a partir do capítulo intitulado *Percurso histórico da Geografia enquanto ciência e disciplina*, que terá a missão de contextualizar a origem do pensamento geográfico, como o mesmo amadurece no Brasil, o percurso da Geografia como disciplina escolar e por fim como a Geografia está relacionada a mudanças recentes na educação brasileira diante da nova BNCC. O capítulo seguinte terá o foco nos estudos referentes a geopolítica, intitulado *Geopolítica, evolução, perspectivas teóricas e raízes na Geografia escolar*, ainda neste capítulo surgem subdivisões responsáveis por relatar o percurso histórico deste segmento de estudos, além de tratar deste campo no Brasil, para finalizar, como a geopolítica está presente no currículo escolar de ensino médio. O quarto item é dedicado aos *procedimentos metodológicos* e técnicas de análise, passando para o seguinte se tem a *análise e resultados*, com análises de livros escolhidos num recorte temporal desde 1970, até a última década corrente, 2010. Ao fim, no penúltimo item se tem as *considerações finais*, com impressões, percepções e conclusões, repercutindo com autores já citados os dados e informações obtidas. Finalizando a

dissertação, o último item são as *referências*, com menção a todas as obras utilizadas para a construção desta pesquisa.

2 PERCURSO HISTÓRICO DA GEOGRAFIA ENQUANTO CIÊNCIA E DISCIPLINA ESCOLAR

Este capítulo tem como objetivo ilustrar o percurso histórico da Geografia enquanto ciência e, posteriormente, disciplina escolar. A subdivisão em três seções se dá por questões cronológicas. Logo, a primeira sendo dedicada à origem e evolução do pensamento geográfico, remontando os primeiros cenários da ciência ainda na Grécia antiga, perpassando pelas constantes descobertas e rupturas existentes na antiguidade. Nesta primeira seção, discute-se o emudecimento geográfico medieval em que monges copistas praticamente reproduziram ideias anteriores, presentes na movimentada antiguidade. Com a vinda da Idade Moderna e de várias rupturas propostas no campo científico – oriundas do Renascimento, Iluminismo e Revolução Francesa – aliadas à ascensão do capitalismo que, por sua vez, advém da Revolução Industrial, surgem os primeiros contornos da Geografia Moderna, influenciada diretamente por correntes distintas: alemã – Determinista, e francesa – Possibilista.

Na segunda seção, o foco está no pensamento geográfico brasileiro, com as primeiras produções nacionais, bem como a forte influência das correntes europeias e a consolidação dos primeiros nomes da Geografia nacional. Nesta seção, ainda há destaque para o processo de renovação da Geografia com forte participação de geógrafos brasileiros, ampliando o leque de ações da ciência no Brasil, com um percurso histórico de profundas discussões metodológicas.

Na terceira e última seção, o objetivo é compreender a trajetória da disciplina de Geografia no Brasil, em âmbito escolar, a partir da

contextualização dos momentos que consolidaram ou tiraram a autonomia da disciplina, com recortes históricos essenciais, perpassando por reformas educacionais, chegando até os dias atuais sob a vigência da recente Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as incertezas da Geografia enquanto disciplina nos currículos da Educação Básica, especificamente no Ensino Médio.

2.1 GEOGRAFIA – ORIGEM E EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO.

O percurso histórico da Geografia remonta-se à Grécia Antiga, berço das raízes iniciais que envolvem os fundamentos elementares da mesma como ciência, sempre paralelos à Filosofia. A sedução pela compreensão de fenômenos cosmológicos e a interação do homem com a natureza fizeram parte do trabalho de diversos filósofos gregos; estudos que ainda preconizavam o que viriam a ser os princípios da Geografia. Os primeiros registros do termo Geografia foram cunhados por Eratóstenes de Cirene¹, ainda no século III a.C., “com contribuições de ordem prática no desenvolvimento da ciência geográfica [...] criou a esfera armilar [...] destinada a representar as posições de círculos importantes da esfera terrestre” (CAVALCANTI, VIADANA, 2010, p.29). Eratóstenes produziu mapas com novas dimensões continentais e registrou estrelas, propôs ainda um cálculo para o raio da Terra em que a mesma fosse uma esfera.

¹ No século III antes de Cristo, Eratóstenes foi o verdadeiro criador da Geografia científica: ele entendeu a possibilidade de localizar pontos na superfície da Terra usando medidas astronômicas. A Geografia tornou-se: ‘Esta ciência sublime que lê no céu a imagem da Terra’ (Ptolomeu). (CLAVAL, 2011, p. 83).

Hiparco², crítico de Erastótenes, cria um modelo utilizado até os dias de hoje com meridianos e paralelos, sendo o princípio básico do que conhecemos atualmente para localização e orientação no espaço. Em recorte temporal similar, mas distantes geograficamente dos gregos, outras civilizações mostravam-se adeptas de conceitos e iniciativas básicas ligadas à Geografia. Costa, Rocha, (2010) ilustra o papel de comunidades andinas e polinésias, que para o desenvolvimento de cidades ou locomoção própria, faziam uso dos pontos cardeais. Além do zoneamento climático, é atribuído a Hiparco o reconhecimento da precessão dos equinócios (CAVALCANTI, VIADANA, 2010). Na Grécia antiga, posteriormente, tem-se Estrabão³ que reuniu importante conteúdo geográfico e de Ciências Naturais através de um profundo trabalho de descrição de ambientes. Por fim, na Grécia antiga, ainda se destaca Ptolomeu⁴, com descrições de expedições pelo mar mediterrâneo, acessando a Ásia menor e o Oriente Médio, além do Sul europeu. Ele deixou muitos mapas e representações cartográficas que impulsionaram expedições.

Com as primeiras ações realizadas pelos gregos, a cartografia se tornou importante para a evolução histórica da Geografia, sendo que as

² Deve-se a Hiparco de Nicéia (que viveu em torno de 120 a.C.), o título de fundador da Trigonometria. Não é muito o que se sabe sobre a vida de Hiparco. Ele foi o primeiro a determinar com precisão o nascer e o ocaso de várias estrelas, usando uma tabela de cordas que ele próprio calculou. (CASTELO BRANCO, 2013, p. 15)

³ “Estrabão se destacou na Geografia, pois descreveu detalhadamente as suas viagens pelo mundo, produzindo uma ‘Geografia’ marcadamente descritiva”. (ROCHA, 1996, p. 91).

⁴ Cláudio Ptolomeu (circa 100-178 d.C.) conhecido como um dos mais famosos astrônomos da Antiguidade. No seu grande livro *Almagesto* (ou "Syntaxis mathematica"), ele sistematizou o sistema geocêntrico, descrevendo matematicamente os movimentos dos planetas como se a Terra estivesse parada no centro do Universo. (MARTINS, 1995, p. 53).

conquistas espaciais dos gregos eram ilustradas através das representações gráficas, “...podendo-se afirmar que, das demais formas de comunicação gráfica, a mais antiga da humanidade é o mapa, confirmada por evidências históricas, arqueológicas e etnológicas.” (CAVALCANTI, VIADANA, 2010, p.15). O trabalho envolvendo representações cartográficas também foi desenvolvido por outras civilizações, como os sumérios e os mesopotâmicos, sendo que o início da exploração do mar Mediterrâneo se configurou como princípio para a interação cultural entre ocidente e oriente. Para Calvacanti (2010, p. 16), “...os mapas desse período foram responsáveis pela base do sistema cartográfico atual, sendo ultrapassados apenas no século XVI, com o advento das grandes navegações e a melhoria considerável dos documentos cartográficos”.

A conquista dos Romanos frente aos Gregos, ainda no século II a.C., trava o desenvolvimento da Geografia, desvinculando-a da Matemática e da Astronomia, tornando-se funcional, com objetivo unicamente descritivo (GODOY, 2010). Poucos nomes romanos se tornaram respeitáveis para a Geografia, citam-se Pompônio de Mela e Plínio, com apreensões atreladas à localização de água e áreas férteis. O bloqueio em inovações na produção Geográfica alia-se à adoção do cristianismo como religião oficial do império romano, episódio já do século IV. (ANDRADE, 1987).

Com o fim da Antiguidade e a chegada da Idade Média, período marcado pela obscuridade científica na Europa – com a alcunha de *Idade das Trevas* – a Geografia apenas ganhou nova roupagem no que se refere à interpretação do que havia sido produzido pelos clássicos greco-romanos como Erastótenes, Estrabão, Hiparco e Ptolomeu.

Materiais como livros, enciclopédias e demais ferramentas dedicadas ao conhecimento se restringiam aos mosteiros e eram reproduzidos pelos monges copistas; o conteúdo era descritivo ambiental, além das relações envolvendo política – por meio da Filosofia – sendo os padres os pioneiros na decodificação deste conhecimento (CARVALHO, 1998). A Idade Média não trouxe rupturas ou diálogos para o conhecimento geográfico, que se alicerçou na sustentação das localidades mencionadas pela Bíblia que, em vários de seus livros, mostrava funcionalidades no segmento de orientação espacial (RODRIGUES, 2008). Os debates mais relevantes envolveram diretamente o formato da Terra, sempre alçando as obras clássicas como alicerce teórico. Nos séculos XII e XIII, as expedições de Marco Polo foram capazes de trazer novidades; de cunho descritivo, seus relatos de viagens mostraram as experiências vividas ao longo de trajetos, como o reconhecimento de parte do oriente, onde se localiza a China. Seus escritos foram contrários ao que se desenhava no imaginário em questão, com oceanos e mares sendo resguardados por imensas criaturas e armadilhas sobrenaturais, como explica Carvalho (1998, p.35).

Por não existir naquela época diferença entre ciência e religião, para esses eruditos acreditar que o Paraíso estava num lugar do Oriente, além das terras conhecidas, era um fato tão reconhecido como a existência de elefantes na África. Opiniões mais ou menos extremadas estavam muito mais afastadas do que hoje reconhecemos como Geografia. Mas naquela época os Evangelhos foram um guia na discussão da forma da Terra e na concepção de uma terra redonda e plana, como fez Maur na obra “De Universo”. (CARVALHO, 1998, p. 52).

No período medieval, ocorre a ampliação do domínio muçulmano, com a ocupação de parte da Europa durante aproximadamente 800 anos, tomando toda península ibérica a partir do ano de 711. Este processo de ocupação e conquista árabe termina em 1492, após três longas fases. Este período é marcado por transformações geográficas no espaço europeu (CARVALHO, 1992). Do oriente parte uma base grega com inovação, com ênfase nos conhecimentos da astronomia e Geografia aliadas para a fundamentação da orientação, localização no espaço e desenvolvimento de rotas marítimas, seguida de coletas de informações e aplicações quantitativas, além de publicações, como dicionários de Geografia e cosmogeografia, com destaque para nomes significativos como Ibn Mahji, Al-Birin e Al-Idrisi. (RODRIGUES, 2008).

Em meados do século XV, com o advento das Grandes Navegações e a evolução dos estudos cartográficos, as primeiras concepções de uma Geografia Física começaram a aflorar, principalmente por autores baseados nos ideais renascentistas. A exploração dos mares e os anseios por descobertas influenciaram as sociedades europeias pelos interesses burgueses. Portugueses, espanhóis, italianos, holandeses e ingleses passaram a explorar o globo, conhecendo o restante do continente africano, as Índias – anteriormente relatadas por Marco Polo como fundamentais para exploração econômica e cultural – o restante da Ásia, as Américas e a Oceania. Em suma, todas as descobertas entre os séculos XV e XVIII, sendo que, até o último século citado, já haviam sido realizadas catalogações e descrições que informavam as condições naturais e humanas em que os

povos se encontravam nos locais recém-descobertos (ANDRADE, 1987).

Durante a Idade Moderna, alguns personagens destacaram-se na Geografia, como Abraham Ortelius: idealizador de um grandioso livro com dezenas de mapas; um trabalho cartográfico significativo, produzido no século XVI (CARVALHO, 1992). Para Andrade (1987) A partir da forte produção cartográfica, das descrições ambientais por viajantes, unidas às transformações científicas derivadas do Renascimento e a transição do capitalismo comercial para o industrial, surge o embrião do que viria a ser a Geografia clássica alemã, a partir da obra *Geografia Geral*⁵, produzida por Bernhardus Varenius no século XVI. De acordo com Livingstone (1992), no século XVIII, a Geografia e outras ciências aceleraram seu desenvolvimento juntamente com o capitalismo, fortalece representantes que sucederam Varenius para os projetos que propiciariam o surgimento da Geografia contemporânea, como Immanuel Kant, Carl Ritter e Alexander Von Humboldt; este último fundamental para a consolidação da denominada Geografia Física.

Até o século dezoito, a geografia aparecia essencialmente como uma disciplina dos mapas. Comparando as narrativas dos viajantes e os diários de bordo de navegadores, os geógrafos fizeram estimativas das distâncias entre lugares

⁵ Varenius não se limitou a descrever a superfície da Terra, baseado só na observação e nas informações disponíveis; ele procurou explicar a origem dos fenômenos e das formas que modelaram a sua superfície. Daí a afirmativa de Sorre de que ele tinha uma concepção genial e o interesse de Isaac Newton pela sua obra, a ponto de reimprimi-la em 1762. O grande valor de Varenius resulta do fato de haver unido a Geografia Geral, a Matemática, a Geografia descritiva, humanista, literária em uma só totalidade e de haver feito tanto a descrição como a interpretação das formas e fenômenos descritos, indicando relações de causa e efeito. (ANDRADE, 1987).

para medir aproximadamente as longitudes. Eram antes homens de gabinete do que de campo. (CLAVAL, 2011, p. 84).

Na estrutura científica de sua época, Humboldt se destacou como naturalista, abarcando os campos da zoologia, química, astronomia, sociologia, física, geologia e botânica, mas foi à geografia que o prussiano dedicou especial atenção e é considerado, até mesmo, um dos fundadores do ramo da geografia física (termo que empregava diferentemente do contexto atual, e que às vezes constava como física terrestre ou física do mundo). (GODOY, 2010, p. 38).

O século XVIII foi marcado pela consolidação do pensamento geográfico de base científica, com a transição da fase pré-científica ⁶da Geografia, sob a égide do Iluminismo, influenciado por John Locke, Rousseau, Montesquieu e Voltaire, e propulsor das consequentes Revoluções Francesa e Americanas⁷, valorizando o conceito de território. As grandes nações europeias iam se desvencilhando dos elos que as prendiam ao absolutismo e à religiosidade, contrastando com transformações econômicas e sociais que, neste momento, atingiram

⁶ O período pré-científico corresponde aos saberes geográficos desprovidos de sistematização e organização metodológica produzidos pelos seres humanos desde a pré-história até a consolidação científica. Abarcam as pinturas rupestres encontradas em cavernas representando a organização espacial da sociedade, os estudos de astronomia, cartografia, correntes marinhas, organização social entre outros. (COSTA, ROCHA, 2010).

⁷ Uma relação particularmente direta entre um povo e seu território foi estabelecida pelas Revoluções Francesa e Americana, no final do século XVIII. As duas revoluções enfatizaram a unidade e a divisão territorial. Ambas estabeleceram como lei fundamental a unidade do território nacional em termos econômicos, como um mercado unido para os bens e um espaço de livre circulação para as pessoas. Mas enquanto a Revolução Francesa objetivava um governo popular e enfatizava a igualdade social, a Revolução Americana, devido à sua localização geográfica, enfatizou a divisão política e uma organização política federal ao invés da homogeneidade territorial. (GOTTMANN, 2012).

também o denominado *Novo Mundo*. Com o fervilhar da ciência prussiana, a Geografia passa a se fazer presente nos cursos universitários, transitando para outras nações exploradoras como a França – nesta época ainda sob a liderança napoleônica. Os cientistas prussianos da época, Carl Ritter e Humboldt, apresentaram os preceitos do que viria a ser a Geografia moderna, embasada inicialmente por contextos físicos, principalmente os fundamentos da botânica, mas correlacionando também fenômenos espaciais. (LIVINGSTONE, 1992). Humboldt realiza um imenso número de viagens ao longo de sua carreira, muitas delas em países – colônias, naquele período, pouco exploradas – principalmente na América Latina, sendo nomeado como descobridor científico da América pelo compatriota Ritter.

As expedições de geógrafos até então realizadas objetivava o reconhecimento ambiental, assim como o acúmulo descritivo de informações sobre locais ainda desconhecidos e inexplorados (ARAGÃO, 1960). Apesar das descrições propostas, Humboldt apontou a importância do uso do solo, analisando fenômenos de maneira isolada e valorizando as condições de vida humana (ARAGÃO, 1960). Segundo Kohlhepp (2006, p. 267), para Humboldt, “A apresentação da vida humana e as condições econômicas eram tão importantes [...] para apenas registrar as condições naturais e definitivamente nada sobre o ser humano”. A vida de Humboldt como expedicionário não foi facilitada, apesar de dispor de riquezas deixadas por sua família; pois a combinação de disputas pelo poder na Europa, atrelado à queda da Prússia, e a ascensão napoleônica quase minaram os planos do geógrafo (ARAGÃO, 1960). Humboldt propiciou repercussão aos conceitos-chaves da Geografia, como o de paisagem, e estabeleceu parecer

associativo para este conceito, integrando elementos naturais e antrópicos, propondo uma sistematização da Geografia.

Humboldt lança diversas bases para a geografia física, como em climatologia (termo provavelmente de sua autoria), botânica, orografia, oceanografia, geologia etc.; além disso, traz para a geografia fatores pouco explorados que agem sobre as populações, como a estatística, a economia política, a pesquisa da origem das línguas e das migrações humanas (ARAGÃO, 1960, p. 465).

O século XIX foi marcado pela Geografia moderna, principalmente pelo cenário de ebulição na Europa, com a modernização e crise dos Estados mediante a economia e as Ciências Políticas, alimentando as lutas sociais. A partir das ações realizadas por Humboldt, Ritter e Kant, novos nomes consolidaram diferentes correntes de pensamento que até hoje geram conflitos. Representando a escola alemã – vinculada neste momento ao fortalecimento do Estado nacional – Ratzel, defensor do determinismo geográfico e autor do célebre conceito do *espaço vital*⁸, foi um discípulo de Humboldt e Ritter. Opondo-se à corrente alemã, estavam os franceses, liderados por Paul Vidal de La Blache⁹, teórico que fundamenta a Geografia regional

⁸ A categoria território durante muito tempo esteve atrelada quase exclusivamente à ideia de território nacional ou vinculada à Natureza, elemento fundamental do conceito de espaço vital estudado por Ratzel (1988), que afirmava ser um povo mais civilizado, quanto mais intenso era o uso do meio, pois mais sofisticadas eram suas técnicas de produção. Os povos considerados civilizados eram aqueles que conseguiam organizar um Estado-Nação como expressão do grau máximo de coesão social e de acúmulo de patrimônio cultural. Ao Estado cabia defender o território e lutar por mais espaço (vital). (FONSECA, LEAL, 2013).

⁹ Vidal de La Blache é, antes de tudo, um pensador universal. Um geógrafo da civilização e da contingência. A civilização é para ele o plano maior da projeção dos gêneros de vida. E a contingência, o parâmetro de sua filosofia da história.

francesa conhecida pela alcunha de possibilista. Ambos representam, antes de tudo, o positivismo geográfico.

Ratzel está num ponto de convergência entre uma corrente de pensamento naturalista e uma corrente de pensamento sociológico que a análise atenta de suas fontes revelaria. Ainda que isso seja difícil, pois Ratzel, excetuando-se algumas notas e observações, quase não nos fornece referências. Contudo, no decorrer de sua obra é relativamente fácil descobrir aquilo que buscou nas ciências naturais, na etnografia, na sociologia e, sobretudo, na história. Sem dúvida, Ratzel foi influenciado por historiadores como Mommsen, por geógrafos como Ritter e Reclus, mas igualmente por um homem como Spencer, que o fez descobrir a lei do desenvolvimento, mais tarde retomada por Darwin. (RAFFESTIN, 1993, p. 11).

Apesar das divergências, e atrelados ao pensamento Darwiniano “Graças a Friedrich Ratzel na Alemanha e a Paul Vidal de La Blache na França, a Geografia humana se constituiu como uma ecologia do homem.” (CLAVAL, 2011, p. 84). Ao longo do século XIX e meados do XX, um ferrenho debate se instaurou nas academias europeias, pois os alemães, até então dominadores da ciência geográfica, defendiam os preceitos do determinismo geográfico, em que o homem é moldado pelas condições naturais do meio em que vive, sendo elas preponderantes para seu desenvolvimento. Por outro lado, o possibilismo geográfico, conforme Gomes (1996), surge alimentando a ideia da Geografia regional, sob uma perspectiva intra-regional. Mediante esta ótica, o homem molda e intervém no meio em que vive,

É também um geógrafo da região, a ele atribuindo-se o mérito da criação da Geografia Regional e do método regional. Mas é por conta da sua Geografia da Civilização que lhe é imputada a ligação com o interesse imperialista do Estado francês. (MOREIRA, 2000).

observando as possibilidades oferecidas pela própria natureza. Na França, com o fortalecimento do pensamento regional, Vidal de La Blache ganha mais espaços, consolidando a Geografia em grandes universidades como a Souborne.

Em geral, até o século XIX, a história da geografia estava mais próxima de uma catalogação de fatos, de lugares e protagonistas de descobertas geográficas, do que propriamente de uma História do Pensamento Geográfico, constituída a partir de considerações acerca de teorias, conceitos e temas da geografia. Em contrapartida, as mudanças que estimularam novas leituras da história da geografia abandonaram a catalogação e as descobertas geográficas e passaram a centrar maior atenção nos precursores, em suas obras, nas formas de institucionalização e sua evolução geral no âmbito das ciências sociais. (GODOY, 2010, p. 150).

Adentrando o século XX, com as significativas contribuições das escolas alemã e francesa, e diante da institucionalização da ciência geográfica, tem-se a exposição das fragilidades da Geografia, que passa a ter questionada sua unidade. Para Godoy (2010, p.23), a oscilação do físico ao humano, atrelada à dificuldade de generalizações, ocasionou à Geografia, naquele momento, desafios para a consolidação de sua unicidade. De acordo com Vesentini (2003), a rivalidade existente entre as nações – França e Alemanha (Prússia) – foi preponderante para o aquecimento deste debate geográfico. Estas rugas acadêmicas permearam por décadas na Geografia, principalmente no início do século XX, quando a 1ª Guerra Mundial¹⁰ opôs França e Alemanha;

¹⁰ A primeira Grande Guerra (1914-1918) esteve diretamente ligada ao descontentamento na partilha de colônias africanas e asiáticas. Alemanha e Itália ficaram fora do processo de neocolonialismo, gerando imensa tensão no

rivalidade essa que perdurou enfaticamente até o fim da 2ª Guerra Mundial¹¹, ainda mais acirrada mediante a ascensão do nazismo e de constantes disputas coloniais e territoriais.

Os laços existentes entre as políticas dogmáticas e deterministas existentes na Alemanha, bem como o crédito ao racismo e ao conceito de raça-pura acabaram por estigmatizar o determinismo, classificando-o como um antecedente ao possibilismo (CLAVAL, 2011). Já na década de 1940, com o crescente processo de industrialização, praticamente todos os Estados do ocidente europeu possuíam parques industriais completos e a consequente urbanização passou a sugerir estudos referentes à circulação de pessoas e mercadorias; e, para isso, segundo Claval (2011, p. 84), fez-se uso da economia espacial.

A *crise existencial* que assolou a Geografia na segunda metade do século XX, munida das transformações indexadas ao fim da 2ª Guerra Mundial, está atrelada à grande ruptura de paradigmas científicos da época. Para compreensão deste período, faz-se necessário revisitar Kuhn (1972), que situa prontamente a importância da revisão das estruturas científicas até então consolidadas, bem como a necessidade de se reescrever a história das ciências. Com a Geografia não foi diferente –

continente europeu. A política de alianças opôs Alemanha e França, respectivamente representando a Tríplice Aliança e a Tríplice Entente. Entre as principais consequências desta primeira Grande Guerra estão o redesenho do mapa do continente europeu, além do imenso número de mortos e feridos, respectivamente 10 e 30 milhões. (Gilbert, 2017).

¹¹ A Segunda Guerra Mundial (1939-1945) foi o segundo grande conflito global, sucedendo o período entre guerras, novamente trouxe políticas de alianças e sob a ascensão de partidos nacionalistas, como o Nazista (Alemanha) e o Fascista (Itália) atrelados ao sentimento de revanchismo, voltou a ocasionar um elevado número de mortes, 47 milhões. Envolveu um número maior de nações e os seis anos de conflitos marcaram constantes modificações territoriais nos mapas europeus. (Gilbert, 2017).

as fragilidades deixadas pela percepção tradicional do pensamento geográfico (englobando correntes deterministas e possibilistas) trouxeram à tona a quantificação; explicação de fenômenos através de números e estatísticas correlatas. De acordo com Godoy (2010), a Geografia Teórica ou pragmática predominou na Grã-Bretanha e Estados Unidos e estabeleceu como parâmetro o uso de métodos e práticas generalistas, favorecendo abordagens sistêmicas para a explicação de fenômenos.

A análise dessa problemática levou os geógrafos de diferentes filiações teóricas e metodológicas a discussões que gravitavam em torno de questões relacionadas às formas de teorização, aos abusos na utilização dos meios e das técnicas de quantificação, na relação ideológica entre sujeito e objeto, e ao problema do compromisso político das ciências sociais com os direitos e anseios da sociedade. (GODOY, 2010, p. 153).

A década de 1960 é o auge da Guerra Fria¹², de um processo de bipolarização mundial e de profundos conflitos ideológicos. Neste contexto, a Geografia desta década já possuía características marcantes, dentre as quais se destacam a capacidade de localização e representação cartográfica, além da compreensão existente das redes produzidas pela circulação de mercadoria e pessoas (VESENTINI, 1997). Claval (2011) destaca a capacidade da Geografia em estruturar relações e sistemas políticos, além do reconhecimento da especialização do trabalho. Mediante o diálogo entre Claval (2011) e Santos (2002), percebe-se que

¹² A Guerra Fria foi um período de afloramento das desigualdades sociais, advindas de uma disputa geopolítica entre as duas grandes potências que emergem da 2ª Guerra Mundial. Opôs o Capitalismo defendido pelos Estados Unidos e o Socialismo da União Soviética. Neste período, além das enormes rupturas e transformações sociais, a constante em tensões globais era uma realidade. (FURTADO, 1964).

faltava à Geografia científica dessa década a análise resultante da experiência humana nos lugares e territórios, ou propriamente dito: espaço geográfico. Uma proposta de renovação, denominada pragmática¹³, baseava-se em explicações de fenômenos e na lógica genérica, através de números e estatísticas. Moraes (2005) suscita que a Geografia pragmática, alimentada pelo instrumental quantitativo, estabelece conexão com a psicologia, resultando na Geografia da percepção.

Esta buscaria entender como os homens percebem o espaço por eles vivenciado, como se dá sua consciência em relação ao meio que os encerra, como percebem e como reagem frente às condições e aos elementos da natureza ambiente, e como este processo se reflete na ação sobre o espaço. Os seguidores desta corrente tentam explicar a valorização subjetiva do território, a consciência do espaço vivenciado, o comportamento em relação ao meio. Estes estudos fazem uso do instrumental desenvolvido pela psicologia, particular às teorias behavioristas. (MORAES, 2005, p. 114).

A Geografia pragmática conduz ao utilitarismo e, objetivando assim a organização do espaço geográfico a partir de descrições severamente executadas, possibilitando em seguida algum tipo de intervenção (MORAES, 1989). Nesta década, Godoy (2010) aponta que a cientificidade, ligada ao exacerbado número de técnicas, foi suficiente para alguns geógrafos defensores da Geografia pragmática, contudo a comoção contrária também ocorreu e com expressiva força. Em debate estava a “Relação ideológica entre sujeito e objeto, e ao problema do

¹³ No Brasil, desenvolveu-se sob a denominação de Geografia Teórica, má tradução do termo inglês *theoretical* (teórica), que nominava esta perspectiva genérica e explicativa do pensamento geográfico. (MORAES, 2005, p. 113).

compromisso político das ciências sociais com os direitos e anseios da sociedade.” (GODOY, 2010, p. 153). A partir deste entrave, surgem os grandes movimentos que opõem as correntes funcionalistas e críticas da Geografia, a qual neste momento se encontrava em uma profunda crise, incluindo neste turbilhão o papel do geógrafo, que poderia estar vinculado ao plano de dominação de determinadas classes ou ao combate às desigualdades sociais resultantes do capitalismo.

O debate sobre a introdução da geografia quantitativa, nas décadas de 1950 e 1960, levou a uma verdadeira guerra simbólica no seio da comunidade geográfica. O que estava em jogo não eram apenas teorias e modelos, mas a constituição de regras para a obtenção do controle sobre a comunidade científica. A institucionalização da geografia revelou a importância da oposição e dos conflitos na comunidade científica do século XIX e o papel que as associações nacionais e internacionais de defesa dos interesses da comunidade dos geógrafos exerceram na definição do que é geografia e do que pode ser ou não considerado como geográfico. (GODOY, 2010, p. 154).

Os anos de 1970 acirraram ainda mais o debate epistemológico da Geografia, principalmente a consolidação de uma oposição ao pensamento sistêmico defendido pela Geografia pragmática (ANDRADE, 1987). Esta década foi o momento em que eclodiu o movimento da Geografia Crítica, visando uma espécie de renovação da ciência e o embate entre estas duas vertentes de pensamento legitimou também um processo intrínseco à Geografia, relacionado diretamente à evolução do capitalismo concomitante à globalização. A recém-pensada Geografia Crítica surge a partir de obras que conferem à Geografia o papel de ciência que descreve e intervém em problemas sociais e

econômicos gerados pelo capital; seus principais representantes foram o marroquino Yves Lacoste e o brasileiro Milton Santos. Segundo Gomes (1996), a disputa entre estas correntes, acompanhadas também pela corrente da Geografia dita tradicional, adicionou ainda mais dificuldades à ciência geográfica. Aproximando-se mais do socialismo real e de movimentos sociais, tem-se a Geografia Radical que surge justamente nas nações em que mais se prevalece o pensamento quantitativo para a Geografia: Grã-Bretanha e Estados Unidos. Com representação marcante de David Harvey, a Geografia Radical foi, segundo Godoy (2010), responsável por profundas mudanças na estrutura de ensino das escolas norte-americanas.

A disputa entre as correntes teóricas pela posse da nova geografia ou geografia nova não ficou restrita às questões metodológicas e conceituais, intensificou-se nas relações de poder no interior das instituições e das comunidades científicas. O debate sobre a introdução da geografia quantitativa, nas décadas de 1950 e 1960, levou a uma verdadeira guerra simbólica no seio da comunidade geográfica. O que estava em jogo não eram apenas teorias e modelos, mas a constituição de regras para a obtenção do controle sobre a comunidade científica. (GODOY, 2010, p. 154).

Apesar de outros movimentos menores, contudo significativos, a Geografia parte para a década de 1980 buscando afastar-se de todo imbróglio metodológico que a norteou durante grande período. Buscar-se-á, mediante ao seu objetivo inicial, a descrição da superfície terrestre e todas as interações e modificações espaciais. A Geografia toma rumos humanísticos e revigora os laços entre métodos e metodologias, permitindo amplo espaço para atuação (ANDRADE, 1987). De acordo com Livingstone (1992, p. 54), a Geografia tem atuação importante em

diversos segmentos científicos, abarcando a compreensão geopolítica, ambiental e de novas tecnologias e suas implicações socioespaciais. Para Moreira (1987) a disputa ou luta por unicidade ficou para trás; busca-se, então, dinamizar os estudos da ciência para que a mesma se consolide em academias de todo o globo, valorizando todos os fundamentos que a consolidam.

Desde os primeiros passos dados pelos Gregos, passando pelos laços filosóficos e a obscuridade científica existente até o fim da Idade Média, a Geografia caminhou essencialmente descrevendo o espaço geográfico. Com a modernidade, precisamente no século XVIII, uma forte efervescência científica propiciou dois séculos de profundas análises internas para os rumos do pensamento geográfico, elevando a Geografia a uma das principais ciências para compreensão da dinâmica social e econômica em termos globais. Os rumos da Geografia para o Século XXI mostram efetivo amadurecimento em termos de métodos, metodologias e produção intelectual, nos quais prevalece a essência da pluralidade, respeitando as correntes e rupturas que por séculos mudaram os rumos desta ciência.

2.2 O PENSAMENTO GEOGRÁFICO BRASILEIRO

O Brasil, como uma colônia até meados do século XIX, demorou para abrigar academias e universidades capazes de fazer frente a toda ciência praticada pelos europeus ocidentais. Até meados do século XX, ainda sob forte dependência, começou a flertar sorrateiramente com outras nações, que neste momento se encontravam milhas a frente em termos de construção e discussão científica. De acordo como Moraes (1991), o Brasil neste tempo se encontrava como boa parte do globo, à

mercê de economias imperialistas que, através do uso do solo, esgotavam as riquezas naturais existentes nestas nações periféricas. No bojo das colônias portuguesas, ficou claro, principalmente na segunda metade do século XIX, as dificuldades encontradas para o Brasil construir para si uma identidade nacional, apesar do apelo monárquico.

De acordo com Andrade (1990) A Geografia surge no Brasil através da importação intelectual e científica, processo comum a países subdesenvolvidos ou periféricos, sendo rápida a difusão do determinismo geográfico, idealizado pelos alemães. Segundo Andrade, (1990, p. 27), “...podemos considerar como percursos da Geografia científica no Brasil, autores que publicaram nas três primeiras décadas do século XX, livros especificamente de Geografia ou livros de análise do meio ambiente e das paisagens de grande interesse”. No Brasil, prevaleceram às leituras calcadas em Ratzel, sobretudo no que se refere ao conceito de espaço vital e à construção de um Estado Forte.

Pode-se dizer que o Brasil, a partir da segunda metade do século XIX, apresentava todas as condições para uma ampla disseminação do discurso geográfico e uma rápida institucionalização da geografia. Como uma hipótese de trabalho, pode-se considerar que a primeira coisa em parte ocorreu, mas não a segunda. Isto é, as teses da geografia conheceram certo destaque sem que a disciplina conhecesse uma objetivação institucional. Na verdade, esta só vai ocorrer no final da década de 1930. Tem-se, assim, um debate marcadamente geográfico (com muitas alusões a autores e a teorias da geografia) sem que se tenham de fato geógrafos ou cursos de geografia no país. (MORAES, 1991, p. 170).

A década de 1930 é registrada como o ponto de partida para a institucionalização da Geografia no Brasil, marca ainda o início de

curso superiores em Geografia, localizados nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Moraes (1991) aponta que, além dos primeiros cursos, há o surgimento de uma importante entidade para a consolidação da Geografia nesta década: a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB). Na década supracitada, ainda são criados o Conselho Nacional de Geografia e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), este último em 1937. Diante deste panorama, Mota (1976) situa que o recorte temporal da década de 1930 é marcado pelo forte movimento político nacional em torno de um líder capaz de mobilizar a população brasileira: Getúlio Vargas. Notadamente no Estado Novo, Vargas construiu análises geográficas fundamentais sobre o país e para seu governo, principalmente diante do cenário caótico que assolou a política nacional entre os anos de 1920 e 1930. Suas análises perpassavam, de acordo com Mota (1976), pelo anticomunismo, centralização e nacionalismo, rebocados aos fenômenos da intensa migração e crescente urbanização que mudaram os eixos econômicos nacionais.

A criação do IBGE em 1937 foi ato do “Estado Novo”, tendo o seu Conselho Nacional de Geografia (talvez o único órgão institucional de caráter geográfico diretamente ligado ao poder central de um Estado) logo aderido à União Geográfica Internacional. Ligada a um caráter pragmático de subsídio político, a produção ibegeana de Geografia, em contraste com aquela nascente Universidade, revestiu-se de um caráter de comprometimento ao poder, o que fez com que se distinguisse (mesmo com certo tom de malícia) como “Geografia do Estado Novo”, passando posteriormente o epíteto a “oficial”. O fato mais decisivo para que lhe imputasse este caráter foi aquele assumido pela necessidade de determinar as “divisões territoriais do país”. (MONTEIRO, 1980, p. 28).

Enquanto o fervor nacionalista estava em alta no Brasil, a Geografia começa a aparecer como uma disciplina escolar, trilhando caminhos na Universidade de São Paulo – USP e na faculdade do Brasil, situada no Rio de Janeiro. De acordo com Moraes (1991), as disciplinas tinham professores advindos da Europa, predominantemente alemães e franceses, oriundos das duas maiores correntes existentes na Geografia Tradicional. Conforme Barros (2000), a função dos primeiros professores era encaminhar a formação de docentes que atenderiam o secundário. Moraes (1991), Barros (2000) e Andrade (1994) destacam a atuação de Delgado de Carvalho Filho¹⁴, professor crítico à produção exercida pelo Estado no que se referia à Geografia.

Conforme os autores citados, adepto ao possibilismo francês, o professor Delgado de Carvalho Filho atuava na escola Dom Pedro II, tida como o berço do pensamento científico geográfico no Brasil. A participação do Brasil, em 1933, na União Geográfica Internacional (UGI) propiciou a conexão com pesquisas realizadas em outros países, principalmente na França, através do professor Emmanuel de Martonne, este que, segundo Barros (2000), foi essencial para a transformação do ensino de Geografia na França. De acordo com Andrade (1990), destaca-se também a atuação dos franceses Pierre Deffontaine, Pierre Monbeig e Francis Ruellan e dos brasileiros Aroldo Azevedo, José

¹⁴ Dentre os precursores da moderna Geografia brasileira, destaca-se a figura exponencial de Delgado de Carvalho, brasileiro, nascido na França e lá diplomado em Ciências políticas, retornou ao Brasil, onde se fixou, tendo sido o introdutor dos métodos de pesquisas geográficas francesas e do interesse pela Geografia regional. Na época, discutia-se nas universidades francesas a natureza e as características das regiões. Após o seu livro básico, *O Brasil meridional*, publicado em 1910, Delgado de Carvalho voltou-se para o ensino e para a metodologia de pesquisa geográfica, tornando-se o primeiro geógrafo brasileiro. (ANDRADE, 1990, p. 25).

Veríssimo da Costa Pereira e Josué de Castro; estes citados desenvolveram vastas obras objetivando reconhecer o território brasileiro, apesar de *monográficos*.

Construía-se assim, uma nova geografia material do país, e esta se fazia acompanhar de uma nova construção simbólica da identidade nacional: o nacional agora claramente expresso como estatal e oficial. Por isso, o período também foi rico no que tange à formulação de representações do espaço, uma época de ampla difusão de ideologias geográficas. (MORAES, 1991, p. 172).

A Geografia no Brasil dava passos lentos para a coesão, não estava claro quais as ações envolviam a Geografia enquanto disciplina escolar. Sua função enquanto ciência, respaldada pelo positivismo-funcionalista francês, estava diretamente envolvida com as delimitações territoriais e estatísticas (ROCHA, 1996). Nas academias, Gomes (2010) aponta que os estudos de Geografia passam a ser fragmentados em Geografia Física e Geografia Humana – uma dicotomia comum para época – sempre coordenadas por franceses e professores seguidores brasileiros. A partir do fortalecimento da USP, têm-se então os primeiros grandes nomes nacionais para a Geografia moderna, tais como Aroldo Azevedo e, em seguida, Aziz Nacib Ab’Saber, que marcam com obras significativas o desenvolvimento de pesquisas de cunho geográfico nas décadas de 1940 e 1950. Mediante a produtividade e evolução rápida, Gomes (2010) pontua que a denominada *Escola Paulista de Geografia* foi essencial para a edificação e difusão da ciência geográfica pelo Brasil, culminando, inclusive, na formação de outras famosas escolas de Geografia pelo Brasil: a mineira, a gaúcha e a fluminense.

Com a presença de grandiosos eventos geopolíticos que marcaram a transição da década de 1930 e 1940, a Geografia continuou em pleno estágio evolutivo. De acordo com Moraes (1991), estes eventos ainda deixaram evidente o papel do pensamento geográfico como segmento estratégico para nações diretamente envolvidas em conflitos militares. Já na década de 1950, Gomes (2010) aponta um ponto crucial para análise do pensamento geográfico, o qual afetaria diretamente a formação de profissionais: a fragmentação do curso que oferecia a habilitação em História e Geografia. O tom de criticidade às ações de fragmentação do curso e à consequente perda dos espaços para os profissionais da educação ocasionou uma grande evasão dos discentes na USP, levando assim os cursos de Geografia a parcial extinção.

Em 1957 com a separação dos cursos de História e Geografia houve uma tendência cientificista desta última e a relação com a licenciatura começou a esmaecer. Aos poucos, as diferenças entre o bacharel e o licenciado foram se tornando cada vez maiores. O ponto ápice desta divisão, segundo Pasquale Petrone, foi à criação da Faculdade de Educação da USP pelas reformas de 69/70. (GOMES, 2010, p. 37).

Segundo Andrade (1990) Ainda na década de 1960, com o golpe militar de 64, a Geografia brasileira passa a ser totalmente dependente da Geografia Teórica que, de acordo com Santos (2002), esteve diretamente ligada à matemática e à explicação de fenômenos por meio de estatísticas, generalizando resultados e homogeneizando interpretações de ações espaciais. Para Andrade (1990), a Universidade Estadual Paulista (UNESP) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) passam a condenar com veemência a Geografia Tradicional,

destituindo a importância dos trabalhos de campo, voltando-se ao pensamento quantitativista idealizado por anglo-americanos-americanos.

Era uma renovação favorável ao governo militar porque, fazendo trabalho baseado em estatísticas, projetavam o crescimento econômico, deixando à margem as implicações sociais e ecológicas desse crescimento. Ela prenunciava os tempos atuais de globalização e de dissolução de soberania. [...] foram muitos geógrafos dessa corrente que se destacaram. Dentre outros, Antônio Christofoletti, Alexandre Filozola Diniz, Antônio Ceron, Pedro Geiger, Speridião Faissol, etc. (ANDRADE, 1990, p. 29).

Com a chegada da década de 1970, floresce no Brasil os primeiros sinais da Geografia Crítica; de acordo com Gomes (2010), esta advém do pensamento crítico francês, visando antes de tudo o rompimento de paradigmas estabelecidos pelas correntes dispostas até então. Moreira (2000), Rodrigues (2008) e Monteiro (1980) pontuam que tendências recorrentes dos Estados Unidos e França convergem e contribuem para a constituição da Geografia Crítica, encabeçada pelo engajamento social e participação ativa junto às Ciências Sociais. Gomes (1996) cita que destas correntes surgem nomes significativos para a Geografia enquanto ciência, como Yves Lacoste e Henri Lefebvre. No Brasil, há autores que se tornam marcos destes novos rumos para a Geografia, por exemplo, Milton Santos – com preocupações sociais significativas, analisando propriamente o Brasil e valorizando os preceitos regionais estabelecidos pela Geografia Francesa. De acordo com Moraes (1991), cabe salientar que o flerte com

o Marxismo¹⁵ favoreceu o aparecimento de obras críticas, promovendo o diálogo entre novas metodologias que envolvem a Geografia, como o uso de estatísticas e recursos de aerofotogrametria para a construção cartográfica e análise de fenômenos. Evidentemente que toda essa transformação ao longo da década de 1970 impacta diretamente na formação dos professores, bem como a produção didática de materiais envolvendo a disciplina de Geografia.

No Brasil, a entrada da Geografia Crítica é um assunto muito discutido pela comunidade geográfica, muitas vezes sem um consenso entre os geógrafos. Pode-se destacar, entretanto, alguns marcos dessa nova Geografia a luz de alguns autores. Em 1978 é publicado o livro *Por uma Geografia Nova*¹⁶ de autoria de Milton Santos, considerado um marco na produção crítica no Brasil. Antes já havia autores preocupados com as desigualdades sociais, como a *Geografia da fome* de Josué de Castro, mas essa literatura ainda não tinha o materialismo histórico e o pensamento dialético como norteador da análise espacial. Milton Santos consagra as obras ao estudo do espaço humano, uma revisão crítica da evolução da Geografia orientada por uma problemática social ampla e construtiva. A Geografia deve preocupar-se com a produção do espaço, que é resultado das relações sociais ao longo do tempo. (Gomes, 2010, p. 92).

¹⁵ “A aplicação do pensamento marxista à geografia brasileira levou à adoção de conceitos mais concretos, em substituição ao de modelo de produção, utilizado apenas na reflexão teórica, ao abandono da ideia muito aceita desde o século XIX de que teria havido feudalismo no Brasil, a uma análise mais realista das relações entre cidades e campo e ao aprofundamento da terra, levando-se em conta a dependência do capital na expansão do povoamento e da transformação do espaço em território.” (ANDRADE, 1990, p. 31).

¹⁶ “Milton Santos muda a Geografia. Não se limitando a apresentar a historicidade do espaço como uma pura tese, antes a tomando como uma noção de base, submete o discurso geográfico à mais completa releitura teórica. E numa extensão que vai da crítica epistemológica a uma nova teoria do objeto.” (MOREIRA, 2000, p. 33).

Mesmo diante do exílio de grandes nomes da Geografia frente ao processo ditatorial brasileiro, a produção intelectual atinge seu ápice com o fim da década de 1970 e meados de 1980 e idealiza em Milton Santos seu legítimo representante (RODRIGUES, 2008). Santos (2002) afirma que é impossível conceber a produção do espaço distante das relações de produção sob a ótica do capital, atrelando ao trabalho, cada vez mais modificado, o papel de elo entre o homem e a natureza. Fica clara a influência marxista com o predomínio do entendimento de processos sociais e intrínsecos aos seres humanos como vitais para a transformação e organização do espaço. A partir das análises de Milton Santos, clarificam-se os papéis do tempo, espaço, técnicas e tecnologias, e sob a ótica de suas obras, que se tornam mundiais com sua permanência no exílio, estando na Tanzânia, Venezuela e França. O entendimento da perversidade do processo de Globalização no *espaço total*¹⁷, dirigido por poucas nações imperialistas, que suplanta o papel de Estados, relega países como o Brasil ao mero espectador do processo econômico mundial, como agroexportador.

No mundo subdesenvolvido, a presença do Estado torna-se hoje cada vez mais necessária, devido ao agravamento simultaneamente crescente de contradições nas relações externas, ocasionadas pela crise do sistema e nas relações internas, frequentemente também críticas, herança das fases precedentes. Este fato é bem claro em países como a Índia, o Brasil, o México, sem falar da

¹⁷ A realização de uma sociedade mundial fez com que também o espaço se tornasse total. Mas o movimento brutal de unificação, iniciado desde o começo do período capitalista por volta do século XVI, é também um movimento de diversificação que consagra o princípio da unidade e da diversidade na História. Este movimento atinge seu ápice neste período tecnológico em que cada nação parece só poder encontrar seu destino sob a forma de um Estado. (SANTOS, 2002).

Argentina, do Irã e da Turquia. Em países como os acima citados, as contradições são o resultado de um modelo de crescimento inadequado; em outros elas provêm da incapacidade de progredir segundo este mesmo modelo ou de substituí-lo por um ou outro. (SANTOS, 2002, p. 225).

O campo de estudos de Santos foi essencial para compreensão do processo de globalização na contemporaneidade, com várias obras ressaltando a perversidade e desigualdades provocadas pelos níveis distintos de acesso à educação, informação e técnica. Para SANTOS (1993, p.48) “A globalização do mundo é uma contradição: globaliza-se a partir de uma estratégia que emana de um centro de decisão econômico, o que se supõe considerar, como consequência, uma periferia a esse centro; logo, não se globaliza o mundo, mas uma parte privilegiada dele”. A abertura intelectual por meio das obras de Milton Santos, logicamente, engajou uma diversificada gama de estudos embasados nesta *Nova Geografia*, que pautou os anos de 1990 e também dirigiu a ciência aos anos 2000 e há dias mais atuais. A Geografia Crítica nacional passou a ter respaldo a partir da apropriação e entendimento da dinâmica social e econômica do Brasil, sendo que essa maturidade acabou nos trazendo obras e autores significativos para a compreensão de nossa nação frente o processo de Globalização que, na visão de Santos (2002), é perverso e não se faz presente a todos os atores. A renovação da Geografia brasileira, com base crítica, teve temas peculiares ao Brasil que passaram a ser interdisciplinarmente tratados pela ciência; tal interdisciplinaridade já era cobrada por Milton Santos, principalmente, mediante aos estudos de economia.

A própria Geografia pode contribuir para a evolução conceitual de outras disciplinas, a economia, por exemplo, e isso se tornou muito evidente depois que a economia neoclássica se impôs escolasticamente, e também politicamente, como instrumento essencial à difusão capitalista. Como a economia neoclássica é, por definição, uma abstração em relação ao homem e ao meio geográfico, os estudos geográficos ganham assim novas condições para colaborar no aperfeiçoamento de muitos dos conceitos econômicos. (SANTOS, 2002, p. 131).

Ao considerar a questão da interdisciplinaridade na Geografia, Santos (2002) e Rodrigues (2008) são enfáticos ao apontarem que a interdisciplinaridade conquistada pela Geografia propiciou significativa conexão com outras ciências. Um crescimento exponencial no raio de ações da Geografia passa a ser registrado por novos campos de ação, antes esquecidos, inexistentes ou inexplorados, sendo a ciência geográfica agora capaz de analisar fenômenos relacionados ao espaço geográfico bem como sua relação direta com as ações antrópicas. Para Santos (2002, p. 265), “...a necessidade maior é de desmitificar o espaço, se desejamos juntar as características próprias do espaço e da formação social correspondente em uma teoria saída da realidade”. Diante do exposto, Santos (2002,) expõe a necessidade de um constante diálogo da Geografia com outros segmentos científicos. As obras de Milton Santos, Josué de Castro, Ruy Moreira –entre outros grandes nomes brasileiros – abriram um leque enorme para o fortalecimento do pensamento geográfico nacional, perfazendo um caminho de uma trajetória de novos nomes que compunham um seletivo ramo de análises vinculadas a essa *Nova Geografia*.

Na verdade, devemos compreender que Geografia brasileira não está construída, não concluiu ainda o seu processo evolutivo, ela segue um processo de construção que nunca terá fim, à proporção que vai sendo construída, vai descortinando novos desafios que precisam ser respondidos. É um devenir que não se encerra, porque a construção implica em uma permanente reconstrução. A solução de problemas vai sempre provocando o surgimento de novos problemas, em vista das transformações que a sociedade vai realizando. (ANDRADE, 1990, p. 32).

Atualmente, graças ao poderio interdisciplinar, a Geografia possui estudos significativos agregados a si, tais como: Geografia Urbana, Geografia Agrária, Geografia da população, Geografia Econômica, Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento; todos estes vinculados a outras áreas do conhecimento. De acordo com Andrade (1990) e Moreira (2000), a Geografia brasileira caminha para um constante processo de reconstrução, compreendendo que sua interdisciplinaridade abra possibilidades reais de análises mais complexas, buscando sempre na dialética sua edificação.

2.3 PERCURSO DA GEOGRAFIA ENQUANTO DISCIPLINA ESCOLAR NO BRASIL

Acompanhando as tendências europeias, a Geografia enquanto disciplina escolar aparece a partir do século XIX, sendo no Colégio Imperial Dom Pedro II, no Rio de Janeiro, a primeira experiência oficial em currículo escolar¹⁸. Neste primeiro período, de acordo com Rocha

¹⁸ “Com base no 3º artigo do decreto do dia 2 de dezembro de 1837, do Colégio Imperial D. Pedro II, em que são citadas as disciplinas do componente curricular, citando retórica e os princípios da Geografia.” (VLACH, 1988, p. 129).

(1996, p. 21), o livro *Chorografia Brasílica* de 1817, de autoria do padre Manuel Aires Casal, foi essencial para o processo de entrada da disciplina de Geografia no currículo escolar, inspirando a produção de outros autores de obras didáticas. O cunho da disciplina, como elucidado anteriormente, esteve ligado à ampliação do pensamento geográfico nacional, com base na valorização do território, símbolos e riquezas nacionais. A Geografia, assim como todo o currículo escolar brasileiro, estava totalmente inspirada no modelo francês, nesta época ainda conexo à missão de edificação de uma identidade nacional, principalmente pela recém-independência do Brasil.

Ao longo de todo o período imperial, a situação não foi revertida e a geografia escolar permaneceu sob influência do modelo francês. Só eram sentidas alterações no ensino desta disciplina em nossas escolas após estas terem sido implementadas anteriormente naquele país. Avesa a outras influências que não a francesa, permaneceu, hegemonicamente, nossa geografia escolar “bitolada” ao modelo importado até nas primeiras décadas deste século. (ROCHA, 1998, p. 3).

Até o fim do século XIX, outros autores produziram obras importantes para a Geografia escolar, deixando de lado as reproduções francesas ligadas ao nacionalismo e a interpretações de paisagens. Dentre esses autores, destacam-se Tancredo do Amaral, Feliciano Pinheiro Bittencourt e Carlos Miguel Delgado de Carvalho; este último, preponderante para transformações didáticas na Geografia brasileira nos primeiros anos do século XX pela obra *A Geografia do Brasil*¹⁹. O

¹⁹ “A Geografia do Brasil, publicada por Delgado de Carvalho, é referência para a Geografia Escolar Brasileira. O modelo de análise geográfica e/ou de

professor Delgado introduziu a cientificidade à Geografia brasileira, declinando-se a corrente alemã – defendida pelos desbravadores Ritter e Humboldt – e opondo-se aos preceitos da grande obra nacional, de base francesa, escrita pelo padre Casel.

No campo educacional, as primeiras décadas do século XX são marcadas por profundas reformas, confrontando renovações em didáticas empregadas em sala de aula, opondo-se a memorização. Para a Geografia, esse debate não foi apequenado, principalmente pelos fortes representantes como o professor Delgado, defensor de uma renovação no ensino da disciplina, marcada até então pela descrição de ambientes e memorização de rios, afluentes e divisões territoriais. Gomes (2010, p. 28) aponta que Delgado “como professor no Colégio Pedro II, autor de livros didáticos e sócio do Instituto Geográfico Brasileiro, fizeram que ele tivesse posição e legitimidade para emitir suas opiniões e fazê-las prevalecer, pelo menos no que diz respeito a essa disciplina”.

Apesar de sua grande influência aliada a movimentos internos existentes para a renovação em âmbito geográfico, Gomes (2010) aponta que a mesma não ocorreu de maneira fluida, sendo radicalmente criticada com a manutenção de obras clássicas por algumas décadas. O conceito de região é amadurecido pelo professor Delgado, crítico à dita Geografia clássica, apelidada por ele de administrativa; o docente propõe uma Geografia capaz de dialogar com o cotidiano do aluno com ênfase no reconhecimento de características próximas ou pertencentes à

tematização, contido nesta obra, é assumido ao longo do século XX para a definição dos programas de ensino e, por consequência, para a elaboração dos manuais didáticos. Consta de uma primeira parte geral, ou de uma Geografia Geral do Brasil, e de uma segunda parte com uma Geografia Regional do Brasil.” (AZAMBUJA, 2010, p. 66).

realidade do indivíduo. Gomes (2010) e Azambuja (2010) descrevem perfeitamente a percepção ilustrada de uma nova Geografia defendida por Delgado de Carvalho, com base na regionalização nacional por meio de características naturais e ações do homem no espaço geográfico. Azambuja (2010) enfatiza que Delgado indica pressupostos para efetivação dos estudos de cada uma das regiões delimitadas, deixando claro que não há memorizações, mas sim análises regionais levando em consideração os mais variados aspectos físicos e humanos, introduzindo, assim, os preceitos do que viria ser a Geografia moderna brasileira.

O período entre 1911 e a década de 1930. Neste período, assiste-se, pelo menos em parte da produção escolar, à incorporação de aportes teórico-metodológicos e de temas difundidos pela recém-criada Geografia moderna no Brasil e pela pedagogia científica, resultando, inclusive, na institucionalização de uma Geografia acadêmica no país, pois os cursos superiores são criados com a finalidade de formar professores para a escola básica. (ALBUQUERQUE, 2011, p. 23).

A partir dos anos de 1930, imensas transformações econômicas e sociais²⁰ ocorrem no Brasil com a revolução e ascensão ao poder de Getúlio Vargas, que deveria governar de maneira provisória, no entanto, exerceu seu cargo até 1945; o que acarretou mudanças nas estruturas

²⁰ “Essas transformações são resultados de discussões que eram feitas, mesmo antes da Revolução, sobre problemas que o futuro governo deveria enfrentar, tais como: democratização do sistema político em geral; protecionismo alfandegário e defesa da incipiente indústria brasileira; reforma e ampliação do sistema nacional de ensino em todos os níveis; as funções do poder público na proteção e incentivo às atividades econômicas instaladas e a instalar-se; e uma política governamental em defesa do aproveitamento das riquezas minerais. Antes do governo Vargas, o sistema econômico brasileiro já se defrontara com problemas estruturais e conjunturais típicos de uma economia dependente – a economia primária exportadora.” (BARROS, 2000, p. 7).

educacionais e, por conseguinte, nas disciplinas escolares. Barros (2000) cita que esta revolução dá amplo poder à classe burguesa, modificando de certa maneira valores e traços culturais que marcavam a sociedade brasileira, com as rupturas e a valorização aos símbolos nacionais, que ganham força, manejados meticulosamente por lideranças políticas. O governo de Vargas fica marcado pela força do Estado brasileiro, capaz de intervir diretamente na economia e na vida de seus habitantes, propondo a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), além da constituição de várias empresas estatais, como a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e a Vale do Rio Doce. Apesar dos constantes desafios econômicos e sociais, inicialmente vinculados ao declínio da produção cafeeira nacional, Vargas conquista a confiança da população com propostas populistas e a busca pelo fortalecimento do nacionalismo.

Com traços já modernos, a Geografia brasileira alicerçava-se cada vez mais na proposta alemã, evidenciada também pelas ações diretas do governo, incidentalmente trazendo benefícios diretos para a consolidação da Geografia como disciplina presente no currículo escolar (RODRIGUES, 2008). Como já citado anteriormente, a criação dos cursos superiores de Geografia, ainda na década de 1930, foi não somente preponderante para a edificação do pensamento geográfico nacional, mas também essencial para a consolidação da disciplina escolar. Arelada aos cursos superiores da USP e da Faculdade do Brasil, estava à constituição do IBGE, fornecendo significativo campo de atuação para geógrafos e estimulando a formação de profissionais em nível superior.

Ainda na década de 1930, um personagem vital para o ensino de Geografia começa a desenvolver propostas significativas para a

evolução da disciplina; trata-se do geógrafo Aroldo de Azevedo, pertencente à escola paulista de Geografia, membro da Associação dos Geógrafos do Brasil (AGB) e autor de várias obras didáticas. Aroldo Azevedo é imprescindível para a compreensão do papel da escola paulista de Geografia, principalmente por atribuir à criação da USP e da AGB o marco de ruptura para novos caminhos da Geografia brasileira. Azevedo atribui às obras anteriores o adjetivo de obras modestas, discricionais e com diferenciação mínima. Gomes (2010, p. 21) ilustra que Aroldo Azevedo passou a gozar de imenso prestígio perante a comunidade geográfica nacional por publicar muitas obras voltadas para o ensino de Geografia, além de lecionar no curso superior oferecido pela USP. Ainda encabeçou um movimento importante, cuja luta estava centrada no ensino de Geografia para o secundário.

Apesar das décadas anteriores a 1930 serem essenciais para a formação do pensamento geográfico nacional, bem como o estabelecimento da disciplina escolar, a Geografia passa a se destacar no currículo somente a partir dos interesses governamentais, focalizando o trabalho discricional já desenvolvido pelos geógrafos sob a égide de Vargas e a tutela de órgãos como o IBGE. Com a criação do Ministério da Educação (MEC) e do Conselho Nacional de Educação (CNE), a disciplina passa a figurar na reforma de 1931, esta que, segundo Barros (2000, p. 28), “...foi uma reforma imposta a todo país, cria o Conselho Nacional de Educação, traça diretrizes para o ensino superior, organiza o ensino secundário, etc.”. Acoplada à reforma, que se configurava como uma imposição, um movimento denominado *Movimento dos Pioneiros*

da *Educação Nova*²¹ ganhou força, liderado por grandes intelectuais e educadores, influenciando diretamente os rumos para uma renovação da educação de um país, até então, formado por maioria analfabeta. A Geografia, mediante a reforma de 1931, é alçada ao rol de disciplinas obrigatórias. A reforma condiciona a disciplina a programas de ensino pré-estabelecidos com clara divisão entre estudos físicos e humanos. Segundo Rocha (1996), há a retomada da denominada aula prática, que se baseia em saídas de campo, visando o reconhecimento do espaço geográfico local.

Na década de 1930, com a constituição de 1934 – resultante da Revolução Constitucionalista de 1932 – um novo Plano Nacional de Educação é arquitetado, mediante os intensos movimentos contrários ao plano do início da década; ficou clara a insatisfação de vários intelectuais e educadores, favorecendo de fato uma nova reforma. Antecedendo a constituição desse plano, salienta-se o significativo protesto lançado pelo *Movimento dos Pioneiros da Educação Nova*, que atribuiu ao documento norteador da educação brasileira a faceta de

²¹ O documento dos educadores brasileiros estava perfeitamente dentro do contexto daquelas aspirações que, desde a década de 20, [...] procuravam imprimir aos problemas da educação e ensino uma orientação mais de acordo com as correntes renovadoras nessa matéria e as necessidades do País, que se ia transformando. Basta atentar para o fato de que o redator do documento [...]foi Fernando de Azevedo, líder da mais profunda das reformas que se realizaram, nesse setor, no País; e entre os vinte e cinco signatários restantes figuram os nomes de outros tantos educadores, cientistas e intelectuais, diretamente ligados ao movimento de modernização da educação, do ensino e da cultura no Brasil. São eles: Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Afrânio Peixoto, Roquete-Pinto, Sampaio Dória, Almeida Júnior, Mario Casassanta, Atílio Vivaqua, Francisco Venâncio Filho, Edgar Süsskind de Mendonça, Armanda Alvaro Alberto, Cecília Meireles, entre outros. Mas, sua elaboração e lançamento só se tornou possível em vista do ambiente e das expectativas que a Revolução de 1930 criou para o Brasil e para o povo brasileiro. (LEMME, 2005, p. 172).

controle social, visando à reprodução de ideologias ou formatos sociais almeçados pelos governantes (ROCHA, 1996). Diante de toda esta tensão e de constantes trocas de lideranças no ministério da Educação na época, parte do então ministro Gustavo Capanema uma tentativa de uma espécie de base comum, visando unificar o ensino em toda nação. Apesar de todos os esforços, o plano que ficou pronto ainda em 1937 não pôde ser votado em tempo, pois nesse mesmo ano, tem-se a transição para o Estado Novo, com absoluta centralização do poder nas mãos de Vargas.

Com o Estado Novo, em 1937, o Ministério da Educação ficaria livre para realizar o que bem entendesse. E na tentativa de levar a cabo algumas ideias do Plano Nacional de Educação acontece a reforma de ensino em 1942, que coloca em prática a ideia da universidade-padrão, a implantação do ensino industrial e a reforma do ensino secundário. (BARROS, 2000, p. 39).

A partir do Estado Novo, que perdura até o fim do mandato de Vargas, os anos que se sucederam foram de intensos debates no segmento educacional, com o estabelecimento de novas diretrizes educacionais ante a aprovação do Decreto 4.244 de 1942, principalmente no que tange aos programas de ensino os quais se referem ao ensino secundário (MONETEIRO, 1980). Para a Geografia, essa reforma foi especial, pois ela teve imensa valorização, aparecendo no currículo para sete séries do secundário – mais tarde, em 1945, passando a figurar em todas as séries, partindo de níveis mais simplificados (nas séries iniciais) até estudos mais aprofundados a partir dos últimos anos escolares, com uma estruturação considerando os níveis de dificuldades (ROCHA, 1996, p. 24). Com o fim Estado Novo

em 1945, intensas transformações sociais e econômicas assolaram o país e a Constituição, ainda recente, foi revista e substituída por uma nova versão, promulgada em 1946, marcando uma nova fase para o Brasil em todos os segmentos, incluindo a educação (MONEIRO, 1980). O proeminente fim da Segunda Guerra Mundial trouxe uma série de incertezas econômicas para a maior parte dos países, que tinham em nações europeias grandes parceiros comerciais. Em seguida, com a diversificação econômica, aliada a projetos desenvolvimentistas, o Brasil somente retorna a discutir novas transformações educacionais a partir da década de 1950, com debates intensos que se arrastaram até o início da década de 1960, com a aprovação de um documento de diretrizes e bases para a educação (AZAMBUJA, 2010).

Em 1961, a partir da aprovação da nova LDB, teve novidades, como o aumento do número de matérias escolares, agora sendo nove, além da inclusão de atividades práticas. A autonomia dos estados também foi assegurada, com o direito de indicar quatro disciplinas ao currículo, inclusive às atividades práticas obrigatórias e optativas. Em detrimento às disciplinas vistas como mais importantes – a saber, Língua Portuguesa e Matemática – a Geografia passa a desaparecer em alguns currículos estaduais, perdendo assim gradativamente seu prestígio anteriormente conquistado em outras reformas (AZAMBUJA, 2010). Gomes (2010, p. 39) aponta que “...houve a redução do número de aulas dessa disciplina em todo o ciclo do ensino médio. O ensino de Geografia ficou também restringido somente aos primeiros anos do curso clássico e normal”.

Apesar das poucas alterações referentes ao programa de conteúdo, as produções didáticas da época acabaram tendo seu uso

esbarrado nas dificuldades de administração do tempo do docente em sala. Com a súbita redução de sua carga, o docente acaba desenvolvendo um trabalho superficial, acarretando uma diminuição na qualidade de suas aulas. (VESENTINI, 2003). Para Godoy (2010), mesmo que ações existentes na década de 1960 tenham sido realizadas por grandes universidades – dentre estas a USP – como a criação de orientações para o ensino de Geografia, elas não eram suficientes para estancar a sangria ocasionada pela redução do número de aulas combinada aos materiais didáticos divergentes à proposta curricular da disciplina. Na produção didática para Geografia, os autores mais destacados nessa década são Aroldo de Azevedo e Celso Antunes; uma dualidade que enriqueceu as obras didáticas para a disciplina. Sobre as diferenças entre as produções destes autores, Gomes (2010, p. 55) afere que:

Ao confrontar as obras dos dois autores em questão, pode-se verificar diferenças quantos aos aspectos pedagógicos dos livros. No caso de Aroldo de Azevedo, seus livros já vinham de uma longa trajetória de estilo de livros didáticos das décadas anteriores, produções com textos longos com linguagem pesada. Ao ler os livros didáticos de Celso Antunes e compará-los aos de Aroldo Azevedo, tem-se a impressão que os livros do primeiro se apresentavam como uma alternativa aos livros de Aroldo de Azevedo.

Com as mudanças ocorridas no cenário político brasileiro, derivadas da ascensão militar ao poder em 1964, vários segmentos sociais, incluindo a educação, passariam por reformas profundas. A LDB de 1961 perdeu até o ano de 1968, em que uma nova reforma educacional preconizou a ascensão das denominadas licenciaturas curtas, com vistas a atender uma demanda cada vez maior de alunos que

atingiram o ensino secundário. Destaca-se que, neste momento, o Brasil passava por intensas mudanças econômicas, ocasionando também a necessidade de maiores investimentos educacionais, combatendo o latente analfabetismo. Do ponto de vista demográfico, o Brasil ainda se encontrava em uma ascensão nas taxas de fecundidade, com elevado número da prole – em média seis filhos por família – três vezes maior que os registrados pelo Censo demográfico de 2010, por exemplo.

As disciplinas, que postulavam ao cidadão a formação crítica, sofreram em demasia; anteriormente, as vagas da disciplina de Geografia eram oferecidas para professores formados e habilitados com licenciatura plena, atendendo o ginásio e o colegial; com as licenciaturas curtas, não necessariamente o professor precisa ser habilitado para seu exercício docente – um duro golpe, porém ainda não sendo o maior daquela época. A transição entre as décadas de 1960 e 1970 foi péssima para professores de Geografia; a situação se tornou ainda mais decadente com o advento da lei 5692, de 1971 que, além da extinção das divisões de ensino tradicionais – primário e ginásio (1º grau, com oito anos) e colegial (2º grau, com três anos) – estabeleceu a junção entre Geografia e História, criando uma nova disciplina denominada Estudos Sociais. Evidencia-se mediante tais transformações a proposta tecnicista, sob a tutela do Conselho Federal de Educação, a qual domina o cenário educacional brasileiro, oferecendo no 2º grau sempre uma formação com fim de profissionalização, tendo então a disciplina de Geografia uma relativização científica, reclusa aos domínios dos Estudos sociais.

Esse é o período de vigência da Lei n. 5.692/71, quando acontece a política de implantação dos Estudos Sociais no ensino de 1º grau, fato que também contribuiu para a condensação dos conteúdos relacionados com as disciplinas de

História e de Geografia. Outra mudança está na forma de estudo, em que passam a ser utilizadas técnicas de estudos dirigidos e ou exercícios apresentados em cadernos (descartáveis) para uso dos alunos. (AZAMBUJA, 2010, p. 78).

Após a aprovação da lei 5.692 de 1971, a extinção de cursos em licenciatura plena em Geografia por todo o Brasil se torna um processo praticamente irreversível, restringindo os profissionais já formados a atuarem na recém-disciplina promulgada de Estudos Sociais. O papel de grandes universidades, como a USP, e da AGB foi essencial, estabelecendo diálogos entre os profissionais visando à retomada da Geografia enquanto disciplina escolar. Ainda assim, mesmo com os focos de resistências, as mudanças sentidas nos currículos foram significativas e inevitáveis. A abordagem superficial, com textos cada vez mais diretos, foi à ferramenta utilizada por autores de livros didáticos para lograr êxito aos Estudos Sociais, espantando dessa forma a possibilidade de concentrar duas disciplinas autônomas dentro de uma que naquele momento seria um mosaico (AZAMBUJA, 2010). Diante dessa reflexão, ao analisar livros didáticos de Estudos Sociais, Gomes (2010, p. 65) constata que:

Observando alguns livros didáticos de Estudos Sociais foram encontrados alguns títulos que eram nada mais do que livros de Geografia intitulados de Estudos Sociais. Isso ocorreu também como os livros de História como a já citada Coleção Sérgio Buarque de Holanda cujos livros apresentavam-se como Estudos Sociais, mas como conteúdo da disciplina de História.

As mudanças não incidem diretamente sobre os conteúdos de Geografia, que ainda estão vinculados a Geografia Geral e do Brasil, mas, como já dito, de maneira direta, levando e valorizando os aspectos

históricos de maneira mais relevante ou concomitante. Para Azambuja (2010, p. 78), “O que se refere à Geografia do Brasil e Regional, constata-se uma continuidade do paradigma de exposição geográfica da terra e do homem muda, no entanto, a forma ou a linguagem de apresentação dos textos e das proposições de atividades”.

Livros didáticos como os construídos por Aroldo de Azevedo e Celso Antunes, ainda na década de 1960, assumiram um papel coadjuvante na disciplina de Estudos Sociais, caindo em desuso, sendo substituídas por obras simplificadas e de linguagem mais acessível. Destaca-se, contudo, o aumento exponencial de autores e obras, uma variedade maior, o que não necessariamente se configura em maior qualidade de conteúdo dos livros (ROCHA, 1996). Como consequência das disputas entre as editoras, houve a elevação de novas ações que dinamizaram a diagramação e maior cuidado com imagens e mapas em livros didáticos (ROCHA, 1996). No que tange à produção de materiais didáticos e à relação com seus autores, Gomes (2010, p. 69) situa que:

Isso significa que havia ao mesmo tempo livros de Geografia e livros de Estudos Sociais, assim como livros de História. Entretanto, cabe salientar que havia casos de livros didáticos de Estudos Sociais, com conteúdo muito voltado para uma ou outra disciplina escolar. Isso dependia muito da origem do autor desses livros, muitos autores de livros didáticos de Geografia acabaram adaptando-se e escrevendo livros didáticos de Estudos Sociais e, nesse caso, os livros didáticos ficaram com uma carga muito forte de Geografia em detrimento das outras áreas que compunham o conteúdo dos Estudos Sociais. Portanto, não há como fazer generalizações: ao mesmo tempo em que havia livros que seguia à risca os Guias Curriculares, outros seguiam uma produção totalmente independente.

A Geografia seguia no casulo da disciplina de Estudos Sociais, contudo, com a aproximação do fim da década de 1970, movimentos internos da ciência geográfica começaram a desvelar novos rumos de pesquisas e estudos. Como já visto na seção anterior, nessa década, novas correntes de pensamento geográfico disputavam a alcunha de *Nova Geografia*, aquela que teria a capacidade de transitar por todas as vertentes de pesquisa já então consolidadas, articulando a participação da sociedade em problemas corriqueiros e atrelados à lógica do capitalismo. Sobre esse período, Moreira (2000, p. 27) reitera que “...desde 1978, nomeadamente, o pensamento geográfico brasileiro passa por um processo interno de questionamento, renovação discursiva e intenso debate”.

Havia então um movimento global, com o aparecimento de correntes como a Radical e a Teorética, fortalecidas ainda nas décadas anteriores, mas seria no Brasil o ápice de uma renovação que mudaria a ciência geográfica e, por decorrência, a disciplina de Geografia, mesmo que posteriormente. Nesse período, o brasileiro Milton Santos acaba se destacando; em diálogo com o francês Lefebvre, o italiano Massimo Quaini e o marroquino Yves Lacoste, ele articula a Geografia Crítica com a compreensão do ser social no capitalismo diante das profundas desigualdades impregnadas ao capitalismo: a globalização. As transformações na ciência geográfica, derivadas pelos estudos propostos por esses e outros autores, acarretaram profundas mudanças nas tendências educacionais que envolviam a disciplina escolar. Nessa fase de renovação, Moreira (2000, p. 32-33) cita a importância de Milton Santos e sua obra mais notável até então.

É quando entra em cena *Por Uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia*

crítica, livro lançado no Encontro de Fortaleza, 1978. Um livro com o qual Milton Santos traz para o movimento aquilo que lhe faltava: a base da sistematização das ideias. Ao longo das páginas desse livro, descobre-se que a sociedade é o seu espaço geográfico e o espaço geográfico é a sua sociedade. Ora, se o espaço tem essa natureza, seu modo de entender muda de todo. Mais que isto: se é ele o objeto da geografia, então na geografia tudo muda de todo. Como que num repente, a noção da historicidade do espaço é internalizada na Geografia e ganha a cara do espaço geográfico. Milton Santos muda a geografia com este livro. Não se limitando a apresentar a historicidade do espaço como uma pura tese, antes tomando-a como uma noção de base, submete o discurso geográfico a mais completa releitura teórica. E numa extensão que vai da crítica epistemológica a uma nova teoria do objeto. Milton Santos insere a geografia no debate intelectual maior, enfronhando-a com os embates políticos e filosóficos que naquele momento agitam o mundo das ideias. Faz dos temas do mundo das ideias um tema da geografia. E vice-versa.

Os avanços da Geografia Crítica, concomitantes com o fim dos anos de chumbo de ditadura militar no Brasil, propiciaram um cenário de fortalecimento para a AGB, responsável por organizar eventos em que a discussão – referente ao ensino de Geografia presentes no 1º e 2º graus – suscitou intensas reflexões e propostas. Alguns nomes se consolidam na produção didática, inspirados livremente nas obras de Milton Santos; surgem Melhem Adas e Vesentini, com materiais didáticos construídos sob a égide da Geografia Crítica analisando os problemas sociais atrelados à produção do espaço geográfico. Ainda nesse contexto, a disciplina de Geografia isolada se encontrava restrita ao 2º grau maior parte dos currículos estaduais, ainda conexas à formação

profissional, com sua obrigatoriedade somente retirada em 1982. Apesar das dificuldades, a Geografia passa a figurar com maior força nos currículos estaduais a partir do fim da década de 1980, favorecida pela abertura política e, assim como a História, passa a se fazer presente também no 1º grau, substituindo a famigerada Organização Social Política Brasileira – OSPB, meramente descritiva e ligada a memorizações, concomitante persistia ainda a disciplina de Educação Moral e Cívica.

Nas décadas de 1980/90, a Geografia no 2º grau apresentou algumas mudanças qualitativas a partir do movimento da ciência geográfica, identificado como “Geografia Crítica”. Alguns autores empenharam-se na produção de manuais didáticos que incluíssem as novas concepções e temáticas de uma Geografia voltada para a ruptura com o caráter descritivo e informativo desse conteúdo escolar. Resulta desse processo um texto didático, com mais informações e qualidade de análise, um texto mais problematizador e identificado com as dimensões socioespaciais ou socioambientais da realidade brasileira e mundial. Conceitos tais como desenvolvimento e subdesenvolvimento, em vias de desenvolvimento, subdesenvolvido e industrializado passam a integrar esses materiais didáticos. (AZAMBUJA, 2010, p. 84).

Destaca-se, na transição das décadas de 1980 e 1990, a nova constituição, promulgada em 1988²², sendo que a Educação recebe

²² “Assim, é somente quando na promulgação da CF de 1988 que a tese da descentralização da educação se torna efetivamente lei (Artigo nº 211), através da qual se propugna, por ineditismo no Brasil, a organização dos sistemas de ensino entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios pela via do chamado Regime de Colaboração, mais tarde reformulado pela Emenda Constitucional (EC) nº 14, de 1996, que viabilizou, no ano seguinte, a implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF).³ Naquele momento, marcado por fortes reações ao centralismo do regime autoritário e por uma

destaque, com objetivos relacionados ao combate ao analfabetismo, bem como a universalização do ensino. A constituição propiciou reformas prementes à educação, como a modernização do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD), o Sistema de Avaliação do Ensino Básico (SAEB), em 1990, além da constituição de um Conselho Nacional de Educação – CNE, já em 1995. Em 1996, é promulgada a nova LDB, propondo uma enorme revisão de currículos escolares, além de conceber novas possibilidades para uma educação notadamente voltada para a formação crítica. Ainda neste ano, é criado o Fundo de Manutenção do Desenvolvimento do Ensino Fundamental (FUNDEF), essencial para a dignificação da carreira do magistério. Todas as reformas citadas trouxeram à Geografia, sinergicamente, novo poderio, sendo que a disciplina passou a ser incluída nos currículos estaduais e municipais paulatinamente, apesar de já estar presente em alguns estados, sendo fragmentada a disciplina de Estudos Sociais no 1º grau.

O lançamento dos PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais para Geografia em 1998, estabeleceram novos horizontes pedagógicos para a disciplina, norteados por objetivos de ensino e aprendizagem, fortalecendo o pensamento geográfico crítico e contribuindo para a consolidação da disciplina de Geografia. No Ensino Fundamental, o

grande revalorização da instância local, e apesar da pluralidade de interesses, definiu-se a tendência de atribuição de uma maior autonomia aos Municípios, confirmada, no campo da educação, alguns anos após, pela nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) – Lei nº 9.394 –, em 1996.” (SOUZA, 2004, p. 926).

²³ “Alfred Thayer Mahan nasceu em 27 de setembro de 1840, na cidade de West Point e viveu até dezembro de 1914. Era filho de um militar, professor da academia Militar de West Point e de uma professora, ambos protestantes e profundamente religiosos, o que impactaria bastante sua visão de mundo.” (CARMONA, 2012, p. 19).

PCN de Geografia é dividido em quatro ciclos, duas séries por ciclo (BRASIL, 1998). No Ensino Médio, o documento que trata da disciplina está na parte IV, juntamente com as outras disciplinas que fazem parte das Ciências Humanas, estabelecendo assim objetivos e competências, e laços interdisciplinares (BRASIL, 2000). Sobre o teor desses documentos, no que se refere ao ensino de Geografia no Ensino fundamental, tem-se a seguinte consideração suscitada por Azambuja (2010, p. 91-92).

No primeiro eixo temático, os temas propostos sugerem o estudo das questões dos transportes e das comunicações, sempre relacionados à ideia de rede ou da circulação de pessoas, mercadorias, ideias e ou informações. O segundo eixo temático busca desenvolver o estudo numa escala mundial e ou das regionalizações, produzidas nesse nível escalar. São questões relacionadas com o atual período da globalização, das relações ou conflitos entre as nações, das fronteiras regionais ou nacionais. Ainda, propõe uma ênfase ao estudo do Mercosul e às paisagens e diversidades territoriais do Brasil. No terceiro eixo temático a ênfase é dada às questões ambientais relacionadas aos avanços científicos e tecnológicos e ao uso e exploração dos recursos naturais, no espaço agrário e no espaço urbano industrial. Também, há um foco nas questões ambientais situadas no Brasil e, ainda, sobre os movimentos e políticas ambientalista no mundo. [...] os eixos temáticos sugeridos para o quarto ciclo são os seguintes: a evolução das tecnologias e as novas territorialidades em redes; um só mundo e muitos cenários geográficos; modernização, modo de vida e problemática ambiental.

Para o Ensino Médio, o PCN de Geografia ilustra possibilidades abertas, não colocando em estancos os conteúdos e conceitos a serem tratados nas aulas de Geografia, prevalecendo uma perspectiva radial de

aprendizagem e valorizando a ciência e as interações sociais no espaço nas suas mais diversificadas facetas. A interpretação de Azambuja (2010) ilustra que os conceitos denominados estruturantes – Na Geografia: Espaço geográfico, território, paisagem, região e lugar – são vitais para a formulação de competências, que sempre estarão ligadas aos eixos de estudos. Sobre a relação entre competências e os eixos estruturantes na Geografia, tem-se a seguinte relação.

Competências compreendem as qualificações que os educandos precisam assimilar no processo de formação. Propõe-se uma educação formativa e informativa em que o fazer e o aprender a fazer são componentes essenciais.

Para o ensino de Geografia são definidos três grupos de competências, que são:

– Representação e comunicação: implica na capacidade de compreender e poder fazer uso das diferentes linguagens e tecnologias de informação e comunicação, incluindo os códigos específicos da Geografia e da Cartografia.

– Investigação e compreensão: está relacionada à capacidade dos educandos de identificar, selecionar, investigar e interpretar os fenômenos socioespaciais, percebendo e comparando diferenças e, ainda, procedendo análises articuladas interdisciplinarmente.

– Contextualização sociocultural: implica na capacidade de compreender a diversidade ou a complexidade das ações humanas, e das instituições constituídas em espaços e tempos diversos; na capacidade de relacionar a realidade aos conceitos da Geografia e vice-versa, compreendendo as transformações naturais, sociais, econômicas, culturais e políticas, que formam o tecido histórico e social. (AZAMBUJA, 2010, p. 97-98).

Em uma análise desses documentos, percebe-se que as diretrizes estabelecidas pelos PCNs em Geografia elencaram mudanças severas principalmente no Ensino Médio, apesar de revisões e transformações

também ocorrerem no Ensino Fundamental. Quanto ao Ensino Médio, percebe-se, ao se aferir os três grupos de competências, a inclusão de análises cartográficas mais profundas, edificando os objetivos de representação e comunicação. Confere-se também a existência da busca por análises interdisciplinares, além da compreensão das ações humanas nos seus mais diversos tecidos históricos e sociais.

A produção de livros didáticos em Geografia passou por transformações significativas, sendo que os PCNs dos Ensinos Fundamental e Médio fomentaram uma visão ainda mais próxima da Geografia Crítica e, agora aliados às descrições físicas e regionais, estavam os problemas supranacionais. A evidência das mudanças se dá a partir das transformações curriculares que são arraigadas aos PCNs que, mesmo possuindo críticas, ainda assim, foram fundamentais para a retomada da produção didática em Geografia capaz de corroborar para o desenvolvimento do trabalho do professor em sala. A modernização do PNLD, aliado às diretrizes estabelecidas pelos PCNs, foi preponderante para uma abertura de novos autores e editoras com mais títulos como opções para professores.

2.3.1 BNCC e incertezas da Geografia no Ensino Médio

A partir de 2010, com a realização de mais uma edição da Conferência Nacional de Educação – CONAE, começam a surgir os primeiros debates acerca de uma base comum curricular. As discussões para esta base estão focalizadas principalmente no Ensino Médio, com vistas à extinção do papel das disciplinas, sendo agora substituídas pelo que se conhece como áreas de conhecimento. Em 2014, é aprovado o Plano Nacional de Educação (PNE), com duração prevista de dez anos,

com metas articuladas e voltadas para construção de uma base comum nacional. A consulta nacional se deu através de formulários preenchidos por professores e membros civis, com a participação sendo estimulada por campanhas publicitárias vinculadas aos meios de comunicação. No ano de 2017, ocorre a aprovação por parte da CNE – Conselho Nacional de Educação das versões finais para os Ensinos infantil e fundamental, com previsão de readequação curricular prevista para o ano de 2020; dentro deste contexto, a Geografia não é diretamente afetada, estando presente na base comum desde os primeiros anos, com pouca dinamização de conteúdo ou objetivos para a disciplina. As principais mudanças ocorrem no percurso formativo relacionado à alfabetização, além das exigências para adequação dos materiais didáticos a serem distribuídos para as escolas. (BRASIL, 2017)

A BNCC para o Ensino Médio, que está baseada em itinerários formativos, foi aprovada em dezembro de 2018 e propõe extinção das disciplinas, ancorando o conhecimento em grandes áreas do conhecimento. A base comum tem como objetivo estabelecer a padronização do ensino, fundamentada em conteúdos padronizados e no tempo integral, e é constituída por grandes eixos de aprendizagem, prevendo uma escala que atribui competências e habilidades a cada uma das etapas. As únicas disciplinas isoladas são Matemática e Língua Portuguesa, participando fixamente de todos os itinerários formativos.

Figura 1 - Organização do Ensino Médio diante da nova BNCC.



Fonte: Brasil (2017)

A BNCC não estabelece conteúdos pré-estabelecidos, mas sim competências e, dentro, habilidades condicionadas às ações. Fica a critério de interpretações o estabelecimento “Do que ensinar”, o que foge da alçada da proposta, que se faz generalista, buscando trabalhar temas ou fenômenos em sua totalidade, não evidenciando o papel das disciplinas fragmentadas.

Não exclui necessariamente as disciplinas, com suas especificidades e saberes próprios historicamente construídos, mas, sim, implica o fortalecimento das relações entre elas e a sua contextualização para apreensão e intervenção na realidade, requerendo trabalho conjugado e cooperativo dos seus professores no planejamento e na execução dos planos de ensino. (BRASIL, 2017, p. 469).

A Geografia, diante da BNCC, somente aparece fixada no Ensino Fundamental, sendo optativa no Ensino Médio, fazendo parte do itinerário formativo de Ciências Humanas, composto também por

competências que relacionam as disciplinas de História, Sociologia e Filosofia. Mesmo com sua aprovação e medidas para adequação da produção bibliográfica que será disponibilizada ao aluno, não existirá, no Ensino Médio, uma ementa específica de conteúdos aos estudantes; portanto, as noções dos estudos que envolvem a Geografia escolar no Ensino Médio atualmente serão revistas com conteúdos alicerçados em competências, que serão desenvolvidas por habilidades. Apesar da aprovação do documento e do agrupamento em áreas com reunião de disciplinas de interesses afins, a metodologia de trabalho a ser desenvolvida pelos professores encontra-se em um cenário nebuloso, principalmente pela possibilidade do exercício docente por profissionais possuidores de notório saber. Para o Ensino Fundamental, apesar de revisões, é garantido o exercício do docente de Geografia, pois a carga horária da disciplina e a presença no currículo foram garantidas, sem integração por área de conhecimento. Sobre a importância da disciplina na etapa do Ensino Fundamental, a base coloca:

Estudar Geografia é uma oportunidade para compreender o mundo em que se vive, na medida em que esse componente curricular aborda as ações humanas construídas nas distintas sociedades existentes nas diversas regiões do planeta. Ao mesmo tempo, a educação geográfica contribui para a formação do conceito de identidade, expresso de diferentes formas: na compreensão perceptiva da paisagem, que ganha significado à medida que, ao observá-la, nota-se a vivência dos indivíduos e da coletividade; nas relações com os lugares vividos; nos costumes que resgatam a nossa memória social; na identidade cultural; e na consciência de que somos sujeitos da história, distintos uns dos outros e, por isso, convictos das nossas diferenças. (BRASIL, 2018, p. 359).

No Ensino Médio, a lacuna de um profissional que possa atuar como docente em Ciências Humanas suscita as dificuldades presentes na relação entre a condução das aulas e a formação profissional, o que poderá levar uma área de conhecimento, multidisciplinar, estancar o conhecimento de disciplinas que não estejam no arsenal de formação e atuação do docente que conduzirá a área de conhecimento. Dentro das Ciências Humanas, o diálogo entre as disciplinas será fundamental, com as competências sendo generalistas, e buscando de alguma forma introduzir conceitos estruturantes de cada uma delas na formação de habilidades. Sobre a descrição e papel das Ciências Humanas no Ensino Médio, Brasil (2018, p. 561) evidencia que “...tem como base as ideias de justiça, solidariedade, autonomia, liberdade de pensamento e de escolha, ou seja, a compreensão e o reconhecimento das diferenças, o respeito aos direitos humanos e à interculturalidade”.

O estímulo ao protagonismo juvenil e a valorização de trabalhos que explorem diferentes linguagens também estão no arcabouço de ações previstas para essa área, aliados a tematizações, problematizações e valorização de categorias de análise das disciplinas que compõem as Ciências Humanas. (BRASIL, 2018). Dentre as categorias citadas pela base, destacam-se para a Geografia território e fronteira, ambas associadas ao processo de globalização e conseqüente importância em se compreender os fluxos migratórios e as relações geopolíticas entre nações. A existência de seis competências gerais aplicadas para as Ciências Humanas e Sociais é a base para as competências específicas, sendo as gerais compostas notadamente por categorias de análise que compõem as disciplinas de Geografia, História, Sociologia e Filosofia. O número de competências específicas para a área também é de seis,

sendo que a divisão não segue linearidade; portanto, não há conteúdos delimitados, mas sim habilidades que possuem número variável (entre 4 e 6) de acordo com a proposta ilustrada pelas competências. Conforme a proposta da BNCC, não há delimitação de conteúdo ou disciplina; logo, as competências específicas trazem textos generalistas, que buscam uma integração entre as categorias de análise de cada uma das disciplinas.

3 GEOPOLÍTICA, EVOLUÇÃO, PERSPECTIVAS TEÓRICAS E RAÍZES NA GEOGRAFIA ESCOLAR

Este capítulo tem como fim analisar o conceito de geopolítica, atrelado às suas perspectivas teóricas e suas constantes transformações diante da materialização da globalização. A divisão do capítulo se dá por quatro seções, sendo a primeira a menor delas, propondo uma reflexão sobre o conceito de geopolítica, antes ainda de buscar sua contextualização histórica. A segunda seção tem como foco entender o contexto de idealização da geopolítica e seus laços com a disciplina de Geografia Política, criada pelo geógrafo alemão Ratzel. Ainda na segunda seção, há a descrição de um panorama evolutivo da geopolítica, retratando seus laços com a Geografia e como esta se recuperou de crises profundas, sempre atreladas a eventos globais como as grandes guerras.

Na terceira seção, o foco é a evolução da geopolítica no Brasil, perpassando pelas raízes militares, vide pontapé iniciado a partir de reflexões advindas de José Bonifácio, com descrições temporais, permitindo reconhecer o papel de vários personagens essenciais os estudos de geopolítica no Brasil. Na quarta e derradeira seção, há reflexões sobre o conteúdo de geopolítica no Ensino Médio, buscando compreender como a Geografia mantém laços de proximidades com esse segmento de estudo que, por vezes, carrega uma alcunha vulgarizada, designando quaisquer relações internacionais entre as nações.

3.1 DOIS DEDOS DE PROSA SOBRE O CONCEITO DE GEOPOLÍTICA

Antes de se compreender o processo histórico que a geopolítica percorreu ao longo dos últimos séculos, é necessária uma profunda reflexão diante das diversificadas considerações atribuídas ao termo. Conceituar geopolítica não é uma tarefa fácil; atualmente, diante de uma modernização forçosa, a disciplina ganha definições vagas e distantes das que inicialmente foram estabelecidas na sua criação.

Um movimento crucial para o entendimento da geopolítica é o exercício de compreensão em torno das produções de geógrafos ainda no século XIX, em que o alemão Ratzel, responsável pela teoria do espaço vital, constrói as bases da Geografia Política que, em âmbito empírico, é considerada um sinônimo de geopolítica. Não obstante à multiplicidade conceitual, têm-se em cursos superiores disciplinas específicas sobre geopolíticas, por vezes totalmente correlacionadas ao nacionalismo e à interação internacional entre as nações em diferentes contextos, primordialmente o econômico. Caudet (1981) exemplifica que “Parece, portanto, legítimo afirmar a existência de um vínculo estreito entre o nacionalismo ‘extremado’ e a própria essência da geopolítica. Da ligação dialética entre nação e geopolítica surge a elaboração de conceitos como o de segurança nacional.”

Nesta seção, passam a ser analisadas as concepções de geopolítica de diferentes autores, situados temporal e espacialmente em momentos distintos. Para iniciar este diálogo entre autores que discorrem sobre o tema, tem-se a concepção derivada do próprio autor do termo, Rudolf Kjellén, que propõe que a “...geopolítica é a ciência do Estado como organismo geográfico e, significativamente, como

soberania” (MIYAMOTO, 1995, p. 22, apud CARMONA, 2012, p. 13). Percebe-se notadamente a influência *ratzeliana*, sendo que, neste período, a obra do alemão já havia circulado nas principais academias europeias. Nesta mesma escala, vinculado aos clássicos, faz-se necessário citar Haushofer, geógrafo da prestigiada Escola de Munique, berço das primeiras experiências da Geopolítica enquanto disciplina. Carmona (2012) e Miyamoto (1995) enfatizam em seus trabalhos a concepção de Haushofer, que atribui a geopolítica o título de ciência, dependendo de relações entre a política e o espaço físico. Para Haushofer, a geopolítica tem ligações essenciais com a Geografia, totalmente associada à percepção de espaço vital, defendida por Ratzel, além de valorizar as questões que envolvem a expansão do poder através do reconhecimento das características territoriais do Estado.

Tida como ciência controversa tanto por considerar o Estado como um organismo vivo e entender que as fronteiras nacionais são móveis e mutantes, quanto por ter influenciado nas ambições expansionistas e militaristas da Alemanha hitlerista durante as décadas de trinta e quarenta, a geopolítica tem papel importante na composição do amplo mosaico da estática do saber internacional. A geopolítica e a geoestratégia possuem uma interface com a cratologia – o estudo do poder nas acepções de validade, fundamentos e relação com o sujeito – na esfera externa. (CASTRO, 2012, p. 144).

As primeiras impressões sobre geopolítica não se restringiram aos alemães; do outro lado do oceano, já no século XX, o estadunidense Hans Weigert suscita o papel estratégico da geopolítica, ainda com a associação do desenvolvimento de um Estado nacional à compreensão das riquezas que compõem seu solo, sendo premissas cruciais para entender o futuro de um país ou modelá-lo. De acordo com Carmona

(2012) e Vesentini (2003), o estadunidense foi o primeiro capaz de identificar a possibilidade de múltiplas geopolíticas, entendendo que a ela seria modelada diretamente pelos interesses do Estado, que poderiam ser variados diante de suas próprias condições e objetivos ou estrutura governamental.

A multiplicidade ilustrada por Hans Weigert foi verificada anteriormente; é possível que tenha compreendido a variação conceitual da geopolítica ao analisar os escritos e proposições de seu compatriota Mahan e do inglês Mackinder (VESENTINI, 1996). A explicação para o entendimento distinto de geopolítica justifica-se pelos objetivos de cada um deles para a edificação de um Estado nacional desenvolvido: Mahan enfatiza o poderio militar com base na expansão marítima, bem como o fortalecimento do monitoramento de ações que envolvem os oceanos; Mackinder defende que uma nação deve expandir-se a partir da terra, fortalecendo suas forças terrestres, explorando e reconhecendo ao máximo territórios e conquistando-os, se for o caso (VESENTINI, 1996). Todos esses autores abordados, até então, ainda vinculavam suas concepções de geopolítica a fatores internos, pertencentes ao reconhecimento de um Estado em suas mais diversas facetas.

O termo Geopolítica, do qual se faz múltiplos usos nos dias atuais, designa de fato tudo que concerne às rivalidades de poderes ou de influencias nos territórios e as populações que nele vivem: rivalidade entre poderes políticos de toda sorte – e não somente entre Estados, mas também entre movimentos políticos ou grupos armados mais ou menos clandestinos – rivalidades pelo controle ou dominação de territórios de grande ou pequeno porte. Os raciocínios geopolíticos ajudam a melhor compreender as causas de tal ou tal conflito, dentro de um país ou entre Estados, mas também a considerar quais

podem ser, por repercussão, as consequências destas lutas nos países mais ou menos distantes e por vezes até mesmo em outras partes do mundo. (LACOSTE, 2006, p. 8, apud KAROL, 2013, p. 52).

Yves Lacoste, através de suas obras *Geografia do Subdesenvolvimento* e *A Geografia: Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*, acaba internacionalizando de vez o termo, o qual passa a reavivar a disciplina, contudo, sob outra ótica, como conclui Martin (2007, p. 8) “...qualquer chefe de governo ou chanceler justificando determinada decisão em política externa porque, apoiada em razões geopolíticas ou geoestratégicas, tal ato imediatamente parece adquirir a aura de uma sentença científica”. Este processo de mundialização dos estudos de geopolítica é venoso para o pensamento clássico da disciplina, agora encarada de uma forma distinta. A aura científica citada pelo professor André Martín realmente não é condizente com a geopolítica e é criticada por Carmona (2012), que relata o papel de subproduto da geopolítica, diretamente ligada ao pragmatismo da Geografia, alimentado, em suma, pelos desejos de projeção da força e do expansionismo do espaço geográfico. O conceito de geopolítica, antes de seu resgate multifacetado feito por Yves Lacoste em uma obra que será mais bem descrita ao longo da próxima seção, propiciou inúmeros trabalhos importantes, alguns de geógrafos brasileiros, como Vesentini, que elucubrou e situou o momento da geopolítica nos anos de 1980.

A partir do final da década de 1980, devido às mudanças radicais no mapa-múndi (Vistas pela mídia, com razão como redefinições geopolíticas), a palavra geopolítica tornou-se moda. Hoje ela é usada em alguns meios para se referir a praticamente todas as discussões políticas e

econômicas internacionais – os encontros relativos ao meio ambiente global, as reuniões da OMC ou do FMI e os protestos contra eles, a ALCA ou União Europeia etc. – algo que evidentemente torna esta palavra desprovida de qualquer significado preciso (VESENTINI, 2008, p. 10).

As constantes transformações em fronteiras, as guerras contemporâneas e demais tensões fornecem um ampliado campo para o desenvolvimento da geopolítica, alçando este tema como uma visão panorâmica das relações diplomáticas, econômicas e sociais entre as nações. Para Carmona (2012) a difusão da informação aliada à chegada e desenvolvimento de novas tecnologias de comunicação tornou a geopolítica um tema acessível e de interesse coletivo para todos os povos, independente de localização geográfica.

3.2 GEOPOLÍTICA, CONSTITUIÇÃO COMO SEGMENTO DE ESTUDOS

A geopolítica não possui condições e rupturas tão marcantes como a Geografia, porém possui um imenso arcabouço de teóricos que contribuíram, fundamentalmente, para sua existência independente da Geografia. O termo “geopolítica” foi cunhado pelo jurista sueco Rudolf Kjellén no início do século XX, contudo, Vesentini (2003) aponta que há uma necessidade em se revisitar um autor clássico da Geografia alemã, Ratzel, autor de *Politische Geografia* que, através das concepções do conceito de espaço vital, corroborou para a fundação da Geografia política. Para Vesentini (1996) ressalta-se que a diferença entre a Geografia política e a geopolítica está diretamente ligada a sua dinâmica e abrangência, sendo a primeira voltada para concepções de

soberania nacional, enquanto a última corresponde a relações internacionais, dirigida a expansão de laços comerciais, diplomáticos e sociais.

Sobre o segmento da Geografia Política, arquitetado por Ratzel, e as relações entre território e poder, Martins (2016, p. 90) suscita que “...as concepções sobre Geografia Política vão seguir propostas de Ratzel. [...] Como poder do Estado sobre seu território – fronteiras – o desenvolvimento das relações políticas entre Estados por meio do poder militar e econômico”. Um resgate ainda suscitado por Vesentini (1996) demonstra que, no século XIX, Ratzel teve relevante papel na fixação da Geografia na cultura militar, sendo esta uma espécie de antecedente da Geografia política; mediante a este escopo, constitui-se a geopolítica. Ainda nesse contexto, Miyamoto (1995) propõe que as principais diferenças entre o que se tem de estudos para a Geografia política e geopolítica estão no dinamismo da segunda, que busca entender as relações culturais, econômicas e sociais por meio de uma visão ampliada, não apenas com percursos delimitados ou estáticos. Sobre a produção de Ratzel e sua importância para a fundação da Geopolítica.

Mas a herança de Ratzel, embora por alguns exacerbada, foi, em geral, negada pelos geógrafos, que, ao recusarem sua concepção determinista, negaram também toda a sua riqueza teórica. Sua herança foi por outro apropriada. A legitimidade científica para a prática estratégica estatal, que crescente e sistematicamente instrumentalizada o espaço (e o tempo) visando objetivos econômicos e de controle social, passou a ser dada por uma nova disciplina, a Geopolítica, criada em 1917 a partir da apropriação justamente do organicismo contido na obra de Ratzel e também das informações descritivas e “apolíticas” produzidas pelos geógrafos. As deformações da Geopolítica nazista afastaram, ainda mais, os geógrafos dessa

reflexão teórica, embora muitos, em sua prática, não deixassem de colaborar com o aparelho do Estado no planejamento da guerra e/ou do território. Becker (2012, p. 118)

Retornando a Rudolf Kjellén, esta parte da premissa de que a geopolítica é ferramenta crucial para o desenvolvimento de grande Estado, sendo este último invariavelmente constituído por três grandes pilares: espaço, liberdade de movimento e coesão interna (KAROL, 2013). Kjellén conceitua espaço ligando com questões físicas, ao tamanho do território do Estado que, quanto maior for, maiores são suas chances de se tornar uma grande potência em termos econômicos, podendo ser encarado como ferramenta de dominação (KAROL, 2013). Para liberdade de movimento, alicerça-se nas questões que envolvem sua população, recursos e produções em termos científicos e tecnológicos. Por fim, a coesão interna está ligada diretamente ao coletivo, ao sentimento pátrio e de soberania construído pela nação que habita o território. (CARMONA, 2017).

Para Ribeiro (2010), é importante ressaltar o papel e a serventia da Geografia militar – a qual está relacionada a conflitos e expansões territoriais – enquanto a Geografia idealizada por Ratzel – política – estava repleta de conflitos internos, visando a compreender o papel do Estado no espaço geográfico. Sobre a consolidação da geopolítica como disciplina acadêmica, Roseira (2012, p. 30) aponta que “...passa a existir somente na virada do século XIX para o XX, período em que ganha um discurso ‘Científico’ [...] fatores relacionados a território e ‘poder’ nas relações interestatais, quanto envolvendo não estatais”. A primeira escola a receber a geopolítica é a de Munique, ainda em 1922, com o alemão Karl Haushofer sendo o líder e outro valoroso estudioso, que

edificou a geopolítica clássica (KAROL, 2013). Neste período clássico, ainda se faz necessário refletir sobre que tipo de definição o mentor do termo “geopolítica” se referia ao constituir os preceitos da disciplina. Com o auxílio de Carmona (2012) e Miyamoto (1995), percebe-se que a geopolítica se fundamenta na soberania do espaço, tratando-a como ferramenta para o expansionismo e consequente sobrevivência de um Estado.

A importância do Estado no campo também é elemento a ser visto [...] muitos autores o consideram como único ator de onde emana o poder até tempos recentes. Conceber o Estado como ator mais importante é dar liberdade de escolha de cada autor, no entanto não se pode ignorar que essa escolha condiciona o campo a ter sempre esse elemento em suas análises. (KAROL, 2013, p. 47).

O percurso histórico da geopolítica está repleto de meandros que se fazem cruciais para a compreensão da evolução e, por que não, da fragmentação de estudos inerentes à geopolítica. Passando para uma análise clássica, eximindo neste ponto as contribuições de Ratzel e do jurista Rudolf Kjellén, passa-se a valorizar o papel de Alfred Thayer Mahan²³ e Halford John Mackinder²⁴, ambos destacados pela função vinculada à expansão imperialista de grandes potências; Mahan – Grã-Bretanha e Mackinder – Estados Unidos. Carmona (2012) reflete que

²³ “Alfred Thayer Mahan nasceu em 27 de setembro de 1840, na cidade de West Point e viveu até dezembro de 1914. Era filho de um militar, professor da academia Militar de West Point e de uma professora, ambos protestantes e profundamente religiosos, o que impactaria bastante sua visão de mundo.” (CARMONA, 2012, p. 19).

²⁴ *Sir* Halford John Mackinder nasceu em 15 de fevereiro de 1861, em Gainsborough, Inglaterra, e viveu até março de 1947. Foi um prestigiado professor de geografia, lecionando na Universidade de Londres, e membro do Parlamento britânico entre 1910 e 1922.” (CARMONA, 2012, p. 40).

Mackinder e Mahan foram fundamentais para o desenvolvimento do expansionismo europeu por meio terrestre e marítimo, edificando assim a denominada geopolítica clássica. Sobre o que destaca na produção em termos geopolíticos de cada um deles, tem-se:

Mahan é tido como o principal teórico do poder estratégico naval, tendo produzido teses geopolíticas, que como veremos, tiveram importantes consequências, seja para o expansionismo de seu país, os Estados Unidos, seja para fornecer argumentos favoráveis à expansão e fortalecimento das Armadas em distintas partes e em distintos períodos [...] Mackinder é considerado um dos principais, senão o principal representante da geopolítica clássica, uma vez que desenvolveu sua expressão dominante, a do poder terrestre. O pensamento de Mackinder é alicerçado na ideia de que a geografia é o *pivot* (base, sustentáculo) da história. Trata-se de uma teoria que tem na geoestratégia, isto é, segundo de Brzezinski, na gestão dos interesses geopolíticos, a chave para a hegemonia mundial. (CARMONA, 2012, p. 19-20).

Mahan baseia seu ponto de vista geopolítico ante a exploração marítima, com percepções conexas sempre ao mar. Apesar disso, não se pode considerar que seus estudos são fragmentados ou isolam a geopolítica apenas a este modelo, “Nesse sentido, suas teorias não se restringem, como era tradicional às análises sobre o poder naval (*stricto sensu*) ou o comércio marítimo, tomados separadamente”. (COSTA, 1992, p. 70). O destaque de Mahan está baseado no envolvimento direto da população com as relações de poder que possam ser desenvolvidas no mar, enaltecendo o poderio e dominação inglesa em meio marítimo durante a expansão do império britânico, De acordo com Costa (1992, p. 70) “Dedica a maior parte do seu estudo a uma revisão histórica do tema

desde os primórdios da civilização, deixando clara a sua admiração pela Inglaterra e o seu domínio dos mares. Dessa revisão, extrai a ideia de uma universalidade nos princípios que norteiam as operações navais”. Mackinder, também inglês, era defensor direto da geopolítica de base territorial, com ênfase na expansão em nome da constituição de territórios mais poderosos e soberanos. Mesmo com ideais distintos, Mackinder não despreza a força oriunda dos oceanos, e com rupturas em escritos e pensamentos geoestratégicos ambos tracejam alternativas e concepções viáveis para o aumento do poderio de nações como Estados Unidos e Inglaterra ante o avanço dos soviéticos.

Constata-se pela difusão de ideias desses pensadores iniciais que a geopolítica não surge independente da Geografia, tendo como base os estudos que envolvem um de seus conceitos chaves: o território. A teoria do espaço vital, proposta por Ratzel, bem como a estruturação feita pelo ele para a Geografia política foram fundamentais para o desenvolvimento das pesquisas em diferentes partes do globo, chegando ao estadunidense Mahan e ao britânico Mackinder, expoentes que demonstraram o poderio expansionista das nações em que residiam. Apesar das significativas contribuições de diversos autores entre o fim do século XIX e início do século XX, a Geografia política ainda imperaria sob a ótica dos grandes regimes e, com a proximidade das grandes guerras, viveu seu auge. Conforme Becker (2012, p. 125), “O desenvolvimento científico-tecnológico retoma e acentua de forma impiedosa a relação histórica do Estado com a guerra e com o espaço. A guerra é um fenômeno da organização social e do espaço desde que o Estado se constituiu na antiguidade”. Nesse período, a geopolítica se destacou bastante no cartel de geógrafos, que atuavam em conselhos e

conferências buscando soluções para o fim de conflitos armados, além de contribuírem para a reorganização do espaço geográfico. Becker (2012, p. 125) reitera que “...daí a importância da Geopolítica neste período, isso é, de dispor o espaço geográfico convenientemente, de organizar a população de um território, de criar cidades fortificadas”. Neste contexto, faz-se necessário lembrar o apogeu do nazismo que, após vários confrontos, gerou inúmeras expansões territoriais da Alemanha pela Europa, redesenhando o espaço geográfico do velho continente. Contudo, finda-se a Guerra com a derrota alemã, tendo a geopolítica como grande vilã e precursora da 2ª Guerra Mundial, prejudicando a evolução da disciplina.

Haja vista a evolução do pensamento geográfico, sabe-se que o domínio da descrição do espaço e análise territorial jugularam os fundamentos da Geografia alemã, apresentada como determinista. Diante deste cenário, a Geografia política, que até então guiava a geopolítica por um percurso de extremo êxito, acabou sendo bruscamente cessada em termos de produção acadêmica. Neste período, Karol (2013, p. 35) afere que “...a Geografia Política foi limitada a escala de análise determinada. No entanto essa Geografia Política do Estado deu lugar a interessantes modelos dos aspectos espaciais das estruturas estatais”. Partindo deste pressuposto, anuncia-se uma relação de interdependência rígida entre o funcionalismo da Geografia, antes de tudo vinculada então à expansão dos Estados nacionais.

Avançando ao pós-guerra, as décadas a partir de 1950 apresentaram transformações na Geografia, conseqüentemente o campo da geopolítica foi contemplado; de acordo com Ribeiro (2010), essas mudanças foram alicerçadas na produção americana, cujo arrojo

permitiu a cientificidade e a renúncia da interferência estatal – cujo objetivo centrava-se no monopólio absoluto do conhecimento e de forma totalitária. Esses estudos do período pós-guerra permitiram que a Geografia política resgatasse o tom de criticidade, pressuposto inicial previsto por Ratzel ao desenvolvê-la. Reitera, então, Karol (2013, p. 45) que “a Geografia Política foi revisada, procurou-se superar as críticas sofridas – criação de mitos como o da inacessibilidade e inexpugnabilidade do Hertland, não previsão e valorização do desenvolvimento tecnológico como fator de poder”.

Como já suscitado no capítulo anterior, a partir da década de 1950, a Geografia passou a ter discussões envolvendo seus objetivos e também métodos para seu desenvolvimento enquanto ciência. O aflorar da Guerra Fria e a ascensão de duas grandes potências ideologicamente distintas, além de sistemas econômicos opostos, propiciaram um cenário promissor para os estudos da geopolítica. Sobre esse período da Guerra Fria, Martins (2016, p. 95) aponta que foi “...onde a política interna dos países se confrontava com discursos de modelos socioeconômicos externos vigentes socialista e capitalista – e qual seria o modelo ideal para cada sociedade influenciou decididamente as ações geopolíticas dos Estados”. A Guerra Fria demonstrou, por meio de estratégias geopolíticas, uma intensa disputa entre Estados Unidos e União Soviética, perpassando por corridas como a nuclear e a espacial, além da formação de blocos entre aliados. Todas essas atividades, notadamente produziam frutos como propagandas e a venda de superioridade de um estilo de vida. A arrastada rusga diplomática entre estadunidenses e soviéticos perdurou até o início da década de 1990, perpassando por eventos como a segregação da Alemanha, a queda do Muro de Berlim e

o fim da cortina de ferro, porém não quer dizer que os pressupostos da geopolítica para um Estado ser desenvolvido continuavam o mesmo.

Com a crise econômica de 1929-33 e a sua superação e, especialmente, com a Segunda Guerra Mundial (1939-45) e os seus resultados, uma nova racionalidade parece ter se imposto na estruturação (contraditória) do capitalismo mundial. Essa nova racionalidade tornou-se mais evidente – e vitoriosa em praticamente todo o espaço mundial – após a derrocada do mundo socialista entre 1989-91, com a revolução técnico-científica iniciada em meados dos anos 1970 e com esse novo patamar da internacionalização do capital, que é a globalização. (VESENTINI, 2003, 75p.).

Não se pode atribuir a geopolítica uma linha retilínea no seu curso; como já constatado, eventos internacionais como guerras e a dinâmica econômica influenciam diretamente sobre o conceito, instituindo uma crise, principalmente no fim da década de 1970 e início de 1980, com o advento das tecnologias e a popularização de maquinários em quase todas as partes do globo. O processo de globalização econômica, social e cultural incide diretamente sobre a geopolítica e o fortalecimento desse processo se dá essencialmente pela égide do capital, que agora não está instituído necessariamente ligado com características físicas, dimensões territoriais ou forças bélicas.

Na atualidade, desde os anos 80, existe uma crise da geopolítica. Este tipo de discurso e de ação parece ter encontrado os seus limites e perdeu o fôlego, pelo menos em grande parte. O momento áureo ou apogeu da geopolítica foi aquele do Estado-nação moderno, em espacial a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX. Suas obras mais profundas ocorreram antes da Primeira Guerra Mundial e no período de entre guerras, de 1918 a 1939, quando havia uma

intensa disputa pela hegemonia mundial e a questão do confronto militar entre as grandes potências (Ou candidatos a tal) era um fato inegável e fundamental no cenário internacional. Com o progressivo enfraquecimento do Estado nacional moderno, em especial com a globalização, a terceira revolução industrial e suas inovações tecnológicas, a geopolítica entra em declínio. O pensamento geopolítico se enfraqueceu e talvez até tenha se esgotado com o avanço da democracia e o surgimento de novos atores ou agentes (Tanto internos como externos) que disputam e dividem o poder com o Estado – e que convivem com a globalização, pois esta torna o cenário mundial mais complexo e ao mesmo tempo reforça os agentes locais, as organizações não-governamentais de novas tecnologias produtivas que diminuem a importância do espaço em si, do território, das forças militares e da própria população em termos quantitativos. (VESENTINI, 1997, p. 21-22).

As questões ambientais ficaram em evidência, principalmente após a 3ª Revolução Industrial, em que a ênfase na utilização de recursos minerais foi intensamente discutida; o uso de solo e a degradação ambiental, provocaram rupturas com o modelo que se tinha para a geopolítica (VESENTINI, 1997). A expansão do poderio bélico, a criação de artefatos nucleares inúteis – impedidos de serem utilizados por convenções internacionais – corroboram para gastos excessivos e desnecessários. As questões envolvendo a expansão física de um país, sob a ótica de fortalecimento ou hegemonia econômica, ficam no passado, bem como a exploração de nichos como o militarismo, antes visto como essencial para o desenvolvimento de um Estado (KAROL, 2013). Vesentini (1997, p. 22) constata que “...durante muito tempo, provavelmente até os anos 70, uma grande potência deveria ser um Estado com enorme território”; o autor ainda reitera que essa conquista

se dá por meio de guerras, outra ação que, para tempos mais atuais, configura-se como imenso prejuízo. Vesentini (1997, p. 22) exemplifica: “...lembrar que os E.U.A perderam a Guerra do Vietnã, em 1974, mas não puderam utilizar armamentos nucleares e a ex-URSS também foi obrigada a se retirar derrotada do Afeganistão, em 1989, sem a coragem de fazer uso de bombas atômicas.”

Em parte, mas apenas em parte – convém realçar –, as geopolíticas do mundo bipolar representaram visões de mundo e práticas político-espaciais que encaram os Estados – e somente eles – como sujeitos. Mas um novo elemento foi incluído nessa leitura geopolítica: os sistemas econômicos – e também os regimes políticos –, isto é, a luta do capitalismo contra o socialismo ou da “democracia contra o totalitarismo”. Quanto às “novas geopolíticas” do mundo pós-guerra fria, elas são extremamente plurais e em grande parte – embora existam exceções – já superaram a leitura geoestratégica: elas enfatizam mais as “guerras” econômicas, tecnológicas e até culturais e relativizam (mas não omitem) as guerras militares. (VESENTINI, 2003, p. 86).

Os últimos anos da Guerra Fria colocaram sobre a mesa das nações que bipolarizavam o planeta novas percepções para a alcunha de desenvolvimento. Como já dito, a crise existencial da geopolítica de pensamento clássico mostrou-se ainda maior quando nações orientais como o Japão edificaram seu desenvolvimento através da tecnologia. As inúmeras pesquisas envolvendo robótica, biotecnologias e a produção conexa a maquinário cada vez mais moderno elaboraram uma mudança cultural e social gigantesca, em que a valorização da qualificação da população, por meio da educação, tornou-se essencial para a sociedade moderna. Além do Japão, outros países, como a Coreia do Sul, mantiveram-se com ritmo de crescimento frenético, eliminando qualquer

possibilidade de retroação quanto à possibilidade de seguir preceitos antigos da geopolítica, sendo que a categoria território fica em segundo plano, a julgar pelo grande desenvolvimento de nações de pequena extensão. Haja vista a modernização na relação entre o desenvolvimento de uma nação e os estudos de geopolítica que evidencia a escassez de autores ou nomes consagrados para esse segmento.

Os últimos importantes pensadores da geopolítica internacional foram os estrategistas norte-americanos e soviéticos do período da Guerra Fria – podemos mencionar, sem a pretensão de esgotar os nomes, Huntington e Kissinger, nos Estados Unidos, e o marechal Popov Andropov e Gorbatchev, na ex-URSS. Mas no fundo a maioria deles já representou uma espécie de transição, de enfraquecimento do raciocínio militar e espacial e um progressivo aumento das ideias sociológicas e econômicas, eles só podem ser vistos como continuadores renovados dessa tradição devido à ênfase no poderio de seus Estados e a competição ideológica-militar entre as duas superpotências. E não foi por ausência de esforços ou de interessados (cujo número, paradoxalmente, até cresceu nos últimos anos) que surgiu essa carência de novas obras geopolíticas importantes, e sim por um envelhecimento dos pressupostos básicos desse discurso e forma de ação, que tornaram obsoletos no mundo pós-Guerra Fria e na época da terceira revolução industrial. (VESENTINI, 1997, p. 23).

A criação e consolidação de organismos supranacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), corroboram para o enfraquecimento dos ideais clássicos da geopolítica. As alianças constituídas no período pós-Segunda Guerra Mundial mostraram-se favoráveis ao desenvolvimento econômico e social de várias nações, revelando um cenário de multipolaridade, ou unimultipolaridade, diante da grande hegemonia dos

Estados Unidos. Para Carmona (2017), a geopolítica sobreviveu a um período de crise graças à roupagem dada por grandes nomes da Geografia, que trouxeram para si a responsabilidade de conduzir estudos relacionados a esta disciplina em profundo colapso. A produção do livro *A geografia serve, antes de mais nada, para fazer a guerra (1976)*, do marroquino Yves Lacoste, foi essencial para o revigorar da disciplina, inclusive popularizando o termo e a historicidade por trás dela.

E também não devemos esquecer que a geografia, em especial a geografia política – e também, com menos intensidade, a ciência política -, tem uma rica tradição de diálogo crítico e até algumas acirradas polêmicas com a geopolítica, tanto a nível mundial como no Brasil. É certo que em determinada das ocasiões, notadamente na Alemanha dos anos 30 e depois com a referida “febre” iniciada no final dos anos 70, a geografia flertou com a geopolítica e alguns até procuraram se identificar completamente com ela. Mas foram apenas momentos ou conjunturas específicas, que ao mesmo tempo fustigaram a geografia (vide a famosa “crise” do final dos anos 60 ao início dos anos 80, que hoje parece ter sido superada com a nova revalorização da geografia e do seu ensino na época da globalização e da terceira revolução industrial) e enalteceram a geopolítica (vide as volumosas verbas para os institutos de geopolítica na Alemanha nazista e também modismo com os raciocínios militares-estratégicos no mundo dos anos 70 e 80 com o apogeu da Guerra Fria, com a corrida armamentista, etc., que felizmente já está ficando para trás). (VESENTINI, 1997, p. 28).

Apesar de revisitar e tornar o termo “geopolítica” popular e, por vezes, dirimindo-o basicamente à elaboração de estratégias militares, é preciso resgatar que, nesse período, a efervescência do pensamento geográfico era real com a já citada busca por uma Nova Geografia, agora relacionando fenômenos que envolvem a dinâmica econômica e

social e, por que não, puxando para si a compreensão da geopolítica. A popularização do termo geopolítica, logicamente impulsionada pelo movimento de produção executado por geógrafos como Lacoste, trouxe consequências no que se refere à qualidade no tratamento da disciplina, com multiplicidade de obras, desconexas ao conceito, carregando em seus títulos o termo “geopolítica”, constituindo assim uma vulgarização. Martín (2007) analisa o processo histórico evolutivo da geopolítica e reflete que a usualidade do termo acaba debruçando-se nas análises demográficas, abusando dos métodos defendidos pela Geografia quantitativa – Teorética, com ênfase na concepção de sociedade em rede, sendo isso um uso genérico e de qualquer forma banal da geopolítica. O fato é que desde os seus primórdios, a geopolítica tem laços significativos com a Geografia, não obstante, com as Ciências Políticas, História e Sociologia, com vasta produção, buscando valorizar a disciplina que ganhou seu espaço, alicerçando-se na conjuntura da produção de um Estado desenvolvido.

O motivo para isso é que a geopolítica, de modo geral, não é um departamento independente e autossustentável das ciências sociais. A geopolítica é produto da combinação geografia/ciência política, com o propósito de auxiliar aqueles que pensam o papel do espaço na arregimentação de poder. Papel este que, regularmente, é exercido pelo Estado por meio de militares, diplomatas e agregados, mas que pode sofrer modificações conforme a correlação de forças políticas dentro da própria unidade política. (LACOSTE, 1993, p. 29).

Atualmente, a geopolítica vem sendo abordada por diferentes segmentos, com ênfase para a Geografia, Sociologia e Relações internacionais, distante dos pressupostos iniciais estabelecidos por

Rudolf Kjellén. A premissa para os estudos de geopolítica constitui-se em temas correlacionados a atualidades com ênfase na relação entre nações, sendo elas imparcialmente ligadas à cultura, economia ou tensões e conflitos. Como já frisado, com a consolidação da Globalização e o advento de novas tecnologias vinculadas ao processo produtivo, fica a cargo da geopolítica analisar questões majoritárias, despreocupando-se necessariamente com os pressupostos elencados para a construção de um Estado desenvolvido, apesar de partir sempre de interesses internos. (MARTÍN, 2007). Em termos globais, citam-se como fenômenos estudados pela geopolítica as questões socioambientais, com o envolvimento direto de nações na busca por progresso atrelado à manutenção da natureza.

As novas tecnologias também exerceram influência sobre a perda de poder dos Estados. O geógrafo Milton Santos chama a atenção para o fato de que os objetos técnicos que cada vez mais povoam nosso espaço cotidiano são, como todo objeto técnico, “objetos impregnados de intencionalidade”, e não podemos entender esse novo espaço que se configura no mundo a não ser como “Um sistema de objetos e um sistema de ações”. (HAESBAERT, 2005, p. 55)

A criação de conferências, encontros e cúpulas, de certa maneira, mostram-se eficientes e eminentes para a compreensão desta nova gama de possibilidades de estudos aplicáveis à geopolítica. As tensões globais, movimentos relacionados ao denominado terrorismo, também estão nesse arcabouço de análises, sendo estes movimentos ainda mais propagados sob a ótica da geopolítica devido ao avanço das telecomunicações, provendo a todo momentos informações instantâneas sobre o modo de vida, cultura e relações diplomáticas entre praticamente

todas as nações do globo, incluindo aqui as mais fechadas. Para Martín (2007) são exemplos de fenômenos geopolíticos recentes ou contemporâneos a contínua emergência econômica chinesa, que gera constantes temores internacionais, considerada uma ameaça a unimultipolaridade americana, assim como novos laços diplomáticos gerados com o crescimento econômico da União Europeia e uma nova ascensão econômica russa.

3.3 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA GEOPOLÍTICA NO BRASIL

A geopolítica no Brasil passa a ser destaque a partir das interpretações de Mário Travassos e Everardo Backheuser, expoentes brasileiros do início do século XX, sendo o primeiro um militar e o segundo, possuidor de várias especialidades, inclusive geógrafos, ambos são contemporâneos do professor Delgado de Carvalho, que já foi destacado neste estudo como precursor do ensino de Geografia no país. Alguns autores, como Carmona (2012), ainda discorrem que, mesmo que empiricamente, José Bonifácio de Andrada e Silva tenha sido o primeiro grande geopolítico brasileiro; com uma visão de um estadista moderno, ele foi responsável pelo período de transição de um Brasil colônia para uma nação independente.

O destaque para José Bonifácio se dá por sua face naturalista, ofício comum aos exploradores e descritores de paisagens e territórios, papel executado por famosos geógrafos modernos como Humboldt e Ritter, por exemplo. Mesmo que o termo “geopolítica” tenha sido cunhado anos depois, sabe que o papel e o ofício para o fortalecimento nacional por meio do reconhecimento das potencialidades territoriais já

eram executados por grandes lideranças, principalmente os militares. Não obstante, Carmona (2012) ilustra que a obra de José Bonifácio de Andrada e Silva, *Lembranças e apontamentos do governo provisório da província de São Paulo para seus deputados* tem caráter geopolítico, sendo, sem dúvida alguma, o fio condutor para uma possibilidade de construção de um projeto nacional. Apesar dos esforços de José Bonifácio na concretização de um dito projeto nacional, a alcunha de pioneiros da geopolítica no Brasil pertence à Everardo Backheuser e Mário Travassos, já que suas obras ressignificaram a disciplina no Brasil, com maior difusão dos conceitos, inspirados ora em Ratzel ora em Mackinder.

Nesse sentido, Backheuser publicou *A estrutura política do Brasil; Notas prévias, de 1926, e problemas do Brasil*, bem como *Estrutura geopolítica*, de 1933, que podem ser consideradas estrito senso, obras pioneiras de difusão geopolítica no Brasil.

O título de *precursor* da geopolítica brasileira também pode ser conferido, pela influência e perenidade de sua obra, ao Coronel Mário Travassos, autor, em 1930, de *Projeção continental do Brasil* – nome adotado a partir da segunda edição; na primeira, o título era *Aspectos Geográficos Sul-americanos* -. Cujas Introdução À *Geografia das comunicações brasileiras*, de 1941, foi prefaciada, nada menos que por Gilberto Freyre, o grande intérprete da nacionalidade. É de Travassos a formulação da ideia de que nossa conformação geográfica nacional nos confere a forma de território misto, que dilui a oposição clássica – cara aos mestres Mahan e Mackinder -, a respeito do mar e do território. (CARMONA, 2012, p. 112).

A geopolítica nacional prosseguiu com outros representantes, uma nova geração inspirada livremente nos pressupostos deixados por

Travassos e Backheuser, pioneiros nas publicações de maior circulação. A geógrafa Bertha Becker (2012) elenca os membros dessa nova linhagem de estudiosos da geopolítica no Brasil: Golbery do Couto e Silva, Carlos Meira Mattos e Therezinha de Castro; todos possuindo alguma forma de vínculo com o âmbito militar, algo passível de compreensão devido ao acesso ao conhecimento – políticas de fortalecimento das forças armadas. Os laços com a Geografia ainda parecem frágeis nessa época, mesmo com a ascensão da ciência e com a formação dos primeiros cursos universitários de Geografia, fortemente ligados a tendências europeias; não obstante, vale lembrar que, neste momento, já existiam vertentes para a geopolítica, com nomenclaturas referentes às vertentes da geografia alemã e francesa – determinista e possibilista.

Mas não se deve esquecer que se a geopolítica brasileira cedo se orientou no sentido de promover a integração interna e o nacionalismo, em outras palavras: se ela pôde dedicar-se à tarefa de agregar, é precisamente porque ela não tinha necessidade de definir-se contra os nacionalismos dos vizinhos, nem de formular reivindicações de ordem territorial. Com efeito, em todos os casos de territórios contestados, que existiam ao final do século XIX, o Brasil levou vantagem. Na ausência de receios e/ou de espírito revanchard, fica muito mais fácil afirmar uma geopolítica de projeção nacional, sem agressividade. (CAUBET, 1981, p. 72).

As obras de Golbery do Couto e Silva e Carlos Meira Mattos pautam-se em uma agenda específica voltada para a proteção e conservação de fronteiras, bem como no ideal de expansionismo, além de parcerias com países que lideravam a econômica em âmbito global na época, na busca por soluções para problemas sociais e de gestão

territorial do Brasil (KAROL, 2013). As ideias que prevalecem para esses autores estão conexas à prática do anticomunismo, além de estarem vinculadas ao pensamento estadunidense. Sobre Therezinha de Castro, Carmona (2012, p. 115) explica que sua obra se refere também à região amazônica “...abordando a necessidade de sua ocupação geográfica e humana. Também a questão da presença no continente antártico ocupa lugar em suas formulações”.

A partir da Segunda Guerra Mundial, período marcado pela imbricação da Ciência e Tecnologia, com as estruturas sociais do poder, e pelo planejamento, constitui-se no Brasil um novo padrão de inserção na ordem política planetária. Se o papel político e a relativa autonomia da burocracia estatal, particularmente dos militares, foram uma constante na história recente do país, eles se alteram qualitativamente, manifestando-se num projeto geopolítico para a modernidade do Brasil. Modernidade que não diz respeito apenas à modernização, mas ao domínio da racionalidade em todos os setores e no pensamento social. Projeto que não se refere apenas à Geopolítica, nem a uma única coordenada sistematização, mas a vários projetos que emanam de diferentes segmentos sociais, ressaltando, no caso do projeto geopolítico, os projetos distintos entre as FA, mas que terminam por convergir num projeto governamental gerido por militares. (BECKER, 2012, p. 132).

Após esse período, a geopolítica nacional passa a ser transformada, apesar de jamais abdicar de seus pressupostos iniciais que envolviam a integração nacional, aliada ao reconhecimento de potencialidades territoriais. A produção do General Couto e Silva é destacada por Becker (2012), enfatizando a mudança de visão existente entre sua obra e as anteriores, com a transposição da visão alicerçada no próprio continente para uma visão global. Ainda nessa linha, há uma

nova delimitação entre o papel da política e sua correlação com o poder, além da visão de desenvolvimento não mais atrelada a características militares ou econômicas. Esse período foi favorável à manutenção dos interesses do capitalismo, consolidando ao Brasil o papel de estado subdesenvolvido, notadamente enraizados na ausência de participação popular nas decisões ou escolhas envolvendo as premissas para a construção de um projeto nacional.

Mas num sentido político muito mais amplo e num sentido técnico, de planificação e racionalidade: uma preocupação não mais apenas com relações externas do Estado, mas com a segurança interna: enfim, uma preocupação com a especificidade do papel do Estado nos países subdesenvolvidos e, no Brasil, país entendido como um dos bastiões-chave dos valores ocidentais.

Trata-se indiscutivelmente de um pensamento nacional para o crescimento de um Estado subdesenvolvido, o Brasil, segundo o modelo econômico vigente nos países capitalista. É de se notar a antecedência com que foram captadas feições da Geopolítica contemporânea: a questão do tempo acelerado para superar o subdesenvolvimento, as questões tecnológicas da gestão, da logística – guerra permanente, contida nos conceitos de Poder Nacional, e no novo significado da Estratégia –, dos conflitos internos. São de se notar, também, as ambiguidades contidas nesse pensamento – a necessidade de um planejamento democrático e, ao mesmo tempo, a necessidade de restrições à cidadania e ao bem-estar social e a total exclusão da participação social no projeto. (BECKER, 2012, p. 133).

O contexto envolvendo a Guerra Fria também acabou impactando as obras e estudos referentes à geopolítica brasileira, sendo que, nesse período, o mundo caminhava para uma bipolarização com embates ideológicos e tecnológicos bastante impactantes, envolvendo Estados

Unidos e União Soviética. Para Becker (2012, p. 135), esse período ainda vai ter características marcantes, “...o progresso da técnica e da industrialização acelerada rompe a compartimentação espacial e torna os países fortes mais fortes e os fracos mais fracos”. Destacam-se, então, os pressupostos de Golbery do Couto e Silva, que constata a impossibilidade de se atingir o estágio de desenvolvimento a não ser baseado em um Estado forte e regulador, capaz de dinamizar todas as ações que se referem à economia e sociedade. (KAROL, 2013). Com esse caráter, a geopolítica brasileira caminha rumo à geopolítica nacional, com aspectos de política espacial; para Becker (2012, p. 135), “...geopolítica nacional, mas elaborada a partir da inserção do Brasil no mundo da guerra fria, que impõe a aliança com o centro de poder ocidental em nome de um eventual conflito com o bloco soviético e de conter a expansão comunista”.

A integração é vista como um processo de barganha, que Carmona (2017) aponta ser um pressuposto para indicação de fortalecimento do bloco capitalista na América do Sul, impedindo qualquer investida de evolução das forças soviéticas da porção do continente, tudo isso aliado ao processo de expansão da projeção americana na Ásia e Europa. Internamente, os desafios são relacionados ao próprio território brasileiro, já que a faixa costeira é mais ocupada e o interior sendo praticamente um vazio demográfico atrelado às intempéries naturais, o que dificulta a aglutinação do poder ou de um projeto para o desenvolvimento nacional.

As premissas do projeto geopolítico da modernidade brasileira não são determinadas pela Geografia no país nem se resumem à apropriação física do território. Elas são a justificativa para a consolidação política e o papel dirigente do

Estado em todos os setores da atividade e do território, ou seja, para a produção do espaço estatal. Para tanto, o domínio da tecnologia e a instrumentalização do espaço constituem-se condições fundamentais. Cumpre lembrar que o projeto da modernidade não é exclusivamente geopolítico, nem de um ator apenas, sendo esses recortes que aqui desejamos ressaltar. Se o projeto geopolítico da modernidade é posto em prática sobretudo a partir do golpe militar de 1964, sob condições autoritárias, ele é gestado e iniciado em pleno regime liberal do pós-guerra, bem demonstrando ser expressão do movimento da sociedade brasileira e não apenas fruto do pensamento geopolítico militar autoritário. O que não significa que os militares não tiveram papel fundamental e crescente na sua formulação bem como na sua implementação e gestão. (BECKER, 2012, p. 136).

A busca por autonomia tecnológica passa a vigorar na segunda metade da década de 1960 e transcende aos anos de 1970, preconizando a diminuição de importações e fortalecendo a indústria nacional, em âmbito estatal e privado. A ideia de modernidade no Brasil é baseada em premissas como a fronteira tecnológica pregando o desenvolvimento técnico e científico através de pesquisas nacionais (VESENTINI, 1997). Para Becker (2012, p. 140), "...a integração do Território Nacional, a partir da fronteira tecnológica, corresponde a uma ação rápida e combinada para, simultaneamente, completar a apropriação física do território", Carmona (2012) aponta que nesse período são consolidadas grandes empresas nacionais, responsáveis pelo desenvolvimento de técnicas apuradas em diferentes segmentos, uma estratégia fundamental para o desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, maior participação no mercado global no que tange a fluxo de capital e mercadorias de tecnologias mais avançadas. Exemplo da consolidação

de grandes empresas capazes de dinamizar a fronteira tecnológica nacional foram os casos da CSN e da EMBRAER. O fim do período ditatorial do Brasil e a redemocratização trazem à tona também considerações importantes sobre mecanismos criados para o desenvolvimento do país, inclusive escancarando o planejamento para alçar voo entre as maiores economias do planeta. “O regime esperava realizar o projeto do Brasil Potência por volta do ano 2000, conforme Meira Mattos, tal o sentido do esforço industrializante e na pesquisa em energia nuclear com fins militares empreitados no período”. (ALBUQUERQUE, 2014, p. 26).

Em tempos mais recentes, a década de 1980 foi marcada pelo fim do regime militar no Brasil, após longínquos 21 anos, além de novos nomes para a produção de uma renovação para a geopolítica brasileira. A tendência de fortalecimento do Estado ou de um projeto de integração nacional não foram abandonados, contudo, o fim de outros regimes totalitaristas na América do Sul fortaleceu os ideais de uma integração mais moderna, já praticada na Europa – a criação de acordos internacionais por meio de blocos econômicos (ALBUQUERQUE, 2014). O primeiro bloco edificado na América do Sul e com participação do Brasil foi o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), criado a partir do Tratado de Assunção em 1991. Este bloco propiciou uma espécie de integração regional ao âmbito global – mesmo que periférica e de cunho meridionalista²⁵ – fundamental para a competição

²⁵ “A teoria geopolítica meridionalista define de forma coerente a inserção global das nações do Hemisfério Sul, destacando as características da geografia regional hemisférica e os movimentos da política externa de seus polos mais proeminentes. O meridionalismo reivindica ainda uma redistribuição do poder mundial em favor dos povos do Sul, preconizando a necessidade de superação dos obstáculos geográficos ao desenvolvimento hemisférico que se manifesta no

no mercado internacional, agora definitivamente globalizado, já nas mãos de políticas neoliberais que suplantaram a economia brasileira. Nesse período, autores surgem com obras variáveis para enriquecer o entendimento da geopolítica brasileira, aprofundando a temática diante das transformações econômicas globais.

A partir dos anos oitenta, houve renovado interesse e vários autores passam a pesquisar e produzir em Geografia Política e Geopolítica, recuperando, superando e atualizando geógrafos que, durante décadas do século XX, apresentaram a Geopolítica à comunidade científica e particularmente a geográfica. Em 1982 é publicado o livro *Geopolítica da Amazônia* de Bertha K. Becker – que será analisado mais adiante nesse trabalho. A autora ainda oferece à comunidade geográfica o debate sobre *A Geografia e o Resgate da Geopolítica*, no número especial da *Revista Brasileira de Geografia* (1988), periódico prestigiado no meio acadêmico em geral, e, em particular, no geográfico. São apresentadas as teses de doutorado de José William Vesentini: *A Capital da Geopolítica* (1984) e de Wanderley Messias da Costa: *“Geografia Política e Geopolítica”* (1991). Esses trabalhos foram publicados como livros, em 1987 e 1992 respectivamente. Os artigos de Lia Osorio Machado, *Urbanização e migração na Amazônia Legal: sugestão para uma abordagem Geopolítica* no *Boletim Carioca de Geografia* (1982) e de Armando Correa da Silva, *A Concepção Clássica*

atraso do nível de desenvolvimento das tecnologias tropicais, no maior custo dos fretes marítimos decorrentes das maiores distâncias geográficas entre as nações do hemisfério, na falta de integração nacional e regional das infraestruturas de transportes, energia e comunicações. Em contrapartida, o meridionalismo procura incentivar políticas públicas voltadas ao desenvolvimento de tecnologias mais adequadas às condições climáticas locais (calor, umidade, maresia) e de custos intermediários, de forma a atender a mercados hoje não plenamente atendidos pelas multinacionais do Hemisfério Norte, caso dos setores agrícola, automotivo, químico farmacêutico, eletroeletrônico, etc.” (Albuquerque, 2014, p. 6)

da Geografia Política, (1984) na Revista do Departamento de Geografia da USP, também podem ser invocados para exemplificar o interesse nos estudos em Geografia Política e Geopolítica. (KAROL, 2014, p. 5).

Ainda na movimentada década de 1990, a geopolítica brasileira agora se faz refém da lógica de mercado neoliberal e o projeto de bem-estar social está diretamente associado a tendências internacionais, sob o efeito de indicadores e organismos como a ONU; vide Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com receitas e deveres para um país se desenvolver ou conquistar uma ascensão econômica e social, que leva em consideração aspectos referentes à renda, educação e longevidade. O símbolo da integração entre as Américas nessa década foi a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), emergindo como um bloco capaz de rivalizar com as ações geopolíticas globais da União Europeia. Nesse período, as políticas neoliberais no Brasil eram ditadas por Fernando Henrique Cardoso, ministro de governo e depois presidente do Brasil a época, com forte influência dos Estados Unidos de Bill Clinton. Mesmo com o presidente brasileiro sendo favorável ao bloco, perceberam-se movimentos de resistência entre demais colegas presidentes de países sul-americanos. Pelos termos, as críticas se embasavam na apropriação máxima do mercado por países mais desenvolvidos como os Estados Unidos, prevendo uma ação geopolítica estrondosa, com a expansão do uso de recursos naturais de outras nações do continente, configurando-se como uma verdadeira guinada econômica que favorece apenas as nações desenvolvidas do continente. (CARMONA, 2012). Nessa década, as interpretações do professor André Martín passam a ser cruciais para a constatação do panorama que se apresenta em nações sul-americanas,

orientando e conduzindo estudos significativos em universidades com muitas publicações produzidas.

André Roberto Martin começa a aparecer como personagem com expressão no final dos anos noventa. A ênfase do seu trabalho está na Geografia Regional e Política. Investiga, analisa e discute os seguintes temas: 1) fronteiras; 2) a questão nacional; 3) regionalismo e federalismo; 4) geo-política global. Uma de suas contribuições no campo está na releitura, por exemplo, da “tese da defrontação”, que interessa aos países sul-americanos em contradição com a “internacionalização”, que libera o acesso dos países do Norte às terras geladas da Antártida. (KAROL, 2014, p. 13).

Com o crescimento econômico e o êxtase internacional pelos bons indicadores de confiança de mercado, o Brasil passou a dar saltos largos rumo à etapa de país emergente, um estágio do subdesenvolvimento que o colocava em um patamar diferente da maior parte das nações pobres. Apesar de não ser considerada uma etapa necessária ao desenvolvimento, a geopolítica classifica esta alcunha como semelhança de passos ao desenvolvimento, como aponta Carmona (2012). A crise do sistema capitalista neoliberal de 2008, que assolou economias nortistas, fez com que países emergentes fundassem em 2009 um acordo, com a união de quatro novas potências (que depois passariam a ser cinco): inicialmente Brasil, Rússia, Índia, China, posteriormente África do Sul, formando o BRICS. Este grupo recém-formado “...tem procurado articular seus interesses políticos em âmbito global e desenvolver parcerias estratégicas”. (ALBUQUERQUE, 2014, p. 15).

Os BRICS têm executado cúpulas constantes, visando o fortalecimento do acordo comercial, sendo observado como possível à

hegemonia de Estados Unidos e União Europeia. Carmona (2017, p. 111) aponta que “...a necessidade de jogar luzes sobre os BRICS decorre do fato de que a coalizão revelou ser a iniciativa de maior vulto no sentido de incidir sobre a ordem geopolítica global no início de século XXI”. De acordo com Albuquerque (2014) atualmente o Brasil não se vê refém do mercado regional, ou até mesmo de seu antigo e principal parceiro, os Estados Unidos, pois os laços econômicos cada vez mais estruturados com a União Europeia, China e Rússia são mercados explorados e com potencial crescimento para as próximas décadas, principalmente por conta de eventos recentes que envolvem a troca de tecnologias em segmentos estratégicos como a petroquímica.

3.4 GEOPOLÍTICA COMO CONTEÚDO DE GEOGRAFIA NO ENSINO MÉDIO

O percurso da formação da disciplina de Geografia no Brasil logrou êxito principalmente com a revolução política ocorrida no país na década de 1930; vinculada aos interesses de fortalecimento da soberania, a disciplina trazia em sua gênese a valorização de símbolos nacionais. A Geografia, como descrita no capítulo anterior, limitava-se à descrição territorial e reconhecimento das especificidades do Brasil, métodos herdados das concepções deterministas da Geografia alemã, fortemente difundida no mundo todo. As questões de abordagem geopolítica no ensino de Geografia são tardias e ocultadas inicialmente nas produções didáticas, se efetuada uma comparação ao que existe hoje em que a difusão do termo resgatou a análise de relações internacionais econômicas, políticas e culturais entre as nações. Apesar de pequena produção dedicada à geopolítica nos livros didáticos de Geografia, e

mais ainda nas aulas do Ensino Fundamental e Médio, destaca-se o papel do Professor Delgado, já abordado no capítulo anterior como um dos principais pensadores para a consolidação do pensamento geográfico brasileiro, além de responsável pela primeira vez da disciplina de Geografia em uma escola.

Os dilemas que envolvem a confusa relação entre Geografia Política e geopolítica ladrilharam caminhos tortuosos para a abordagem de ambas na Geografia, ciência capaz de dialogar com cada uma delas. Antes de se analisar a geopolítica no ensino, faz-se necessário uma reflexão ante a Geografia Política, rapidamente difundida no país devido à imensa participação dos primeiros autores de livros didáticos de Geografia no Brasil em universidades regadas a obras de clássicos europeus, esses autores foram capazes de dialogar com a disciplina de Geografia Política fundada pelo alemão Ratzel.

É perceptível a influência de diversas ideias geopolíticas na obra dos dois autores. Os principais conceitos que os mesmos utilizam na construção de seus respectivos materiais, como território, povo, nação são herdados de uma geografia política, ora de origem Alemã, ora de origem francesa que diferem muito mais nos meios do que nos fins. Para tais autores, se a geopolítica surge como conhecimento atrelado à necessidade de controle e expansão territorial, a geografia seria, então, um conhecimento fundamental para a construção da identidade nacional, sem a qual se torna impossível qualquer possibilidade de expansão territorial. Neste sentido, a geografia destes dois autores e que é expressa de forma clara em seus livros didáticos, tem como principal objetivo cultivar nos jovens “o amor pela pátria”. Tal amor, segundo os mesmos, só se dá pelo conhecimento do país, de suas regiões culturais e naturais, de sua população. Vale ressaltar que esta mobilização em torno de um projeto de nação para o Brasil pode

ser verificada também na obra de autores de diversas áreas: Fernando Azevedo (Educação), Caio Prado Jr (História), Celso Furtado (Economia), Sérgio Buarque de Holanda (Sociologia). (GIROTTTO e SANTOS, 2011, p. 141).

As transformações realizadas nas disciplinas de Geografia e História, com uma fusão executada a partir da lei 5.692/71 e a consequente formação dos Estudos Sociais, acabaram minando as possibilidades de um ensino de Geografia Política e geopolítica de qualidade. Os livros didáticos, discutidos no capítulo anterior, foram transformados visando à inclusão de conteúdo das duas disciplinas; um trabalho difícil, impossibilitando a valorização das especificidades de alguns segmentos internos a cada uma das disciplinas. A formação através das denominadas licenciaturas curtas acarretou profunda precarização, execrando o trabalho de renovação propostos em livros didáticos escolares por Aroldo Azevedo e Delgado de Carvalho. Sobre a formação de professores nesse período, Giroto e Santos (2011, p. 143) relembram que “...nesta formação, o modelo descritivo, pautado na dualidade homem e meio se tornou dominante, esvaziando-se assim as preocupações políticas, tanto aquelas presentes no movimento da Geografia Crítica, quanto as que compunham os livros”.

Neste sentido, no exato momento no qual os processos ligados à reprodução ampliada do capital se tornavam cada vez mais mundializados por meio das mudanças tecnológicas verificadas a partir de 1970, a formação dos professores de geografia foi transformada em um processo aligeirado e que produzia, assim, um professor cada vez menos preparado para construir com os seus alunos as interpretações necessárias à geografia contemporânea. O modelo de geografia enfadonha, descritiva, tornou-se dominante nas

escolas públicas brasileiras e contribui para que o processo crítico de expansão do capital ocorresse sem maiores questionamentos. (GIROTTO e SANTOS, 2011, p. 143).

As dificuldades na formação de um poderio crítico de professores levaram a geopolítica ao esquecimento em âmbito escolar; todo processo foi alicerçado nas transformações educacionais e na crise existencial da geopolítica, culminada a julgamentos executados pelo expansionismo nazista, que se utilizava de preceitos da disciplina para execução de conflitos e tomadas de territórios. A geopolítica volta a ser resgatada após o fortalecimento do processo de globalização e mediante as obras da Geografia Crítica, que lutam por uma nova ciência capaz de dialogar com problemas sociais, tecnologias e a mundialização de processos produtivos. A partir da fragmentação da disciplina de Estudos Sociais, aliada ao fim da era de profissionalização nas escolas, juntamente com a promulgação da LDB de 1996 e os PCNs de 1998, trouxe à Geografia novas possibilidades com a integração da disciplina em todas as etapas de ensino. Com a consolidação da Geografia, a geopolítica passa a se fazer presente principalmente no Ensino Médio, com base na estrutura de currículo alinhada pelo PCN de Geografia e aliada à globalização, processo significativo para as bases da Geografia Crítica – agora a predominante nas escolas.

A dinâmica das reflexões da Geopolítica no processo de ensino-aprendizagem para o Ensino Médio deve estar voltada a uma ampliação do conhecimento e da cultura do aluno que participa da disciplina projeto. Uma análise interpretativa e crítica da inserção do sistema mundo à globalização e as expectativas, muitas vezes, tornam-se decepcionantes, portanto, o estudo deve voltar-se para o conhecimento, uma prática cidadã e solidária, no contexto interdisciplinar, atuando

nas diferentes áreas do conhecimento científico. (CHAGAS NETO, 2009, p. 27).

A geopolítica como conteúdo da disciplina de Geografia aparece bastante distinta das premissas de seus fundadores, estando conexas às transformações derivadas do processo de globalização, além de se fazer presente como facilitador para a compreensão nas relações internacionais entre as nações. A pesquisa referente a culturas distintas, modos de vida e a processos produtivos, hoje são à base dos estudos de geopolítica, aliados ao entendimento da formação de blocos econômicos e às relações desiguais derivadas da lógica da produção do capital. Partindo para o segmento da importância da geopolítica na cultura, Chagas Neto (2009, p. 48) aponta que a aquela acaba “...possibilitando um saber significativo, principalmente para o cotidiano destes alunos, que estão na ordem das ‘baladas’ decifrando culturas nos ritmos, nos filmes, nas exposições temáticas, nas ruas ou nos ‘Guetos’ da juventude!”.

O ensino de geopolítica é um conhecimento de extrema importância a ser trabalhado durante o ensino médio, pois permite ao aluno uma melhor compreensão da territorialidade dos fenômenos contemporâneos. Esse conteúdo, tem ganhado espaço como conhecimento essencial na interpretação e na construção de uma leitura de mundo devido à complexidade dos acontecimentos mundiais. (GRÜMM, VIEIRA, 2014, p. 1).

Em tempos de facilitação para a difusão de informação, no denominado período técnico-científico-informacional, em que a propagação do conhecimento lhe determina seu valor, a cultura de uma nação é moldada por espectros ditados por aspectos internacionais, pelas ditas tendências, sempre vinculadas a nações hegemônicas. Sobre o

papel dos meios de comunicação, aliados as novas tecnologias e à popularização da internet, Chagas Neto (2009, p. 48) coloca “...a confirmação destes pressupostos culturais que são difundidos através dos meios de comunicação midiáticos neste contexto se tornam facilitadores de compreensão, análise e interpretação”. Os desafios que guiam a geopolítica no Ensino Médio visam a proporcionar uma espécie de reconhecimento das diferenças que constroem as relações culturais e econômicas mundiais, permitindo ao aluno entender como se dá a dinâmica de organização do espaço mundial. Apesar de hoje estar baseada no entendimento de fenômenos a nível global, é fundamental compreender as bases para a análise da geopolítica, que estão no cotidiano de qualquer indivíduo. Sobre essas bases e as diferentes escalas de análise para a geopolítica na Geografia de Ensino Médio, Giroto e Santos (2011, p. 146) expõem:

Os conhecimentos geopolíticos não servem apenas para a leitura de fenômenos mundiais. O aluno deve compreender que as relações entre o poder e o território estão presentes cotidianamente. Servem para explicar os conflitos entre grupos rivais por um território com interesse econômico associado, assim como as relações no interior da escola e dos diferentes territórios que nela existem. Para isso, as categorias de estudos como “extensão territorial”, “população” e “posição geográfica” correlacionado com a linguagem cartográfica são de extrema importância para a materialização dos fenômenos. O mundo atual está aberto a todo tipo de possibilidades de investigação e de explicação, mas nunca a dimensão política dos fenômenos (seja ele local, regional ou global) teve tanta visibilidade e nunca se precisou tanto do olhar geográfico para desvendar a complexidade dos fatos em suas diferentes escalas.

Sobre a presença da geopolítica na Geografia em documentos oficiais para o Ensino Médio, têm-se como referência o PCN, ainda em vigor, e a BNCC, aprovada em dezembro de 2018, que passará a ser o guia para o itinerário formativo de Ciências Humanas e Sociais aplicadas. Em uma comparação referente à aparição do termo “geopolítica” no primeiro documento, o PCN, somente há um resultado encontrado e contextualizado ante o momento de fechamento político do Brasil em que no Ensino Médio não havia a presença de História ou Geografia, mas sim da extinta Organização Social Política do Brasil – OSPB, considerada a geopolítica da época. Na BNCC, o termo encontra-se em 11 momentos, sendo que dez destes situam-se na constituição da disciplina de Geografia no Ensino Fundamental; apenas uma vez está presente no Ensino Médio para fundamentar as categorias de política e trabalho, suscitadas a partir das relações geopolíticas mediante as novas tensões globais. A variação para *geopolítico* não possui menções no PCN, enquanto aparece sete vezes na BNCC, sendo duas vezes para o Ensino Médio, incluindo a menção em competência e habilidade.

A partir da análise do PCN de Geografia para o Ensino Médio, percebe-se que a organização em competências busca um enlace entre as disciplinas que fazem parte das Ciências Humanas. As competências das Ciências Humanas são divididas em três grupos: Representação e comunicação, Investigação e compreensão, Contextualização sociocultural – sendo, neste último grupo, a maior parte das competências, um total de cinco. Dentre as nove competências elencadas, uma possui extrema afinidade com os estudos de geopolítica, apesar de não haver uma citação clara mencionando-a. No grupo de

Contextualização sociocultural, está à competência de “Compreender o desenvolvimento da sociedade como processo de ocupação de espaços físicos e as relações da vida humana com a paisagem, em seus desdobramentos políticos, culturais, econômicos e humanos.”. (BRASIL, 1998, p. 19). Esta competência possui em sua descrição bases essenciais para a disciplina de geopolítica, com relações e afinidades a Geografia e Economia, apontando a importância da territorialidade e paisagem, servindo como base para a construção de livros didáticos com foco nas relações entre países e a dinâmica advinda de processos sociais como a globalização.

A dimensão temporal, inscrita na memória que constrói a identidade coletiva e na dinâmica dos processos sociais, completa-se na dimensão espacial, que territorializa os 14 eventos e processos. Essa dimensão espacial situa a ação humana em suas complexas relações com a paisagem natural, que é culturalizada a cada momento de interação. Os conhecimentos de Geografia e de Economia estão aqui apontados nas relações de produção e apropriação de bens, que conformam as dimensões materiais da existência concreta do homem e geram desdobramentos diversos sobre a vida em sociedade. Os processos de ação e controle dessas paisagens implicam responsabilidades sociais, coletivas, que assegurem a existência comum e a sobrevivência futura das comunidades humanas. Aqui, o diálogo interdisciplinar pode aproximar as Ciências Humanas das Naturais, em reflexões conjugadas ou em óticas distintas sobre os mesmos problemas. (BRASIL, 1998, p. 13-14).

A organização da BNCC é distinta do PCN, inclusive com a delimitação por áreas de conhecimento em verdadeiros blocos estanques, sendo formados os itinerários formativos. A relação é composta por seis competências, com um número variável de

habilidades para cada uma delas, sendo estas responsáveis pela construção daquela (s). A competência dois relaciona-se diretamente com a geopolítica, inclusive citando o termo e alicerçando-o nas relações internacionais entre os países. “Analisar a formação de territórios e fronteiras em diferentes tempos e espaços, mediante a compreensão das relações de poder que determinam as territorialidades e o papel geopolítico dos Estados-nações”. (BRASIL, 2018, p. 570). A descrição desta competência possui bases significativas para os estudos de geopolítica, incluindo os pressupostos clássicos, suscitando temas relacionados a fronteiras e à compreensão do papel do Estado. Há também a delimitação do processo de globalização, com ênfase na circulação de mercadorias e capital.

Nessa competência específica, pretende-se comparar e avaliar a ocupação do espaço e a delimitação de fronteiras, como também o papel dos agentes responsáveis por essas transformações. Os atores sociais (na cidade, no campo, nas zonas limítrofes, em uma região, em um Estado ou mesmo na relação entre Estados) são produtores de diferentes territorialidades nas quais se desenvolvem diferentes formas de negociação e conflito, igualdade e desigualdade, inclusão e exclusão. Dada a complexidade das relações de poder que determinam as territorialidades, dos fluxos populacionais e da circulação de mercadorias, é prioritário considerar o raciocínio geográfico e estratégico, bem como o significado da história, da economia e da política na produção do espaço. (BRASIL, 2018, p. 573).

A competência dois possui em sua estrutura uma subdivisão em seis habilidades, sendo elas responsáveis diretas para o seu alcance. Dentre as seis habilidades, destaca-se a quarta, descrita desta maneira:

(EM13CHS204) comparar e avaliar os processos de ocupação do espaço e a formação de territórios, territorialidades e fronteiras, identificando o papel de diferentes agentes (como grupos sociais e culturais, impérios, Estados Nacionais e organismos internacionais) e considerando os conflitos populacionais (internos e externos), a diversidade étnico-cultural e as características socioeconômicas, políticas e tecnológicas. (BRASIL, 2018, p. 573).

Todas as habilidades possuem escrita generalista, visando uma espécie de complementação mútua. Destaca-se que, neste sentido, a competência e suas habilidades contemplam quatro disciplinas, sofrendo assim interferências; apesar deste trabalho já esclarecer que a geopolítica não deve estar resignada à Geografia, embora sua origem advém dos fundamentos da Geografia Política.

4 ASPECTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa necessita, antes de tudo, rigor e qualidade para ser validada e, como aponta Lüdke (1986), há grandes desafios no que tange à pesquisa em educação, principalmente por seu início ter um flerte significativo com a abordagem quantitativa. Ainda na primeira metade do século XX, segundo Lüdke (1986), era bastante comum a prática de pesquisas fortemente ligadas a números e amostras estatísticas, necessitando mostrar-se científica através de análises combinatórias e comparações. As discussões relativas ao debate remontam-se, de acordo com Lüdke (1986), à década de 1970, em que há a fundação dos primeiros cursos de pós-graduação em educação no Brasil, marco para a qualificação da pesquisa no país. De acordo com Gatti (2001, p. 66), “...no contexto educacional dessa trajetória, algumas décadas uma produção escassa e em grupos localizados, a pesquisa em educação no Brasil passou por visíveis convergências temáticas e metodológicas”.

A abordagem qualitativa destaca-se por uma preocupação em termos sociais, não necessariamente vinculando seus resultados a números ou efeitos comparativos. Conforme aponta Gatti (2001), há uma profunda recusa das Ciências Sociais em unificar metodologias de pesquisa, divergindo necessariamente da ótica positivista e, de certa forma, considerada retilínea. Diante da pesquisa qualitativa, Gatti (2001) suscita que a própria deve concentrar-se em aspectos da realidade social, elucidando questões. Conforme Minayo (2007), as principais características dessa pesquisa são compreender, descrever e explicar relações existentes entre global e local, não estabelecendo ou enumerando métodos, independentemente de números ou amostras. As críticas a pesquisas qualitativas muitas vezes têm como base a ausência

em seu rigor de execução e, até mesmo, a produção de conteúdos inúteis ou de pouca relevância. Ainda nessa abordagem, Minayo (2007) e Gatti (2001) discutem sobre o envolvimento direto do pesquisador e seu objeto de pesquisa, uma relação que pode afetar diretamente resultados e análises produzidas, assim como a ausência de procedimentos estruturados para a produção de dados, o que exige extremos comprometimento do pesquisador com a situação problema diagnosticada.

O procedimento bibliográfico mais adotado em abordagens qualitativas consiste em uma análise de obras, documentos ou textos já previamente produzidos e apreciados. O procedimento documental alicerça-se na análise sem uma padronização, utilizando recursos diversificados, justificados de acordo com a necessidade da pesquisa idealizada. Um dos grandes desafios está diretamente ligado à diferenciação entre os procedimentos bibliográficos e documentais que, por vezes, não são distinguíveis.

A pesquisa documental trilha os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica, não sendo fácil por vezes distingui-las. A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc. (FONSECA, 2002, p. 32).

Apesar das dificuldades nessa distinção, a pesquisa documental destaca-se em vários aspectos, principalmente em pesquisas vinculadas

à educação, sendo utilizada de maneira crítica, revigorando e reescrevendo percursos formais. De acordo com Lüdke e André (1986, p. 38), é uma “...técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema”.

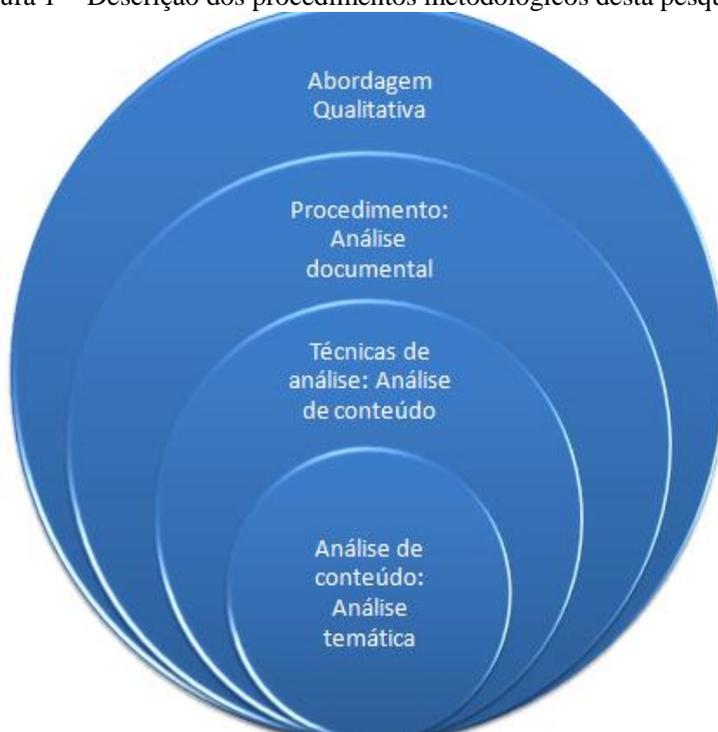
Pesquisa documental é aquela realizada a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos (não fraudados); tem sido largamente utilizada nas ciências sociais, na investigação histórica, a fim de descrever/comparar fatos sociais, estabelecendo suas características ou tendências. (PÁDUA, 1997, p. 62).

Dentre as técnicas voltadas para a análise de dados qualitativos, destaca-se a análise de discurso e análise de conteúdo. Diante das observações de Bardin (1979), é possível conceber significativa diferença entre as duas técnicas, sendo a análise do discurso baseada nas palavras ou expressões, além dos discursos ideológicos expressados nas alocações. De acordo com Minayo (2007), os principais conceitos desenvolvidos por meio da análise de discursos são: texto, leitura, silêncio, tipos de discursos, matriz do sentido. A análise de conteúdo, segundo Bardin (1979) possui características delimitadas como a objetividade e a aferição, o cerne é a descrição perpassando por um diagnóstico das condições de sua produção. “A análise pode efetuar-se numa amostra desde que o material a isso se preste. A amostragem diz-se rigorosa se a amostra for uma parte representativa do universo inicial” (BARDIN, 2009, p. 123). Apesar de relutantes críticas, Bardin (2009) defende que a técnica é capaz de atender necessidades de maneira plena, primordialmente na abordagem qualitativa, e deve se encontrar em permanente revisão.

Descrever a história da “análise de conteúdo” é essencialmente referenciar as diligências que nos Estados Unidos marcaram o desenvolvimento de um instrumento de análise de comunicações e seguir passo a passo o crescimento quantitativo e a diversificação qualitativa dos estudos empíricos apoiados na utilização de uma das técnicas classificadas sob a designação genérica de análise de conteúdo; é observar a posteriori os aperfeiçoamentos materiais e as aplicações abusivas de uma prática que funciona há mais de meio século (BARDIN, 2009, p. 15).

A análise de conteúdo pode ser fragmentada dentre diferentes modalidades; segundo Bardin (1979), destacam-se a análise de expressão, análise lexical e análise temática. A análise temática, para Minayo (2007, p. 316), “...consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem uma comunicação cuja presença ou frequência signifique alguma coisa para o objetivo analítico visado”. De acordo com a referida autora, ainda pode-se desmembrar em três frações operacionais: Pré-análise (Exploração), Exploração do Material (Codificação e Organização) e Tratamento dos Resultados (Interpretação).

Figura 1 - Descrição dos procedimentos metodológicos desta pesquisa.



Fonte: Bardin (1979)

Para o desenvolvimento deste trabalho, foi necessário estabelecer um recorte temporal prévio que presume uma análise de 1970 a 2018. A justificativa desta escolha se dá preponderantemente por conta de grandes reformas educacionais, haja vista as mudanças significativas existentes no currículo escolar nacional, refletindo assim nos currículos estaduais e municipais. A década de 1970 foi devastadora para o ensino da disciplina de Geografia, com a promulgação da lei 5.692 de 1971; houve então a consolidação dos denominados “Estudos Sociais”, uma maneira de unir os conhecimentos de Geografia e História, empobrecendo ambas as ciências, relativizando e tornando superficial o

ensino das disciplinas das Ciências Humanas. A Geografia desaparece do 2º grau, com isso são raros os livros dessa década; para este período, a análise será feita perante o livro *O Mundo Político no Final do Século XX*, de Rodrigues, datado em 1979; exemplar utilizado para a 8ª série do 1º grau, além de estar presente no 2º grau nos salvos casos de manutenção da disciplina.

A partir da segunda metade da década de 1970, surgem os movimentos que precedem a ideia de uma *Nova Geografia*, encabeçados por autores importantes e já reconhecidos internacionalmente, como Milton Santos e Yves Lacoste, influenciando diretamente o decênio posterior. Com a década de 1980, a Geografia ainda se mostrava isolada e restrita ao Ensino Médio na maior parte dos currículos estaduais, com carga reduzida devido à proposta tecnicista estabelecida pelo governo militar. Com o fim do período militar, a Geografia retorna ao 1º grau, juntamente com a História, substituindo a OSPB – disciplina arraigada ao nacionalismo defendido pelos governos militares no Brasil. Portanto, se fez necessário uma análise em livros didáticos dessa década que, na realidade, mostra-se essencial principalmente ao seu fim, como um período de transição para uma nova Geografia nas escolas, com ênfase a questões humanas, a saber, política, economia e demografia. O livro analisado desse período será *Sociedade Espaço Geografia geral e do Brasil - 2º Grau*, do geógrafo José Wiliam Vesentini, com várias edições; esta sendo de 1984, período próximo da reabertura econômica e social brasileira.

A década de 1990, impulsionada pela constituição promulgada em 1988, trouxe intensas transformações para a Educação, conseqüentemente para a Geografia, sendo necessária uma análise

minuciosa em livros didáticos deste período, primordialmente por conta do PNLD e do SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica. Nessa movimentada década, ainda ocorre a constituição de um Conselho Nacional de Educação, já em 1995; por fim, em 1996, é promulgada a nova Lei de Diretrizes e Bases, com importantes transformações educacionais, implicando em decisivo percurso para práticas e conteúdos trabalhados em Geografia, que agora aparece principalmente no Ensino Médio com vista à formação crítica. O livro analisado correspondente a esse período será *Sociedade e Espaço Geografia Geral e do Brasil - 26ª Edição* também de José Wiliam Vesentini; uma versão mais moderna, atualizada e já de acordo com as transformações educacionais da década. Em meados do fim da década, em 1998, após um intenso processo de discussões em fóruns, associações e universidades, tem-se a publicação dos PCNs, documentos que são norteadores para a formação de um currículo escolar, fato que acaba impactando principalmente publicações do início da década de 2000, devido ao prazo estabelecido de 3 a 4 anos para edições distribuídas pelo PNLD. Para esse período, o livro escolhido foi *Geografia para o Ensino Médio - Série Parâmetros - Volume único*, de João Carlos Moreira & Eustáquio de Sene; livro que conta com outras edições, estabelecendo como seu ponto forte o de obediência aos PCNs de Geografia, tratando-se de uma das primeiras obras do século XXI para o ensino de Geografia no Ensino Médio brasileiro.

A ideia de uma base comum passa a ser discutida ainda no fim da década de 2000, mais precisamente pelo CONAE, apesar de ganhar corpo na década seguinte com muitos fóruns abertos a partir de meados de 2010; com isso, o trânsito até os livros mais atuais de análise desta

dissertação, no caso de 2018, devem fazer referência também a esses debates. Em 2014, o Plano Nacional de Educação – PNE aprova um plano decenal, suficiente para liberar uma série de discussões por todo Brasil, envolvendo diretamente todos os atores hegemônicos da educação, incluindo pais, professores, alunos e toda comunidade escolar.

Após várias incursões, além de uma aprovação por meio de uma medida provisória, na BNCC a Geografia passa a integrar um itinerário formativo das Ciências Humanas, compondo esta área junto à Filosofia, Sociologia e História; uma profunda mudança para tais ciências, provocando significativa ruptura. Em razão da aprovação, as editoras e estados terão até o ano de 2021 para adequar seus livros de acordo com a BNCC vinculada ao Ensino Médio; o que já foi feito para o Ensino Fundamental, em que as disciplinas permanecem fragmentadas e, portanto, há somente uma alteração em termos de conteúdos e induções para práticas escolares. Mesmo com vasta procura executada ainda não há materiais didáticos de Ensino Médio de acordo com a nova BNCC; por esta razão, para a análise do período posterior a 2010, foi escolhida o livro *Geografia - A dinâmica do espaço mundial*, do ano de 2015, da autora Luiza Angélica Guerrino – Livro recente, utilizada como material didático em escolas até o ano de 2018.

Figura 2 - Livros escolhidos para análise nesta pesquisa.



Fonte: Rosa (2019)

Com base em Minayo (2007), os livros didáticos tiveram o conceito de geopolítica analisado mediante critérios e objetivos previamente delimitados, levando em consideração as frações de pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. Para a primeira fração, a qual se refere à pré-análise, a etapa inicial foi perceber a organização do livro com uma leitura geral, buscando compreender linhas e percepções de escrita do autor. Na segunda etapa houve a exploração do material, buscando entender como a geopolítica se manifesta no livro e em que estágio ela se encontra frente os conceitos presentes no referencial teórico desta pesquisa; haverá um recorte com estabelecimento de regras, coleta de dados e organização em categorias. Nessa segunda etapa, algumas dificuldades foram encontradas, vide que os livros possuem escalas temporais distintas e obedecem a parâmetros curriculares diferentes, assim como sofrem interferências de acontecimentos que influenciaram o cenário geopolítico global. Na terceira e derradeira fase, denominada tratamento dos resultados, ocorreu o trabalho com informações e dados coletados, efetuando a

comparação direta entre os livros, com o anúncio de mudanças e transformações na maneira de se enxergar o ensino de geopolítica no Ensino Médio ao longo dos últimos 50 anos na Geografia brasileira.

Figura 3 - Frações da análise de conteúdo.



Fonte: Minayo (2007)

5 O TEMA DE GEOPOLÍTICA EM LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA (1970-2018)

Este capítulo tem como objetivo central contemplar uma análise referente ao tema de geopolítica presente em livros didáticos de Geografia utilizados em escolas públicas no Ensino Médio do Brasil. Os resultados obtidos serão posteriormente relacionados e comparados; com isso, prevalece a abordagem qualitativa, retomando documentos auxiliares como legislações específicas e parâmetros curriculares para facilitar o entendimento de transformações educacionais que ocorreram no Brasil no interstício de 1970-2018. Os resultados serão observados de acordo com a lógica das três etapas da análise de conteúdo: pré-análise, exploração dos materiais e tratamento dos resultados. Com o transcorrer das análises, será proposta uma reflexão considerando os autores que fundamentam este estudo e suas respectivas abordagens sobre o conceito de geopolítica, foco central desta pesquisa. Acontecimentos, fatos ou grandes transformações econômicas, tecnológicas e sociais serão relacionados no transcorrer desta análise, visando diálogo com autores e entendimento do método de trabalho de cada um dos exemplares.

5.1 LIVRO DIDÁTICO DA DÉCADA DE 1970 – O MUNDO POLÍTICO NO FINAL DO SÉCULO XX

O primeiro livro didático analisado é *O Mundo Político no Final do Século XX*, de Adyr Rodrigues e João Antonio Rodrigues, datado em 1979; exemplar utilizado para a 8ª série do 1º grau em cuja época ainda se assistia a um 2º grau vinculado à profissionalização; a Geografia se apresentava como um componente de Estudos Sociais, quase sempre restrito ao 1º grau. Para fins de comparação e pelo constante uso desse

livro no antigo 2º grau, já que eram raros os materiais didáticos para esta fase de ensino, o livro de Adyr Rodrigues e João Antonio Rodrigues trata de temas relevantes para a época, como a geopolítica – objeto desta pesquisa.

O livro é de responsabilidade da Editora Nacional e ambos os autores eram professores da USP – Universidade de São Paulo. A organização prevê quatro unidades com vários temas agrupados, não necessariamente sendo capítulos; ao longo das 168 páginas, percebe-se a boa qualidade do material que conta com a sede da ONU, de Nova Iorque, em sua capa, além de boa resolução nas ilustrações quase sempre presentes em todos os temas abordados. A tabela a seguir mostra a ilustração da capa bem como suas unidades de estudos.

Tabela 1 - Organização do livro didático – O mundo político no final do século XX

Livro	Organização
	<p>Unidade 1 – Panorama político mundial da atualidade.</p> <p>Unidade 2 – Países industrializados do hemisfério Norte.</p> <p>Unidade 3 – A América Latina e as novas nações africanas.</p> <p>Unidade 4 – Organizações políticas e econômicas internacionais</p>

Fonte: Rodrigues (1979)

Salienta-se que o livro é tomado pela temática Geopolítica, objetivo central desta pesquisa, e, em se tratando de um livro didático, logo possui diversificada gama de conteúdos e conceitos a serem

trabalhados. Trata-se de um livro que ressalta também o papel dos avanços tecnológicos frente aos desafios econômicos de grandes potências e nações menos desenvolvidas, acelerados a partir de 1970. Autores contemporâneos como Castells (1999) apontam que a década de 1970 é o período em que a tecnologia ganha mais espaços e progride, principalmente, pelos laços importantes desenvolvidos com a sociedade, tornando-se cotidiana e também facilitadora de processos produtivos e de comunicação.

A unidade inicial, denominada *Panorama político mundial da atualidade*, tem uma ilustração bastante alusiva à sua temática, com um mapa-múndi logicamente defasado em comparação aos dias atuais. Sendo 1979 o ano da edição desta publicação, são discutidos conteúdos como o Pós 2ª guerra Mundial, com a emergência de duas grandes potências mundiais: Estados Unidos da América e União Soviética. A organização do material didático parte para a elevação de grandes potências globais, destacando ao longo de seus textos uma sequência direta de descrições referentes às potências, sendo posterior a União Soviética e Japão, alongando-se após isso às economias europeias.

As duas guerras mundiais (1914-1918 e 1939-1945) tiveram suas eclosões em sistemas multipolares, ou seja, várias potências estilhaçadas com sede de disputas geopolíticas e geoeconômicas. Dessa forma, os estudos são diversos e ainda não totalmente conclusivos sobre a relação entre polaridade e paz mundial, devendo, portanto, ser objeto de maior investigação multidisciplinar. (CASTRO, 2012, p. 206-207).

Ao longo dessa unidade, manifestam-se descrições históricas, passando pelo poderio desenvolvido pela prática imperialista desenvolvida pela Inglaterra e França. Os eventos globais são descritos

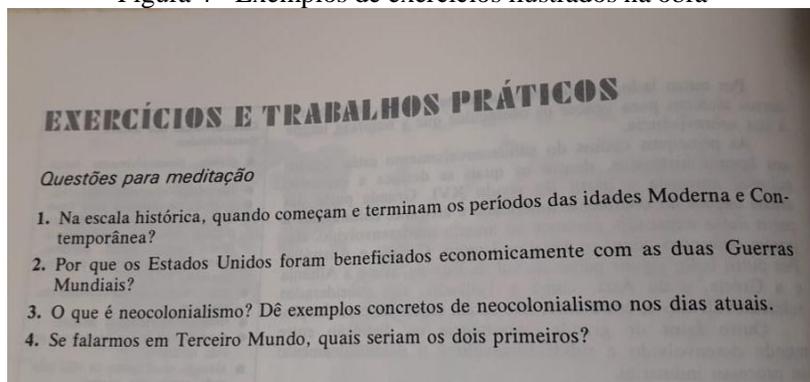
até a chegada do panorama global atual; a 1ª Guerra Mundial recebe destaque especial, sendo este período de esfacelamento de impérios territoriais europeus. A Revolução Russa, denominada de *Bolchevista*, também é destacada; isto se deve principalmente à transição do Império Russo à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. A 2ª Guerra Mundial, na visão dos autores, é crucial para uma espécie de fechamento de acontecimentos e fatos que modificaram a geopolítica e o território europeu, destacando essencialmente a divisão da Alemanha em duas nações distintas, com a emergência de um conflito entre dois modelos econômicos que marcaram a fase posterior, ou seja, a Guerra Fria: o capitalismo e o socialismo. Ainda no fim da primeira unidade, há também a reflexão entre os grupos de países desenvolvidos e subdesenvolvidos, com textos e características; destaca-se a produção de um mapa, relacionando os mundos capitalista e socialista, divididos em países desenvolvidos e subdesenvolvidos. A primeira Unidade tem seu fim com atividades; destacam-se as interpretações com análises de mapas e questionamentos simplificados, como estabelecimento de diferenças entre termos trabalhados durante a unidade.

A segunda e terceira unidades seguem um padrão linear e descritivo, com a profusão de informações geográficas gerais das principais economias do planeta; após isso, há o prosseguimento para países periféricos, como os latino-americanos. O ano da edição, 1979, tem influência clara na escrita dos autores, que ainda preservam laços tradicionais da Geografia, enfatizando também a análise quantitativa para determinar e classificar nações e seu desenvolvimento. A quarta unidade, mais curta que as demais, segue o mesmo ritmo de escrita com descrições de organizações internacionais, como a ONU e demais

correlatos – OMS, UNESCO. Ao fim, embriões de blocos econômicos também são listados, assim como possíveis alianças regionais.

O desenvolvimento do livro segue através de meandros da Geografia teórica ou pragmática, com análises que buscam diálogo direto com outras disciplinas, como a filosofia e história. Destaca-se o uso de material gráfico de alta qualidade para a época, com a produção de mapas e síntese de informações em tabelas e gráficos. Os recursos didáticos se resumem ao material físico do próprio, com impossibilidade da existência de materiais digitais ou até mesmo links à rede mundial, no máximo indicações de leituras complementares. Os exercícios do livro são pouco estimulantes, com perguntas bastante diretas, ligadas a uma cópia fiel de trechos de algum capítulo, prevalecendo *O que é, Quais são, Cite*.

Figura 4 - Exemplos de exercícios ilustrados na obra



Fonte: Rodrigues (1979)

Na temática geopolítica, destacam-se poucas atividades com perguntas sempre ligadas ao material trazido pelo próprio livro, escapando a chance de explorar horizontes ligados ao cenário da época, um mundo bipolar, respaldado por duas superpotências econômicas, nutrindo um panorama de intensas convergências diplomáticas,

ideológicas e econômicas, opondo o socialismo soviético ao capitalismo estadunidense. A abordagem dos autores quanto à temática tem relação com a proposta determinista de geopolítica que, segundo Castro (2012), faz referência direta a questões relacionadas a tensões e prática de conquistas territoriais, com uma abordagem conservadora.

É importante lembrar que a geopolítica já passara por intensas transformações, com rédeas mais firmes e distantes de seu começo, conectada diretamente à Geografia Política; tal fato fica despercebido ao longo das propostas textuais e de atividades elencadas pelos autores. Desta maneira, atesta-se que a geopolítica aparece como uma temática ligada às relações internacionais entre as nações, compreendida como as atualidades (MARTÍN, 2007). Com o passar dos capítulos, a análise discricional deixa o texto do livro distante da Geografia Crítica, embasada em análises que mostram o porquê de um cenário desolador e empobrecido em nações periféricas. As fortes influências de obras didáticas alemãs, francesas e também pragmáticas dão ao livro o viés eurocêntrico, com um ponto de vista geopolítico de prevalência às nações nortistas.

5.2 LIVRO DIDÁTICO DA DÉCADA DE 1980 – SOCIEDADE & ESPAÇO: GEOGRAFIA GERAL E DO BRASIL – SEGUNDO GRAU.

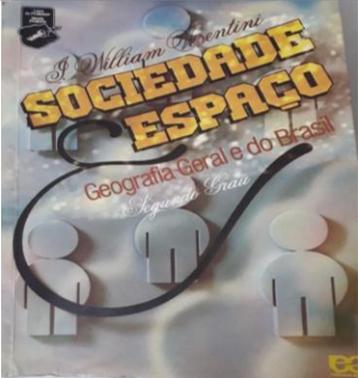
O livro referente à década de 1980 a ser analisado é *Sociedade & espaço: Geografia geral e do Brasil*, de José William Vesentini, datado em 1984, 4ª edição, publicado pela Editora Ática. Este livro foi material didático utilizado para o antigo 2º grau. Numa época em que ainda não existiam políticas como a do PNLD; portanto, era adquirido pelos pais

através de seleções executadas por redes ou escolas. A escolha deste livro está diretamente ligada ao raio de alcance do autor; José William Vesentini emplacou diversos livros didáticos ao longo das últimas décadas, além disso, o referido livro ganhou diversas edições.

Vesentini, na época do lançamento, apresenta-se licenciado pela USP, como professor da rede estadual de São Paulo e da Faculdade de Filosofia Nossa Senhora Medianeira. O livro possui uma organização em quatro unidades, sendo um volume único para ser trabalhado em todo o 2º grau. É importante ressaltar que a Geografia ainda não habitava de maneira definitiva todos os anos do antigo 2º grau; logo, o livro é compacto, num formato menor que os praticados atualmente. Os temas são agrupados por quatro grandes unidades, fragmentadas posteriormente em 23 capítulos, totalizando 240 páginas.

A capa do livro é abstrata, fazendo referência direta à demografia, com extremo cuidado no desenvolvimento e diagramação. Diferentemente do livro analisado anteriormente, este conta com uma importante marca: a apresentação e esclarecimentos referentes à organização. Vesentini deixa claro que o livro, o qual se enquadra na vertente crítica da Geografia, tem como objetivo renovação, extinguindo a fragmentação de capítulos que dividem a Geografia em humana e física. A apresentação sugere que temáticas ultrapassem meras descrições, destacando inclusive a preocupação com atividades as quais são pressupostos para opiniões e discussões, e não apenas memorizações.

Tabela 2 - Organização do livro didático – Sociedade & espaço:
Geografia geral e do Brasil – Segundo grau. 4ª edição

Livro	Organização
	<p>Unidade 1 – Uma Geografia Política do mundo atual</p> <p>Unidade 2 – Aspectos da população mundial</p> <p>Unidade 3 – Fontes de energia e indústria</p> <p>Unidade 4 – O meio ambiente do homem</p>

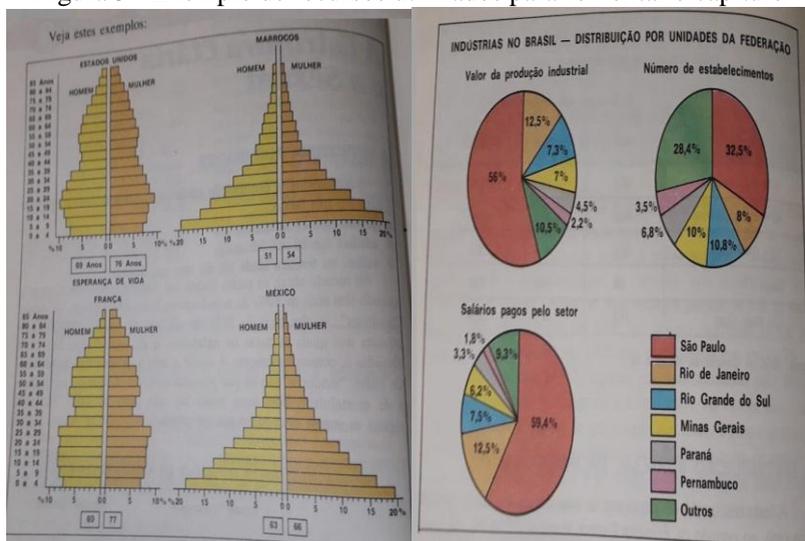
Fonte: Vesentini (1984)

A primeira unidade do livro de Vesentini é crucial para o desenvolvimento dos demais conteúdos, pois há um elo entre Geografia Política, geopolítica e a organização do espaço mundial, algo bastante distinto do livro anterior, impulsionado logicamente por profundas mudanças geopolíticas. Há uma ressalva, já que o livro também parte dos pressupostos históricos para situar o leitor, enfatizando o papel de outras ciências ou ramos da Geografia. A efervescência de um embate de um planeta bipolarizado é repercutida de maneira crítica pelo autor, deixando claro também sua vocação e predomínio de suas análises para a Geografia Crítica, correspondendo também ao ponto de vista elucubrado por autores da USP, como Milton Santos, por exemplo, um dos seus grandes mentores, expoente significativo para o desenvolvimento da Geografia Crítica.

O recorte temporal deste livro está diretamente conexo à supremacia estadunidense, com os principais problemas sociais e econômicos soviéticos aflorando, ocasionando uma posterior ruptura e

transição de sistema econômico. Ainda nesta primeira unidade, Vesentini faz a distinção entre nações capitalistas desenvolvidas e subdesenvolvidas, além dos países socialistas, ou economia planificada. A geopolítica ganha corpo no texto de Vesentini com uma roupagem moderna, com exploração majoritária dos sistemas financeiros e implicações para a produção de desigualdades sociais no globo, alçando debates como explosão demográfica, superpovoamento e as relações diretas com dependências de nações periféricas diante países nortistas. Para autores como Castells (1999), esta dependência, ilustrada no livro de Vesentini, está ligada ao comércio internacional, unindo as economias nacionais por meio de uma teia que resulta num cenário de interdependência, resultado da evolução do processo de globalização, que transforma a economia global. Para Santos (2003, p. 58), “A globalização e estas relações tornam-se cada vez mais desiguais e perversas, instaurando um profundo caos em nações periféricas, dentre as quais o Brasil”. Nas unidades seguintes, há o predomínio de discussões voltadas para os fundamentos de demografia, necessária para analisar padrões, taxas, gráficos e informações ilustradas pelo próprio livro.

Figura 5 - Exemplo de recursos utilizados para fomentar o capítulo



Fonte: Vesentini (1984)

Esta unidade traz um flerte entre a Geografia Pragmática e a Crítica. A proposta de Vesentini começa a mostrar-se mais próxima de autores essenciais para discussões contemporâneas da Geografia, como Milton Santos e Yves Lacoste, enfatizando o poderio do processo de globalização. A terceira e a quarta unidade estão vinculadas à Geografia Física, apesar de não prezar pelos fundamentos discricionais, encarando a disciplina de Geografia como um elo entre sociedade e transformações no espaço. As análises, textos e recursos utilizados não ficam retidos a informações soltas, mas sim com profunda reflexão econômica de como a produção de energia, avanços tecnológicos e industriais se concentram em economias desenvolvidas do hemisfério Norte (HAESBAERT, 2005, p. 41).

O livro de Vesentini é uma ferramenta de estudos distinta da maior parte dos livros até então produzidos em décadas anteriores. Sob

forte influência de novas correntes contemporâneas da Geografia, o autor desenvolve um livro com a intenção de renovar a produção de materiais didáticos. Sua proposta não pode ser considerada conservadora em razão de sua linha de pesquisa e de pesquisas desenvolvidas na USP, assim como se percebe a influência direta de geógrafos ligados à Geografia Crítica. Vesentini ainda não era um pesquisador de renome nacional e, mesmo dentro de uma grande editora, lançou um livro didático com significativas discussões quando comparado a exemplares da década anterior. Percorrendo as páginas de seu livro, verifica-se a necessidade de compactação devido à abrangência de diversificados temas, contudo a relação entre todos os conteúdos é feita sob a ótica da Geografia Crítica, captando mazelas ligadas ao capitalismo e seu fortalecimento com a expansão definitiva do poderio estadunidense após o fim da 2ª Guerra mundial. (CASTRO, 2012). Por que a citação de Castro aqui? Este autor fala isso ou corrobora com o que você disse??

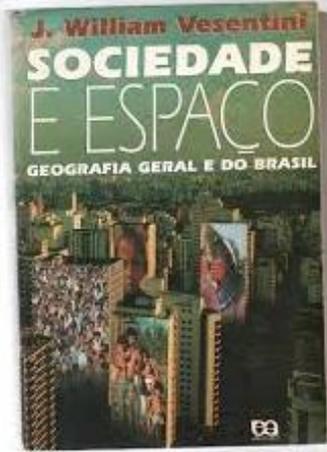
A geopolítica é a alma da unidade inicial do livro, utilizada também para estabelecer a existência de debates acerca de modelos econômicos e tensões globais; implicitamente utilizada como um recurso para explicar estágios de conflitos e nível de relação diplomática entre as nações. Diferentemente da primazia do tema, encabeçado pelo sueco Rudolf Kjellén, a geopolítica aqui se distancia cada vez mais da Geografia Política, pelo menos epistemologicamente, já que está mais ligada a questões de atualidades e relações diplomáticas. No livro de Vesentini, a geopolítica torna-se essencial para explicar fenômenos, deixando o papel de trabalhar com atualidade e ganhando traços mais fortes, ligados ao poderio estratégico de nações hegemônicas, ao militarismo, questões tecnológicas e, por fim, culturais.

5.3 LIVRO DIDÁTICO DA DÉCADA DE 1990 – O MUNDO POLÍTICO NO FINAL DO SÉCULO XX

O livro da década de 1990 a ser analisado é *Sociedade & espaço: Geografia geral e do Brasil*, de José William Vesentini, datado em 1996, 35ª edição, publicado pela Editora Ática. Da mesma forma que o material anteriormente analisado, este livro foi utilizado como material didático para o antigo 2º grau, não distribuído pelo PNLD; portanto, era adquirido através das exigências das redes e respectivas escolas.

A apresentação de Vesentini está distinta, já como doutor em Geografia e pesquisador da USP, com experiência na atuação em 1º e 2º graus. A estrutura original do livro se mantém, sendo um volume único para ser trabalhado em todo o 2º grau. Neste cenário, após intensas transformações curriculares, a Geografia já habitava todos os anos do antigo 2º grau, com exceções de poucas redes estaduais que ainda se adequavam, como a catarinense. O livro é compacto, porém detém um formato distinto dos anteriores, com maior número de páginas, exercícios e ilustrações. Os temas são agrupados por quatro grandes unidades, fragmentadas posteriormente em 24 capítulos, totalizando 352 páginas.

Tabela 3 - Organização do livro didático – Sociedade & espaço:
Geografia geral e do Brasil – Segundo grau. 35ª edição

Livro	Organização
	<p>Unidade 1 – Uma Geografia Política do mundo atual</p> <p>Unidade 2 – Indústria e fontes de energia</p> <p>Unidade 3 – Aspectos da população mundial</p> <p>Unidade 4 – O meio ambiente do homem</p>

Fonte: Vesentini (1996)

Como em todos seus livros didáticos, Vesentini torna a apresentação fundamental para compreensão de seus objetivos e, assim como a 5ª edição de 1984, esta se utiliza dos termos como renovação e integração. A capa desta edição possui um mosaico realçando a intensidade do período, enfatizando o processo de urbanização, avanços tecnológicos e também as profundas desigualdades que assolam a humanidade. A proposta de trabalho sem uma segmentação em campos humano e físico são descritas como essencial para o entendimento de um mundo cada vez mais globalizado e interligado. A vertente de pensamento crítico da Geografia está ainda mais aguçada, com a presença ainda mais forte de autores que discutem os desafios globais mediante a expansão do capitalismo. Para situar a obra de Vesentini no tempo, faz-se necessário recorrer a Castells (1999), pois segundo o autor

– e como o livro de Vesentini ilustra – a ideia de regionalização volta à tona com a formação e consolidação de grandes blocos econômicos regionais, como a União Europeia, despertando olhares para um combate à estamentada hegemonia estadunidense, gerando um novo cenário geopolítico, marcado pela multipolaridade econômica.

No que tange à organização do livro, ele possui pequenas alterações quanto à edição analisada anteriormente, com a inversão na ordem de capítulos mediante edições anteriores; ademais, há o acréscimo de um capítulo e de praticamente 150 páginas. O livro de 1996 de Vesentini está completamente atualizado em relação aos grandes eventos geopolíticos globais da época, além dos fatos que mudaram a conjuntura política e econômica do Brasil. Destaca-se que, no referido período de interstício entre as duas obras, houve a redemocratização no Brasil, bem como o início das eleições diretas e, concomitante a isso, o primeiro *impeachment*. Em nível global, o uso de tecnologias da informação, a telefonia e o surgimento da internet para usuários domiciliares revolucionaram meios de produção e consumo. A divisão da União Soviética e a queda do muro de Berlim, além de grandes rupturas de um cenário bipolar para uma transição multipolar, são elementos cruciais para análise, atrelados logicamente à emergência de nações periféricas, como as baleias econômicas do continente asiático: China e Índia.

Figura 6 - Ilustrações exemplificando avanços tecnológicos



Fonte: Vesentini (1996)

O livro tem seu foco voltado à compreensão de um mundo cada vez mais interligado, distante agora de um cenário bipolar, indo ao encontro da lógica do capital globalizado com a expansão de multinacionais em série, com tecnologia, ciência e informação ainda represados por nações desenvolvidas, mas dissolvidas em unidades fabris em países do terceiro mundo. Grandes organismos internacionais passam a figurar como elementos cruciais para o entendimento da dinâmica econômica global, principalmente o FMI e o papel dos blocos econômicos, que ascendem e modernizam suas relações, formando conexões abertas ao livre mercado, modificando o panorama da economia mundial e, por ventura, deixando a globalização à mercê da desigualdade, numa verdadeira teia global de interesses.

O livro de Vesentini está modernizado quando comparado ao exemplar da década anterior, com enriquecimento em termos de recurso didático. O incremento no uso de imagens, mapas e gráficos é evidente, assim como o aumento expressivo de indicações de leituras complementares ou recursos audiovisuais, como filmes e documentários. A presença de gêneros textuais distintos fica mais evidente nesta edição que na anteriormente analisada; charges, tiras e imagens são amplamente utilizadas para contextualização de temáticas.

Figura 7 - Exemplos de tiras, charges e recursos utilizados pelo livro didático analisado



Fonte: Vesentini (1996)

As seções dedicadas às atividades prosseguem com questionamentos críticos e predomínio absoluto de questões discursivas; com isso, o material ainda evita seguir cartilhas preparatórias para exames ou vestibulares. Ao fim de cada um dos capítulos, ainda são alçados temas para debate, sempre com discussões abertas, sem a necessidade de uma resposta propriamente recortada de algum trecho do texto do livro.

A temática geopolítica prossegue como cerne do livro didático de Vesentini; as abordagens seguem privilegiando o ponto de vista crítico, sob a influência direta desta linha da Geografia que visa a elucubrar e compreender o espaço diante de intensas transformações, apesar de estar configurado como um produto distribuído em série, destacando o renome do autor. Um pesquisador já consolidado, a abordagem do autor sobre o tema não é conservadora, mas já se observa traços lineares em relação a obra de 1984, cumprindo exigências da lógica de mercado educacional, como o aumento de exercícios padronizados, baseado em vestibulares, com questões fechadas e de múltipla escolha. Para este período da geopolítica, Vesentini faz uso constante do termo “período técnico-científico-informacional” abordado por Milton Santos na obra *A Natureza do Espaço: Técnica, Razão e Emoção (1996)*, fundamental para a compreensão de que o fluxo do capital e conhecimento se tornam cada vez maiores, desenvolvendo um estágio ainda mais avançado da globalização. Vesentini destaca a união entre as nações e a tentativa de desenvolvimento dos países periféricos mediante a formação de blocos econômicos regionais, pauta intensamente debatida nesta obra; tal união está atrelada à articulação e organização para competição no mercado mundial, assim como aponta Santos (1994, p. 60).

Nesta fase histórica, o Mundo está marcado por novos signos, como: a multinacionalização das firmas e a internacionalização da produção e do produto; a generalização do fenômeno do crédito, que reforça as características da “economização” da vida social; os novos papéis do Estado em uma sociedade e uma economia mundializadas; o frenesi de uma circulação tornada fator essencial da acumulação; a grande revolução da informação que instantaneamente os lugares, graças aos progressos da informática.

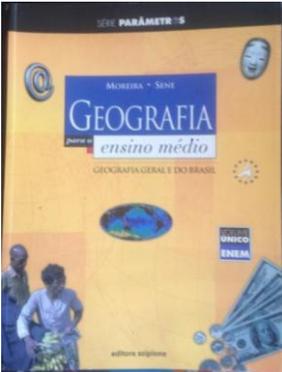
Ao final, o livro ganha novos destaques em suas referências, principalmente as voltadas para o campo da geopolítica; esta que, em comparação à obra da década anterior, passa a ser destacada e tratada com maior cuidado, principalmente no que tange às relações entre organismos econômicos internacionais e nacionais periféricas reféns de processos hegemônicos como a globalização. É necessário apontar, como listado no referencial teórico deste livro, que a Geografia já passara por panorama distinto, voltando a estar isolada como disciplina, gozando de mais prestígio em vários currículos estaduais.

5.4 LIVRO DIDÁTICO DA DÉCADA DE 2000 – GEOGRAFIA PARA O ENSINO MÉDIO: GEOGRAFIA GERAL E DO BRASIL

O primeiro livro analisado do século XXI é *Geografia para o Ensino Médio: Geografia geral e do Brasil*, de João Carlos Moreira e Eustáquio de Sene, datado em 2003, volume único, utilizado para o Ensino Médio. Neste período, a Geografia já se apresenta como um componente curricular obrigatório. Esta obra foi publicada pela Editora Scipione, sendo escolhida por várias redes estaduais no PNLD a partir de 2002.

Os autores se apresentam da seguinte forma: João Carlos Moreira é bacharel e mestre em Geografia pela USP; Eustáquio de Sene é bacharel, licenciado e pós-graduado em Geografia também pela USP – ambos os autores atuam no ensino médio e pré-vestibulares. A organização prevê oito unidades, com vários temas agrupados no formato de capítulos, com a variação de três a cinco por unidade de estudo. A capa do livro é uma combinação de elementos que lembram temas de estudo de Geografia, relacionando homem, capital, tecnologias, cultura e aspectos naturais. Este livro, diferentemente dos analisados antes, já faz parte de um contexto de produção de séries por editores, vinculando materiais para escolhas e distribuição pelas redes de ensino. O livro conta com 528 páginas, um exemplar distante de ser compacto, já com alterações profundas dirigidas por transformações e exigências feitas por leis como a LDB de 1996 e os Parâmetros Curriculares Nacionais de 1999.

Tabela 4 - Organização do livro didático – Geografia para o Ensino Médio: Geografia geral e do Brasil

Livro	Organização
	<p>Unidade 1 – Espaço geográfico e dinâmica social</p> <p>Unidade 2 – A urbanização contemporânea</p> <p>Unidade 3 – Espaço agrário, ambiente e sociedade</p> <p>Unidade 4 – Da Guerra Fria à nova ordem mundial: Geopolítica e economia</p> <p>Unidade 5 – A revolução tecnológica</p> <p>Unidade 6 – Globalização e fragmentação</p> <p>Unidade 7 – Estado-Nação: Cidadania e globalização</p> <p>Unidade 8 – A natureza e a degradação ambiental dos nossos tempos</p>

Fonte: Moreira e Sene (2003)

A apresentação do livro é coesa, pautando elementos exigidos para a formação acadêmica e cultural do aluno, como cidadania, tecnologias e mundo do trabalho. A capa assume traços simples, com elementos soltos, sem conexões ou laços diretos com os objetos de estudo ligados às unidades desenvolvidas; um trabalho que pouco seduz ou correlaciona categorias da Geografia. O arranjo das unidades de estudo segue uma regra básica, partindo do nível global ao nacional – em sua primeira unidade, os capítulos fazem forte referência à geopolítica, com a temática central dedicada à organização do espaço mundial, desenvolvimento humano e economia e sociedade; a segunda unidade parte para estudos referentes à urbanização; oposta a esta unidade, tem-se a terceira como foco na produção do espaço agrário; a quarta unidade de estudo volta-se aos estudos geopolíticos, com ênfase

na Guerra fria e nova ordem mundial; a quinta unidade é intitulada revolução tecnológica, sendo, a partir deste momento, debatida com maior força o conteúdo de globalização, tema da sexta e da sétima unidade de estudo; a oitava unidade se dedica a estudos sobre degradação ambiental e estudos contemporâneos sobre o meio ambiente.

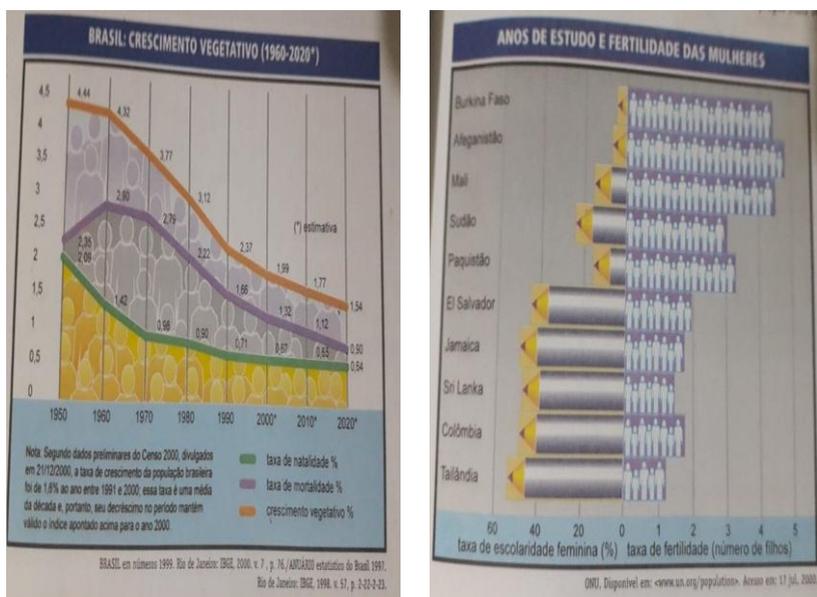
É importante ressaltar que este livro lida com a virada do século e do milênio, com profundas transformações econômicas, sociais e culturais em nível global, ditadas pelo domínio de países desenvolvidos nortistas. O cenário unimultipolar desenvolvido pelas amarras estadunidenses fica ainda mais em evidência com a ditadura de uma supremacia Cultural. Novas tensões globais acarretam uma etapa conhecida como Guerra ao terror, imediatamente após o ataque ao *World Trade Center*, em Nova Iorque, envolvendo grupos rebeldes fundamentalistas como resposta ao domínio americano sobre territórios e riquezas naturais como o petróleo no Oriente médio (CASTRO, 2012).

As profundas rupturas das décadas anteriores desembocaram nos anos 2000 acompanhadas do crescente fervor da mundialização do capital, que agora não tem mais fronteiras ou limites, sendo transitório nas mãos de grandes corporações nos mais diferentes segmentos de atuação. Para Santos (1993), as empresas multinacionais atuam como grandes Estados, capazes de barganhar e decidir rumos de populações, haja vista que sua grande envergadura de empregabilidade e capital são capazes de aprimorar tecnologias e, por ventura, serem o sustentáculo da economia de base de países pobres ou sem poderio de investimentos. A prestação de serviços, terceirizando o bem-estar social, tradicionalmente obrigação do Estado, também passa às mãos de empresas

multinacionais, suplantando a hegemonia em decisões gerais, anteriormente pertencentes ao Estado (HAESBAERT, 2005).

O livro segue a linha da Geografia Crítica, contudo adota determinada linearidade para o desenvolvimento das temáticas abordadas, restringindo a opinião dos estudantes durante os exercícios ou análises. A obra conta com significativa evolução na qualidade dos textos, materiais complementares e, até mesmo, resolução de imagens.

Figura 8 - Recursos como imagens, fotos e diagramação do livro didático analisado



Fonte: Moreira e Sene (2003)

O destaque do livro fica pela presença de questões comentadas do ENEM de anos anteriores e vestibulares de instituições tradicionais; este ponto também pode ser observado como chancela à lógica de mercado, enquadrando o livro como uma reprodução em série e também

articuladora da Geografia cobrada nestes exames – a mais tradicional possível. O livro é caracterizado pela presença de distintos gêneros textuais, utilizados como recurso para desdobramentos de temáticas; por fim, há a indicações de filmes e documentários e o uso de links para sites e portais virtuais, algo inédito até então nas análises executadas até este momento.

Em partes, a obra busca reavivar a geopolítica como uma chave mestra disposta a compreender as profundas relações entre as nações. De acordo com Haesbaert (2005), atentados, conflitos e tensões mais atuais aliados a cruzadas globais ajudaram a uma reflexão ao que se espera da geopolítica, que permanecia enclausurada a chefes de estado e defensores do nacionalismo. Para contextualizar o momento de desenvolvimento do livro, é importante citar Castro (2012) que ilustra as profundas mudanças globais após o atentado de 11 de setembro de 2001, resgatando os ideais mais antigos da geopolítica, como o espaço vital, com o fortalecimento das defesas nacionais e o militarismo.

A divisão internacional do trabalho, atrelada à concepção de especialização da produção, surge como um preceito para o entendimento do estágio da geopolítica em que o livro foi escrito, principalmente pelo papel de alguns países frente à formação de redes produtivas. A especialização referida conjuga-se como um transformador nas relações de trabalho, que agora estão modernizadas e já não delimitadas a costumes e culturas regionais, mas sim, mundializadas (SANTOS, 1994).

A geopolítica é linear neste livro didático, parecendo preocupada em entregar resultados e informações sem análises profundas ou sob o ponto de vista crítico, principalmente na temática referente à

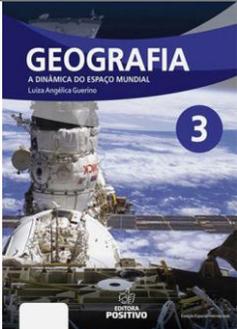
globalização, abordada com insuficiência, deixando de lado importantes nomes deste debate no Brasil – como Milton Santos – relatando como natural a existência de segregações econômicas e desigualdades sociais provocadas pelo capitalismo. A temática geopolítica já apresenta distinção significativa de sua origem; nesta edição, o conteúdo aparece diluído e com a tentativa de explicar tensões globais e relações diplomáticas entre as nações. Temas como a nova divisão internacional do trabalho e relação informacional do espaço, como a discussão de desterritorialização, de ciberespaço e como estes processos acarretam ainda mais desigualdades no planeta ficam de lado, restritas a poucos exercícios ao fim da sexta e sétima unidade. É um livro que carece de coesão, sendo possível atuar com ele mediante a filtros e enxertos de outros materiais para assim conseguir atingir os objetivos de formação crítica no estudante, dependendo diretamente da disposição e posicionamento do professor.

5.5 LIVRO DIDÁTICO DA DÉCADA DE 2010 – GEOGRAFIA: A DINÂMICA DO ESPAÇO MUNDIAL

O livro didático mais recente analisado é *Geografia: A dinâmica do espaço mundial*, de Luiza Angélica Guerino, datado em 2013; o terceiro volume de uma série idealizada pela Editora Positivo, utilizado usualmente para o terceiro ano do Ensino Médio. Como se trata de um material mais atual, a Geografia é apresentada como um componente curricular obrigatório. A autora apresenta-se como licenciada e bacharel pela USP e especialista em metodologia de ensino pela Universidade Positivo. Atualmente, atua no Ensino Médio e nos pré-vestibulares.

A organização do livro está disposta ao longo de suas 288 páginas e em quatro grandes unidades, com outra divisão em capítulos e, posteriormente, subtemas apontados como títulos, variando de cinco a dez por capítulo de estudo. No que se refere à capa da obra, tem-se um desenvolvimento na qualidade e resolução do material; esta parte do livro ilustra uma importante etapa relacionada à evolução da tecnologia espacial, mostrando uma visão do planeta Terra a partir do espaço, oriunda da Estação Espacial Internacional (EEI). A escolha da capa está relacionada a conteúdos presentes no próprio livro, com a reprodução da mesma imagem na Unidade 2. Este livro é o primeiro analisado em que há a fragmentação do conteúdo por volumes, diferente das obras anteriores nas quais a proposta se dispunha em volume único.

Tabela 5 - Organização do livro didático – Geografia: A dinâmica do espaço mundial

Livro	Organização
	<p>Unidade 1 – O espaço mundial: A nova geopolítica</p> <p>Unidade 2 – Reorganização econômico-tecnológica</p> <p>Unidade 3 – A economia transformando o espaço mundial</p> <p>Unidade 4 – As grandes questões mundiais do século XXI</p>

Fonte: Guerrino (2013)

O livro conta com uma breve apresentação referente à importância da distribuição de livros didáticos, sendo que a mesmo prevê um uso de pelo menos três anos; portanto, é fundamental sua conservação. A apresentação fica a cargo da autora, enfatizando a

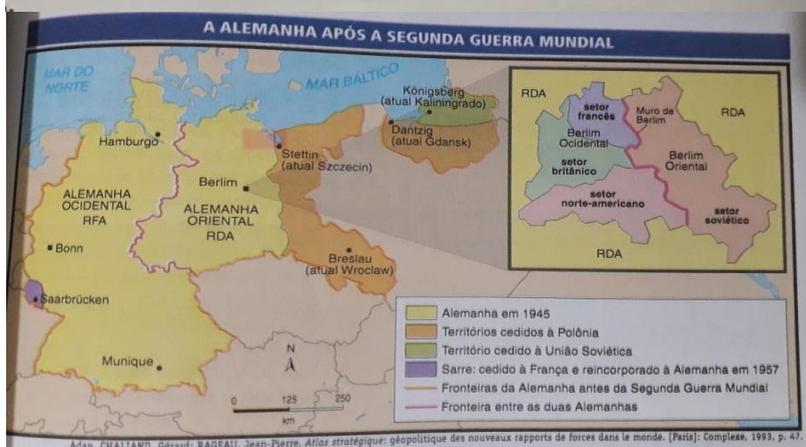
distinção de cada um dos volumes, diferenciando o volume três que aborda questões mundiais relacionadas à sociedade, tensões, globalização e produção econômica. A autora deixa claro que o ponto forte de sua obra está nos mapas, gráficos, fotos e tabelas, apontando que tais fatores facilitam a abstração de conteúdo.

A primeira unidade busca o entendimento do estágio atual do espaço mundial, passando por grandes eventos como as grandes guerras, organizações sociais e indicadores socioeconômicos, sendo arrematada como a classificação de países mediante níveis de desenvolvimento. A segunda unidade busca enfatizar o papel da economia global atrelada ao fortalecimento do processo de globalização, tratando de temas como blocos econômicos regionais, acordos comerciais e fragmentação da globalização, trazendo ainda a abordagem baseada em Milton Santos com análise do meio técnico-científico-informacional. A terceira unidade prossegue no campo econômico e geopolítico, com ênfase em organismos econômicos internacionais, além de recentes conjunturas como o BRICS²⁶; nesta unidade, ainda há uma abordagem sobre países desenvolvidos, emergentes e periféricos, com mostra de aspectos gerais sobre nações que compõem cada um destes grupos. A quarta e última unidade tem como objetivo a análise de questões contemporâneas, baseando seus capítulos em tensões e militarização, armas nucleares e alternativas para o combate de dramas ambientais globais.

²⁶ Os BRICS configurar-se-ão como novos polos de poder, tornando-se entre os cinco principais eixos da nova geopolítica e da geoeconomia, já ao final da primeira vaga de transição entre uma tripolaridade (2020-2035) ou pelo breve encaixe de trimultipolaridade (2035-2040) para uma multipolaridade hexagonal (a partir de, aproximadamente, 2040). (CASTRO, 2012).

O livro se propõe a seguir os preceitos da Geografia Crítica e, com isso, a abordagem visa a combater a visão eurocêntrica de acontecimentos e conflitos; exemplos claros estão nas análises feitas sobre as duas grandes guerras mundiais e a guerra fria.

Figura 9 - Exemplos de esquema sobre a Guerra Fria e queda do Muro de Berlim



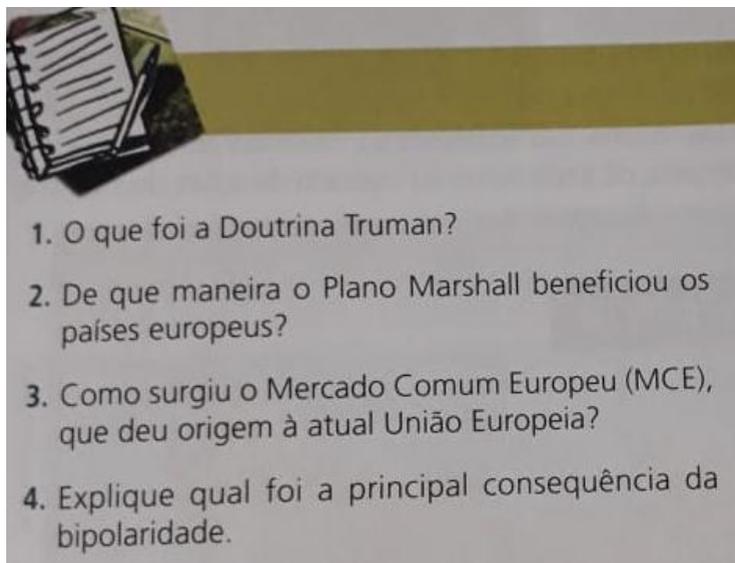
O destaque fica para a segunda unidade, com análises sobre o processo de evolução tecnológica atrelada à expansão da globalização, ilustrando as principais desigualdades globais, mostradas por Milton Santos na abordagem do meio técnico-científico-informacional. A ênfase no livro didático está na ilustração por meio de gráficos e notícias das disparidades econômicas que estão ligadas ao distanciamento no desenvolvimento técnico e científicos existentes entre as nações mais e menos desenvolvidas. O resultado disso é a perversidade nas relações entre nações subdesenvolvidas e grandes corporações internacionais, ocasionando um modelo parasitário com o aproveitamento de recursos minerais e humanos embaratecidos situação que Lacoste já comentava em sua obra de 1968!!

O capitalismo de fato altera toda a dinâmica social, populacional migratória e, por fim, econômica mundial; isso reflete em concentração de poder e destaque a nações nortistas, que enclausuram países subdesenvolvidos gerando mazelas e intempéries comuns a eles, como fome, miséria, problemas em saúde pública, moradia, renda, taxas altas de desemprego e baixa escolaridade. Nem o mundo contemporâneo é capaz de revelar maneiras eficientes para que a globalização se torne de fato um processo igualitário e não excludente. A geopolítica, aliada à globalização, parece ser cada vez mais essencial para que vínculos e laços econômicos sejam aproximados e negociados, sendo, deste modo, capazes de competir em um cenário que ao mesmo tempo é multipolar e unimultipolar, devido à força hegemônica dos Estados Unidos. (VESENTINI, 2000, p. 45).

A presença de recursos digitais é muito maior que em obras anteriores, com hiperlinks, indicações de sites e ambientes na rede, além

da presença de caixas com filmes, documentários e leituras complementares. É importante ressaltar que estes recursos digitais acompanham um cenário de evolução da internet, bem como sua abrangência e acesso, facilitando a exploração de recursos que sejam para além do livro didático e seu material físico. Este livro se destaca por ser a parte física de conteúdos maiores disponibilizados aos alunos no portal da editora. Os exercícios do livro aparecem inicialmente ao fim de cada capítulo com questionamentos discursivos visando à síntese do conteúdo; as perguntas mostram-se ligadas a textos e análises feitas no decorrer do capítulo, estimulando pouco o ponto de vista crítico do estudante. Ao fim de cada unidade, concentram-se questões do ENEM e de vestibulares de anos anteriores; elas não seguem um roteiro linear, podendo agrupar-se através de temas contidos em um ou mais capítulos. É importante salientar que não há nenhuma surpresa, pois é inimaginável que exercícios que atendam estes interesses estejam fora de livros didáticos, até pela demanda da própria sociedade. Neste aspecto, o livro acaba pecando, deixando o despertar crítico do aluno de lado em troca de uma preparação com questões de vestibulares de alto nível, porém as mesmas não possuem instruções ou indicações para autoestudo, por exemplo.

Figura 10 - Exercícios propostos pelo livro ao fim de cada capítulo



Fonte: Guerrino (2013)

A temática geopolítica possui intenso destaque, sendo abordada o tempo todo e em todas as unidades; a proposta do livro, já na sua apresentação, deixa claro a ênfase em estudos referentes à produção do espaço nos mais diferentes segmentos e não se pode considerar uma abordagem conservadora, apesar de todas as características de atendimento mercadológico estarem presentes no livro. A geopolítica é abordada da maneira mais atual, visando ao entendimento entre relações diplomáticas, econômicas e sociais entre as nações, ressaltando o papel de lideranças e a mediação de conflitos, sendo sempre ilustrada por temáticas atuais, como disputas por hegemonia econômica – como entre Estados Unidos e China – ou tensões referentes a testes nucleares praticadas por nações não ligadas à ONU, como a Coreia do Norte. Do ponto de vista estratégico, o livro traz em seu arcabouço de informações

diversos hiperlinks visando à compreensão de matérias e abordagens internacionais sobre temas discutidos corriqueiramente em âmbito global, como conflitos civis no continente africano, guerras de cunho religioso no oriente médio e a busca pelo poderio militar entre grandes potências como Estados Unidos e Rússia.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante a análise de dados e, principalmente, o aprofundamento de pesquisas bibliográficas no campo da geopolítica, pode-se constatar grandes transformações na forma de se compreender as relações entre países, além de como se fundam os princípios de um Estado forte. Desde os primórdios, com o termo cunhado pelo sueco Rudolf Kjellén, a geopolítica buscou adequar-se a grandes acontecimentos que mudaram os rumos da humanidade, transcendendo de uma fase imperialista para, posteriormente, grandes guerras, bipolaridade, multipolaridade e, por fim, uma unimultipolaridade.

Inseridos de modo intrínseco, neste cenário de constante evolução deste segmento de estudo, aparecem teóricos fundamentais para o entendimento do expansionismo estatal, como Mackinder, que defendia a tese de um Estado em expansão a partir do território terrestre, aliando fundamentalmente aspectos geográficos às relações de dominação. Costa (1992, p. 78) aponta que “O pragmatismo de Mackinder caracterizava-se por uma tentativa permanente de aliar à análise política do equilíbrio de poder do quadro internacional os elementos empíricos fornecidos pelos estudos correntes produzidos pela geografia”. Para Mahan, os fundamentos de uma expansão por meio de atividades marítimas cerceavam suas principais ideias, essencialmente pela dificuldade dos Estados Unidos fazerem frente à imponência britânica, considerada a grande potência naval em meados do século XIX e XX.

A dissonância entre Mackinder e Mahan abre precedentes fundamentais para o entendimento de mudanças geopolíticas e de como se passa a analisar as relações entre as nações de um modo distinto a

partir do conhecimento prévio de elementos geográficos, estes que são elementares para o desenvolvimento de políticas expansionistas. Costa (1992, p. 79) afirma, sobre esta divergência, que “Significava um ponto de ruptura considerável, o que provavelmente justificou as reações que foram da indiferença à perplexidade entre seus pares e os meios intelectuais e políticos preocupados com essas questões”. Ainda neste contexto, aproveitando-se do organicismo defendido por Rudolf Kjellén, aparece o general alemão Karl Haushofer, estrategista que tratara a geopolítica como uma ciência exata, essencialmente observando o mundo como um imenso tabuleiro, sendo então responsável pela consolidação do III Reich, além de ser o braço direito de Adolf Hitler durante a 2ª Guerra Mundial (VESENTINI, 1997).

A geopolítica apresenta-se, segundo Costa (1992) essencialmente, a partir da década de 1970, concentrada na concepção de fortalecimento do Estado, atuando principalmente para a compreensão de como a relação entre os países ocorre mediante a mudanças globais de segmento social, político e, principalmente, econômico. Desde o avanço das novas tecnologias, perpassando pela evolução dos meios de comunicação em massa, a globalização ganha força, assim como o movimento de desterritorialização; com isso, uma nova roupagem é fornecida à geopolítica, não dependendo de preceitos idealizados por grandes nomes deste segmento. Segundo Vesentini (1996, p. 58)

“O pensamento geopolítico visa ser o porta-voz dos interesses e da estratégia do *Estado*, daquilo que este tem de permanente mesmo com as frequentes mudanças de governo. E a política – vista apenas sob o prisma do Estado – é de fato concebida como estratégia”.

Mesmo com tamanhas transições ao longo do século XX, a geopolítica ainda prossegue instituída como ferramenta utilizada, em regimes totalitários, para garantir soberania e controle estatal; outrossim, ganha as características em regimes democráticas, objetivando, antes de tudo, ludibriar a dependência profunda em relações internacionais. (VESENTINI, 1996).

Nesta pesquisa, cujo objetivo central está na análise de livros didáticos de Geografia, especificamente em como estes apresentam a temática geopolítica em um recorte temporal de pelo menos 40 anos, observou-se que esse tema não se apresenta mais de acordo com as idealizações feitas pelos principais teóricos que forneceram a base para a geopolítica. Rudolf Kjellén sequer é citado nos livros analisados, tampouco Mahan ou Mackinder; contudo, não se pode desprezar que ambos, assim como Karl Haushofer, aparecem mesmo implicitamente nos rumos e decisões dos autores dos livros didáticos a partir do momento que passam a estabelecer as relações entre as nações. Das análises executadas, percebe-se que se parte de uma geopolítica descritiva, com a tomada de escrita buscando evidenciar um panorama de dominação nortista, estabelecendo seus principais lastros em nações sulistas menos desenvolvidas.

Os livros mais atuais, principalmente a partir da década de 1990, já respirando ares mais democráticos, buscam evidenciar as relações internacionais das nações, tensões globais e o porquê da maior parte do planeta sobreviver com migalhas deixadas por países dominadores dos sistemas de produção. Apesar disso, alguns autores analisados, como Vesentini, deixam claro seu posicionamento enraizado à Geografia crítica, tecendo relações entre o processo de constante evolução da

globalização e o desenvolvimento de uma espécie de nova geopolítica, apesar de construir críticas fervorosas à maneira como se agrupam as nações em um cenário geopolítico internacional, desprezando quaisquer distinções significativas, sendo estas sociais, políticas ou econômicas. Este agrupamento corrobora com ideias de massificação de pensamentos, aliado logicamente à crescente importância da globalização que, ainda em estágio de evolução, tem papel cada vez mais excludente para nações pouco desenvolvidas ou em situação de vulnerabilidade geopolítica. Para Vesentini (2000, p. 52).

Seria possível, por exemplo, colocar num mesmo grupo – o chamado Sul – a Nicarágua e o Haiti juntos com Cingapura ou a Coreia do Sul? Ou Moçambique e Tanzânia juntos com o México e o Brasil? Será que não existem algumas economias do Sul que estão se saindo bem nessa nova fase de globalização e revolução técnico-científica? Pode-se realmente dizer, sem cair num discurso meramente panfletário, que a pobreza ou a miséria que existem em inúmeras regiões do mundo foram de fato produzidas (ou necessariamente estão agravadas) pela globalização? E existe algum ator ou grupo denominado Sul que atua em conjunto nas discussões internacionais sobre o meio ambiente, sobre o Conselho de Segurança da ONU ou sobre o sistema financeiro mundial? É evidente que não.

A evolução da geopolítica nos livros didáticos, como se sabe, está diretamente ligada às constantes mudanças na ordem mundial, já que um estudante poderia se deparar, ainda na década de 1970, com um cenário bipolarizado sob a ótica de dois sistemas econômicos em plena expansão, dividindo o globo em dois blocos bastante delimitados: capitalista e socialista. Este tom persegue ainda as obras da década de 1980, que agora evidenciam também o retorno da democracia em várias

nações sulistas e a ruína de uma superpotência: a URSS; com isso, a Europa retorna a um cenário de plena ebulição política e social. (SANTOS, 1994). Nas obras mais atuais, datada na década de 1990, torna-se claro o papel de uma ordem mundial muito mais ligada à multipolaridade, com grandes centros globais em continentes distintos e o fortalecimento do capitalismo; mesmo que os Estados Unidos ainda exercessem determinada liderança, sobressaem-se, na Ásia, o Japão e, na Europa, um bloco – a União Europeia – que agora definitivamente entra na disputa pela hegemonia global. (CASTELLS, 1999).

A partir da década de 2000, primordialmente através do ataque às torres gêmeas nos Estados Unidos – *World Trade Center* – em 11 de setembro de 2001, o terrorismo passou a tornar-se pauta para estudos geopolíticos; uma imensa ruptura, principalmente, por transcender a ideia básica de que a geopolítica se resume a estudar um Estado e suas correlações com outros similares. O papel de instituições extremistas, como o Estado Islâmico (ISIS), Talibã e Al-Qaeda, que foram demonizadas posteriormente por constantes ataques a potências nortistas, também passa a ser analisado pela geopolítica, sendo destacadas como verdadeiros fatores de desequilíbrio global, embora nenhuma delas possui de fato um Estado, apesar de suplantarem alguns deles com constantes invasões e domínios de vastas extensões territoriais. Com isso, apesar de não estarem direcionados à concepção de Estado defendida por Rudolf Kjellén, ela volta à tona mediante a necessidade de proteção à soberania; a geopolítica a ampliar seus estudos e investiga as tensões globais, agora relacionando grupos terroristas e suas ações que na realidade se configuram como imediata

resistência a retaliações políticas, econômicas e sociais a determinados grupos. Diante deste panorama, Vesentini (2003, p. 113) acrescenta que

A nova ordem geopolítica mundial, enfim, encerra um maior potencial de conflitos e estes são mais variados e complexos – e também mais interdependentes e de alcance global – do que aqueles da bipolaridade. Por um lado, isso é negativo: a revolução técnico-científica também possibilita novas formas de guerras e até de terrorismos (informáticos, biotecnológicos, químicos, de comunicações, etc.) e estas podem acabar se tornando permanentes e incontroláveis. Mas por outro lado isso é positivo: a Terceira Revolução Industrial e a complementar globalização parecem estar constituindo uma sociedade mundial e esta poderá, mais cedo ou mais tarde, construir determinados canais democráticos para se deliberar e agir de comum acordo – pelo menos segundo a vontade da maioria (dos Estados e, possivelmente, também de outras instituições) – com vistas a resolver ou minimizar os grandes problemas geopolíticos e talvez até econômico-sociais (na medida em que, pelo menos em tese, a exclusão de inúmeros povos e áreas não interessa ao sistema global) do espaço mundial.

Com o transcorrer do século XXI, a humanidade passa a se confrontar com a fase mais atual e dinâmica das economias, com profundas mudanças no modo de produção, nas relações de trabalho e nos espaços – hoje cada vez mais globalizados. No segmento de estudos da geopolítica, não se pode mais afastar as questões econômicas, sejam estas regidas por uma sociedade cada vez mais rede, com interdependências claras ou, então, por conta das disputas que permeiam recursos naturais, como o petróleo, carvão, gás natural e elementos como o urânio e o plutônio. A partir deste momento, os livros didáticos em Geografia passam, em volumes ligados ao último ano do Ensino

Médio, a se tornar verdadeiros manuais de geopolítica, logicamente distante dos primórdios, mas agora com uma roupagem moderna, ligada intrinsecamente à globalização das economias. (CASTELLS, 1999). Este processo contínuo segue forte desde os anos de 1970 e é explorado por Milton Santos, que concebe que o espaço geográfico tende a se adaptar a esta realidade, sempre mutável, com uma fragmentação integradora, sob a ótica de determinadas forças hegemônicas.

O espaço se globaliza, mas não é mundial como um todo, senão como metáfora. Todos os lugares são mundiais, mas não há espaço mundial. Quem se globaliza, mesmo, são as pessoas e os lugares. O que existe são temporalidades hegemônicas e temporalidades não hegemônicas, ou hegemônicas. As primeiras são o vetor da ação dos agentes hegemônicos da economia, da política e da cultura, da sociedade enfim. Os outros agentes sociais, hegemônicos pelos primeiros, devem contentar-se de tempos mais lentos. Quanto aos espaços, ele também se adapta à nova era. Atualizar-se é sinônimo de adotar os componentes que fazem de uma determinada fração do território o *locus* de atividades de produção e de troca de alto nível e por isso consideradas mundiais. Esses lugares são espaços hegemônicos, onde se instalam as forças que regulam a ação em outros lugares. (SANTOS, 1994, p. 13).

Através dos materiais selecionados e por meio da técnica de análise de conteúdo, fazendo uso especificamente da análise temática, constata-se uma mutável e contínua transformação na concepção de geopolítica. Os materiais didáticos em Geografia tiveram contato, ao longo do recorte temporal estabelecido, com muitas mudanças em currículos, reformas educacionais, transições de planos nacionais para fornecimento de livros didáticos e, por fim, até mesmo metamorfoses

internas à própria ciência geográfica, elementos que corroboraram para ganho substancial de espaço da geopolítica no ensino de Geografia. Ao deparar-se com livros didáticos mais antigos, uma imensa viagem é realizada partindo de um cenário bipolar – no caso do primeiro livro, de cunho descritivo – até se chegar ao cenário de fragmentação e fortalecimento absoluto da globalização, eliminando fronteiras entre o capital e os Estados, porém deixando de buscar um tom de criticidade em seu estudante; um sistema que mais parece provocar e diluir desigualdades em nações menos desenvolvidas.

Destaca-se que a maior parte dos livros didáticos analisados possui um vínculo muito forte com a USP, berço da Geografia no Brasil, seguindo tendências de uma Geografia Nova, aquela que preza uma visão desfragmentada e também valorizando questões sociais. Contudo, vale ressaltar que a geopolítica ilustrada nestes exemplares é influenciada diretamente pelo cenário internacional, com seguidas transformações ao longo dos últimos 50 anos. E mesmo que se constate que estes livros didáticos analisados buscam uma análise crítica, não se pode afirmar que este material em seus exercícios ou textos consiga contemplar o objetivo de formar o indivíduo crítico em uma sociedade cada vez mais desigual, principalmente pelos interesses governamentais, parâmetros engessados e, logicamente, a ideia mercadológica de propagação de materiais de fácil abstração. Percebe-se um caminho linear no desenvolvimento de atividades e exercícios ao longo das análises e comparações, principalmente pela presença massiva de questões ligadas a vestibulares e ao ENEM, estas que aparecem a partir do livro didático da década de 1990. A criticidade, explorada com mais vigor nos questionamentos discursivos, fica em segundo plano e os

livros didáticos ganham traços mais autodidatas, permitindo ao estudante explorar recursos adicionais, normalmente digitais, sem mediação do professor. Quanto às unidades do professor, trazem manuais e bases metodológicas bem delimitadas, sempre estimulando uma Geografia ligada a exames, que satisfaça, antes de tudo, a demanda do mercado.

A geopolítica sempre terá que se reinventar para prosseguir sendo essencial à vida acadêmica de cada estudante e também para sua formação como cidadão do mundo globalizado; não basta ao cidadão de uma verdadeira aldeia global apenas compreender os preceitos de um Estado Forte, isolado e distante dos grandes nichos econômicos globais. A geopolítica sempre configurará como algo fascinante, buscando compreender as relações entre as nações, dissonâncias e laços globais, alimentando o desejo de conhecer, desbravar e reconhecer aspectos de diferentes culturas, sempre aliada à política e, principalmente, à geoestratégia, caminhando lado a lado com a ciência geográfica. Por fim, esta pesquisa chega ao seu término em uma nova trama geopolítica global, com a ascensão de outra grande potência econômica mundial: a China; que com um crescimento econômico enorme nos últimos 30 anos está fazendo frente à hegemonia estadunidense, primordialmente em um cenário incomum do ano de 2020, em que uma pandemia de proporções pouco vistas, denominada COVID-19, além de arrasar populações, grandes corporações, desenvolve ou aflora uma grande crise do capitalismo.

7 REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Maria Adailza Martins de. **Dois momentos na história da Geografia Escolar**: a Geografia clássica e as contribuições de Delgado de Carvalho. Rev. Bras. Educ. Geog., Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 19-51, jul./dez. 2011. Disponível em< www.revistaedugeo.com.br/ojs/index.php/revistaedugeo/article/download/29/29>: Acesso em 14 de dezembro de 2018.

ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de. **A teoria geopolítica meridionalista de André Martin**: Revista de Geopolítica, Natal, v. 5, n. 2, p. 5-118, jul./dez. 2014. Disponível em< <http://www.revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/viewFile/106/105>>: Acesso em 26 de setembro de 2018.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia**: ciência da sociedade. Uma introdução à análise do pensamento geográfico. São Paulo, Ed. Atlas, 1987.

ANDRADE, Manuel Correia. **A construção**. Curitiba: UFPR, 1990. Disponível em<<https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/18222/11817>>: Acesso em 31 de janeiro de 2019.

ARAGÃO, J. A. S. do. **A vida e a obra de Humboldt**. Revista Brasileira de Geografia, ano XXII, n.3, p.465-77, jul./set. 1960. Disponível em< <http://books.scielo.org/id/p5mw5/pdf/godoy-9788579831270-03.pdf>>: Acesso em 16 de janeiro de 2019.

AZAMBUJA, Leonardo Dirceu de. **A Geografia do Brasil na Educação Básica**. Tese (Doutorado em Geografia). Departamento de Geociências, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. Disponível em< <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/93867/286044.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>: Acesso em 22 de dezembro de 2019.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Ed. 70, 1979.

BARROS, Maria Cristina Lanza de. **A História da disciplina geografia nas décadas de 1930 e 1940: Expressão da Fisionomia do Estado.** Campo Grande, UFMS, 2000. Dissertação (Mestrado). Disponível em<<http://repositorio.ufms.br:8080/jspui/bitstream/123456789/785/1/Maria%20Cristina%20Lanza%20de%20Barros.pdf>>: Acesso em 17 de janeiro de 2019.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. Manual prático.** Petrópolis: Vozes, 2002.

BECKER, Bertha Koiffmann. **A Geografia e o Resgate da Geopolítica:** Revista Espaço aberto (PPGG – UFRJ), Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 117-150, 2012. Disponível em<<https://revistas.ufrj.br/index.php/EspacoAberto/article/view/2079>>: Acesso em 26 de novembro de 2018.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular – Ensino Médio.** Portaria n° 1.570. Disponível em:<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wpcontent/uploads/2018/06/NCC_EnsinoMedio_embaixa_site_110518.pdf>. Acesso em: 20 de dezembro de 2018.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Médio.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/cienciah.pdf>>. Acesso em: 22 de dezembro de 2018.

BRASIL. **LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educacional.** Lei 9394/96. Disponível em<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf>: Acesso em 25 de janeiro de 2019.

CARMONA, Roberto Gomes. **Geopolítica clássica e Geopolítica brasileira contemporânea:** Mahan, Mackinder e a “grande estratégia do Brasil” para o século XXI. 2012, 166f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

CARMONA, Roberto Gomes. **Poder Nacional e grande estratégia:** Uma análise geopolítica dos conceitos fundamentais do projeto brasileiro de potência. 2017, 227f. Tese (Doutorado em Geografia

Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

CARVALHO, Marcos Bernardino, **A natureza na Geografia do Ensino Médio**. Terra Livre nº1, São Paulo: AGB.1986.

CARVALHO, Márcia Siqueira de. **Geografia e Imaginário na Idade Média**. In: RAE'GA (Boletim do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Paraná). Ano 1, n.1. 1998. p45-60. Disponível em< <https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/17914>>: Acesso em 22 de dezembro de 2019.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. 3ª Ed. São Paulo: Editora Paz e Terra S.A., 1999. 575p.

CASTELO BRANCO, Emerson Carlos. **A importância das deduções das fórmulas trigonométricas para a construção de uma aprendizagem significativa**: UFMA, 2013. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Maranhão, Mestrado Profissional em Matemática, 2013. 87p. Disponível em<http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/dezembro2013/matematica_artigos/dissertacao_emerson_carlos_castelo_branco.pdf>: Acesso em 31 de janeiro de 2019.

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e Política**: território, escala de análise e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 299p.

CASTRO, Thales. **Teoria das Relações Internacionais**. 1ª Edição. Brasília: FUNAG. 2012. 580p.

CAUBET, Christian G. **A geopolítica como teoria das relações internacionais**. Uma avaliação crítica. 1981. 55-74 p. In: V Encontro da Associação Nacional de pós-Graduação e pesquisa em Ciências Sociais – Nova Friburgo, RJ. 21-3/10/1981, Nova Friburgo, 1981. Disponível em< <https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/16746>>: Acesso em 20 de janeiro de 2020.

CAVALCANTI, Agostinho Paula Brito; VIADANA, Adler Guilherme; GODOY, Paulo Roberto Teixeira (Org.). **História do pensamento geográfico e epistemologia em Geografia**. São Paulo: Cultura

Acadêmica, 2010. 289 p. Disponível em<
<http://books.scielo.org/id/p5mw5/pdf/godoy-9788579831270.pdf>>:
Acesso em 22 de janeiro de 2019.

CHAGAS NETO, Joaquim. **Geopolítica da cultura e interdisciplinaridade**: Um estudo da convenção da UNESCO sobre a proteção e a promoção da Diversidade das Expressões Culturais. 2009, 108f. Dissertação (Mestrado em Educação, Arte e História da Cultura) – Programa de Pós-graduação em Educação, Arte e História da Cultura da Universidade Presbiteriana Mackenzie, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2009.

CLAVAL, P. **Terra dos Homens**: A geografia uma apresentação. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 29, p. 80 - 86, 2011. Disponível em<
<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2322/1461>>
: Acesso em 19 de janeiro de 2019.

CONTI, José Bueno, Aroldo de Azevedo. **Boletim Paulista de Geografia**, nº50. São Paulo: AGB. 1976.

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Política e Geopolítica**: Discurso sobre o Território e o Poder/ Wanderley Messias da Costa-São Paulo: HUCITEC: Editora da universidade de São Paulo, 1992.

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Política e Geopolítica**: Discurso sobre o Território e o Poder/ Wanderley Messias da Costa-São Paulo: HUCITEC: Editora da universidade de São Paulo, 1992. 355p.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FURTADO, C. **Dialética do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

GATTI, B.A. **Implicações e Perspectivas da pesquisa educacional no país**. Cadernos de Pesquisa, FCC/Autores Associados, São Paulo, n.113, 2001, p. 65-81.

GERHARDT ENGEL, Tatiana e SILVEIRA TOLFO, Denise (Org). **Métodos de pesquisa. Coordenado pela Universidade Aberta do**

Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GILBERT, Martin. **Primeira guerra mundial**: os 1.590 dias que transformaram o mundo. 1ed, *São Paulo*: Leya Brasil.2017. 664p.

GILBERT, Martin. **A Segunda Guerra Mundial**: Os 2.174 Dias Que Mudaram O Mundo. 1ed, *São Paulo*: Leya Brasil.2014.976p.

GIROTTTO, Eduardo Donizeti; SANTOS, David Augusto. **A geopolítica e o ensino de Geografia**: Estratégias didáticas para a retomada do diálogo: *Geografia Ensino & Pesquisa*, Santa Maria, v. 15, n.3, p. 139-153, 2011. Disponível em<
<https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/viewFile/7351/4390>>:
Acesso em 20 de novembro de 2018.

GODOY, Paulo Roberto Teixeira (Org.). **História do pensamento geográfico e epistemologia em Geografia**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 289 p. Disponível em<
<http://books.scielo.org/id/p5mw5/pdf/godoy-9788579831270.pdf>>:
Acesso em 22 de janeiro de 2019.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.1996.

GOMES, Daniel Mendes. **A Geografia ensinada: mudanças e continuidades do conhecimento geográfico escolar (1960 – 1989)**. 2010. 127 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em<
<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/10783/1/Daniel%20Mendes%20Gomes.pdf>>: Acesso em 31 de janeiro de 2019.

GOTTMANN, Jean. **A evolução do conceito de território**. **Boletim Campineiro de Geografia**, vol. 2, nº 3, 2012. p. 523-545. Disponível em<
<http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/viewFile/4030/3425>>:
: Acesso em 16 de janeiro de 2019.

GUERINO, Luiza Angélica. **Geografia: A dinâmica do espaço mundial**. Curitiba: Positivo, 2013. 288 p.

HAGE, José Alexandre Altahyde. **Geopolítica Brasileira: o desenvolvimento histórico-cultural de uma atividade política**: Revista de Geopolítica, Natal, v. 6, n.1, p. 109-122, jan./jun.2015. Disponível em<<http://www.revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/download/123/123>>: Acesso em 10 de janeiro de 2020.

HAESBAERT, Rogério; GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **A nova des-ordem mundial**. UNESP, 2005. 161p.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo Escolar**, 2017. Brasília: MEC, 2018. Disponível em<<http://www.educacenso.inep.gov.br/censobasico/>>: Acesso em 26 de julho de 2018.

KAROL, Eduardo. **Geografia Política e Geopolítica no Brasil (1982-2012)**. 2013, 261f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

KOHLHEPP, Gerd. **Descobertas científicas da Expedição de Alexander von Humboldt na América Espanhola (1799-1804) sob ponto de vista geográfico**. In: Revista de Biologia e Ciências da Terra. v.6, n.1, p. 260-278, 2º Semestre, 2006. Disponível em<<https://www.redalyc.org/html/500/50060218/>>: Acesso em 26 de janeiro de 2019.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 1987. 257 p.

LACOSTE, Yves. **Geografia do Subdesenvolvimento**. São Paulo: Difel, 4ª ed. São Paulo: Difel, 1968.265p.

LACOSTE, Yves. **A Geografia: Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. 3ª ed. Campinas: Papyrus, 1993.

LEAL, Adílio Alves; FONSECA, Gildette Soares. **Território:** Categoria geográfica das múltiplas perspectivas, trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Geógrafos, São Paulo, 2013. Disponível em<<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Teoriaymetodo/Conceptuales/10.pdf>>
>: Acesso em 22 de janeiro de 2019.

LEMME, Paschoal. **Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e suas repercussões na realidade educacional brasileira:** Revista brasileira Estudos pedagógicos, Brasília, v. 86, n. 212, p. 163-178, jan./abr. 2005. Disponível em<<http://rbep.inep.gov.br/index.php/rbep/article/view/854>>: Acesso em 26 de julho de 2018.

LIVINGSTONE, David. **The geographical tradition.** Oxford/Cambridge: Blackwell, 1992.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: Epu, 1986.

MARTIN, André Roberto. **Fronteiras e Nações.** São Paulo: Contexto, 1997. 91p.

MARTÍN, André Roberto. **Brasil, Geopolítica e Poder Mundial: O anti-Golbery.** Mimeo, 2007.

MARTINS, Roberto de Andrade. **A influência de Aristóteles na obra astrológica de Ptolomeu (o Tetrabiblos).** Trans/Form/Ação [online]. 1995, vol.18, pp.51-78. Disponível em<<http://www.scielo.br/pdf/trans/v18/v18a06>>
>: Acesso em 31 de janeiro de 2019.

MARTINS, Claudio Roberto Ribeiro. **América Latina nos livros didáticos de Ensino Médio:** Uma análise sob a perspectiva da Geografia Política. 2016, 155f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – programa de Estudos Pós-graduados em Geografia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. **Quem tem medo de Geopolítica?.** 1. ed. SP: Hucitec / EdUSP, 1999. v. 1. 228 p.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**. 10. ed. São Paulo: HUCITEC, 2007.

MIYAMOTO, Shiquenoli. **Geopolítica e poder no Brasil**. São Paulo: Papirus Editora, 1995.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Notas sobre a identidade e institucionalização da Geografia no Brasil**. Estudos históricos, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991, p. 166-176.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Geografia: Pequena História Crítica**. 20. ed., São Paulo: Annablume, 2005.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **A gênese da geografia moderna**. São Paulo: Hucitec, 1989. 207p.

MONTEIRO, Carlos A. de F. **A Geografia no Brasil (1934-1977): Avaliação e Tendências**. São Paulo: Instituto de Geografia/USP, 1980.

MOREIRA, João Carlos; SENE, Eustáquio. **Geografia para o ensino médio: Geografia geral e do Brasil**. 4. ed. São Paulo: Scipione, 2003. 528 p. (Parâmetros).

MOREIRA, Ruy. **Conceito, categorias e princípios lógicos para a reformulação da geografia**. Anais do 1º Encontro Nacional de Geografia. AGB, 1987.

MOREIRA, Ruy **Assim se passaram dez anos: a renovação da geografia brasileira no período 1978-1988**, in: Caderno Prudentino de Geografia. Presidente Prudente, AGB Presidente Prudente: 2000. p. 5-39. Disponível em<
<http://agbpp.dominiotemporario.com/doc/moreiran14.pdf>
>: Acesso em 21 de janeiro de 2019.

MOTA, Carlos Guilherme. **A ideologia da cultura brasileira**. São Paulo: Ática, 1976.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. (Org.). **Para onde vai o ensino da geografia?** 7. ed. São Paulo: Contexto, 1998.145p.

PÁDUA, E. M. M. **Metodologia da pesquisa**: abordagem teórico-prática. 2. ed. São Paulo: Papirus, 1997.

RAFFESTIN, Claude. Tradução de Maria Cecília França. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo, Ática, 1980. p.269 Disponível em< [http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20POS-GRADUACAO/CLAUDE%20REFFESTIN/RAFFESTIN,%20Claude%20-%20Por%20uma%20Geografia%20do%20Poder\(3\).pdf](http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20POS-GRADUACAO/CLAUDE%20REFFESTIN/RAFFESTIN,%20Claude%20-%20Por%20uma%20Geografia%20do%20Poder(3).pdf)>: Acesso em 30 de julho de 2018.

RATZEL, Friederich. **Geografia Política**. Paris: Econômica, 1988

RIBEIRO, Filipe Giuseppe Dal Bo. **A Nova Geografia Militar: Logística, Estratégia e Inteligência**. 2010, 118f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

ROCHA, Genylton Odilon Rego da. **A trajetória da disciplina geografia no currículo escolar brasileiro (1837–1942)**. 1996. 302 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós - Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1996.

ROCHA, Genylton Odilon Rego da. **A trajetória da disciplina geografia no currículo escolar brasileiro (1837–1942)**. In: **Observatório geográfico da América latina**, 1998. São Paulo. V.1, p.1-6. Disponível em:<<http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal6/Ensenanzadelageografia/Desempenprofesional/824.pdf>>: Acesso em 10 de janeiro de 2019.

RODRIGUES, Adyr A. B.; RODRIGUES, João Antonio. **O mundo político no final do século XX**. São Paulo: Editora Nacional, 1979. 168 p.

RODRIGUES, Auro de Jesus. **Geografia**: Introdução à ciência geográfica. São Paulo: Avercamp, 2008.

ROSEIRA, Antonio Marcos. **Nova ordem sul-americana:** reorganização geopolítica do espaço mundial e projeção internacional do Brasil. 2012, 351f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica, Razão e Emoção.** 3ª Edição. São Paulo: Edusp (Editora da USP), 2003.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica.** 10ª edição. São Paulo: HUCITEC, 2002.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo:** Globalização e meio técnico científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994. 136p.

SANTOS, Milton; SOUZA, Maria A. A.; SILVEIRA, Maria L., **Território: Globalização e fragmentação.** São Paulo: Hucitec/Anpur, 1993. 335p.

VESENTINI, José William. **Sociedade & Espaço:** geografia geral e do Brasil. 4. ed. São Paulo: Ática, 1984. 240 p.

VESENTINI, José William. **Sociedade & Espaço:** geografia geral e do Brasil. 35. ed. São Paulo: Ática, 1996. 352 p.

VESENTINI, José William. **Novas Geopolíticas.** São Paulo: Contexto, 2000. 115p.

VESENTINI, José William. **A Capital da Geopolítica.** 5 ed, *São Paulo:* Ática. 1996. 240p.

VESENTINI, José William. **Imperialismo e Geopolítica Global.** Espaço e dominação na escala planetária. 3 ed. Campinas: Papirus. 1997.

VESENTINI, José William. **Nova Ordem, Imperialismo e Geopolítica Global.** Campinas-SP: Papirus, 2003.

VESENTINI, José Willian e VLACH, Vânia. **Geografia Crítica:** Geografia do mundo industrializado, vol. 1,2, 3, 4 – 18ª Ed. São Paulo: Ática, 2008.

VIEIRA, Solange Francieli; GRÜMM, Cristiane Aparecida Fontana. Possibilidade de prática pedagógica interdisciplinar no ensino de geopolítica: Interdisciplinaridade e Práticas docentes, Videira, v. 1, n.1, p. 1-15, 2014. Disponível em<
<https://slidex.tips/download/possibilidade-de-pratica-pedagogica-interdisciplinar-no-ensino-de-geopolitica>>: Acesso em 25 de novembro de 2018.

VLACH, Vânia Rubia Farias. **A propósito do ensino de geografia:** em questão, o nacionalismo patriótico. 1988, 206f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

WRIGHT, Ernest Hunter. **Emílio:** a educação natural. In: BENJAMIN, Cesar (Org.). **Estudos sobre Rousseau.** São Paulo: Contraponto editora, 2015. 67-110 p.

ANEXOS

Estado da Arte

- Os termos escolhidos para a verificação de produções relevantes, foram: “*Ensino de Geografia Globalização*” e “*Livros didáticos em Geografia*”.
- *O recorte temporal utilizado para a busca foi de 2010 até 2020;*
- Para o desenvolvimento do Estado da Arte, foram escolhidos as seguintes fontes virtuais de pesquisa:

Fontes de pesquisa	Número de dissertações e teses encontradas
Portal Brasileiro da Informação Científica – Capes	1 tese e 2 dissertações
Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD	2 teses e 2 dissertações
Scielo	2 teses e 2 dissertações
Redalyc	1 tese e 2 dissertações
Buscadores “Google acadêmico” e “Coruja”.	2 teses e 2 dissertações

Dissertação ou Tese	Link de acesso	Termo chave	Relevância
Globalização na escola, para além de um conteúdo (Tese) - Edna Celeste Vieira Bonassi	http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/813/6/tde-08102010-125022/	<i>Ensino de Geografia Globalização</i>	Análise da evolução do processo de Globalização como temática nas aulas de Geografia
Ensino de geografia no início do século XXI: desafios e perspectivas (Dissertação) - Vânia Rubia Farias Vlach	http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egalo/Teoriaymetodo/Teóricos/04.pdf	<i>Ensino de Geografia Globalização</i>	Focaliza os esforços na compreensão e evolução da Geografia, apontando percursos formativos para a ciência no século XXI
A geografia ensinada: mudanças e continuidades do conhecimento geográfico escolar (1960-1989) (Dissertação) - Daniel Mendes Gomes	https://tede2.pucsp.br/handle/handle/10783	<i>Livros didáticos em Geografia</i>	Pesquisa que evidencia o papel da ciência geográfica, oculto no período militar, basicamente vinculado a Geografia Física. Retrata o amadurecimento da disciplina.
Livro didático de Geografia: PNLD, materialidade e uso na sala de aula (Tese) - Cintia Shukusawa Kanashiro	http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12754/tde-07052009-155915/	<i>Livros didáticos em Geografia</i>	Uso de recursos didáticos em Geografia, com foco no programa PNLD e sua relação direta com a disciplina.
Do mundo para o Brasil : os caminhos do livro didático de Geografia e seus precursores(Tese) - Soênia Maria, Pacheco	https://repositorio.ufpe.br/handle/1123456789/16711	<i>Livros didáticos em Geografia</i>	Abordagem similar ao anterior, contudo tem como objetivo analisar os recursos didáticos anteriores ao livro didático utilizados na Geografia.